

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Sete de Junho de Dois Mil e Vinte e Cinco

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “(...) Dar conhecimento das substituições. Do grupo municipal Pela Guarda: falta Luísa Margarida Gonçalves dos Santos, substituída por Telmo Filipe de Carvalho Vaz; falta Sandra Cristina Amaral Marques Macedo Madeira, substituída por Paula Cristina Barbas dos Santos Palos. Do Grupo Municipal do PSD: falta João José Santiago Alves Correia, substituído por Sara Cristina Paulo Ramos; falta Dulcineia Catarina Moura, substituída por Rodrigo Pires Besteiro; falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, substituído por António José Venâncio Gonçalves; falta Guilherme de Azevedo Guimas; substituído por António Pereira de Andrade Pissarra. Do Grupo Municipal do PS: falta Ana Mendes Godinho, substituída por Liliana Alexandra Palos Almeida; falta Virgílio Edgar Garcia Bento, substituído por Messias Matias Coelho; falta João António de Lima Vaz, substituído por Nélia Faria. Das Juntas de Freguesia: falta a Presidente de Junta de Freguesia da Faia, Liliana Filipa Brás Santos, substituída pela Secretária, Maria de Lurdes Máxima Pires; falta a Presidente de Junta de Freguesia de Meios, Maria Teresa Teles Cabral, substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “(...)” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “(...) Obras terminadas quando? Esta intervenção era para ser sobre os Calimeros, aquelas criaturas sempre queixosas de tudo e de todos, sempre infelizes por haver cafajestes, uns seres sempre disponíveis para tornar tudo pior,

funcionando sempre com a ajuda prestimosa de uns falsos cultos, dando-nos estes uns falsos saberes com que nos levam ao engano, a todos e também a nós outros que a todos temos de sofrer. Contudo, quando passei apressadamente por uma colega numa rua estreita desta nossa cidade, ela alertou-me para as obras em teste na há muito bloqueada linha da Beira Alta, que dizem estar terminadas desde 31 de Março e cuja entrada em funcionamento ainda não foi sequer anunciada. E nós a precisar dela. Sou por isso obrigado a perguntar: Obras Terminadas Quando? E espero que cada um de vós me acompanhe nesta minha inquietação. Trata-se de uma inquietação que se repete em Coimbra e na Lousã isolada a propósito do MetroBus que, de derrapagem em derrapagem de custos, continua em fase complementar e de teste de qualidade das obras efetuadas, estando estas continuamente em fase execução, nunca mais acabando. Outros mais azarados que nós continuam à espera que se decidam a fazer as obras do aeroporto de Lisboa enquanto na Europa foram feitos muitos e bons aeroportos tal como vi em Cracóvia, Budapest e estes bons exemplos acontecem até no Recife no Brasil e ainda em Assunção no Paraguai. E vemos que aqui a única coisa que se faz a tempo e com muita frequência são eleições legislativas, adiando-se sempre as obras necessárias e por isso perguntamos: Obras Terminadas Quando? Entretanto, tendo tomado posse, o governo previu genericamente o fim de alguns monopólios da CP através da concessão de linhas ferroviárias específicas e aceleração da abertura à concorrência nas linhas, que permitam a operação simultânea de vários operadores, sendo o seu acesso gerador de coesão neste nosso território e nisto não entra desde já a linha da Beira Alta. Prevemos, contudo, e isso receamos pois não sabemos a resposta para a pergunta: Obras Terminadas Quando? Estarão adiadas sine die? Está assim com este adiamento impedida a necessária construção da coesão económica e social dos nossos territórios e em particular do nosso concelho e distrito, algo reforçado pela junção bem problemática das pastas da Economia e da Coesão Territorial no mesmo ministério. Anulará este adiamento, como receamos, os esforços que, com festas e feiras, os muitos concelhos deste nosso Portugal Interior fazem esperançadamente tal como vamos vendo nos jornais locais. Se assim é, temos de denunciar este incompreensível logro como uma forma de continuar a estrangular a nossa região, impedindo-a de criar sinergias, ou seja, de se desenvolver, pois, lhe impõe injustificadas sanções como se fosse uma perigosa Cuba que ameaçasse um qualquer império do

litoral. Uma tontice como vemos. Por outro lado, se compararmos esta situação de paralisação da linha férrea a uma qualquer água estagnada, sabemos que isso cria as condições necessárias de emergência de paludismo, algo que, sabemos, é facilmente debelado se removermos os obstáculos existentes à sua movimentação. Trata-se de uma situação que é evidentemente doentia. É por isso muito nossa obrigação dizer não a este marasmo miasmático, exigindo Obras mesmo terminadas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “(...)” -----

- **Resultado da votação da ata do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e cinco. --**

- Aprovada, por maioria, com sessenta e sete votos a favor e quatro abstenções. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “(...)” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado PSD:** “(...) Crime de Discriminação e Incitamento ao Ódio e à Violência. Nos últimos tempos, temos ouvido falar reiteradamente do crescente aumento da criminalidade, em especial no que concerne à versão em título. De facto, a discriminação e incitamento ao ódio e à violência deve fazer-nos refletir, desde logo, enquanto crime e sobretudo pelas nefastas consequências que introduz nas sociedades democráticas, pluralistas e defensoras dos direitos humanos. Segundo dados da Direção-Geral da Política de Justiça e dos órgãos de Polícia Criminal, de há cinco anos para cá (até finais de 2024, os crimes de discriminação e incitamento ao ódio e à violência, passaram de cento e trinta e dois para quatrocentos e vinte e um casos, ou seja, um aumento de aproximadamente 200% em todo o território nacional. Ao nível distrital e concelhio, apesar do aumento da criminalidade violenta e grave ter aumentado no nosso território, não sabemos ao certo a verdadeira expressão dos crimes contra a identidade cultural e integridade pessoal, uma vez que não foram analisados de “per si”. No entanto, senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados: as manifestações de intolerância e ódio a que assistimos quotidianamente, quase sempre impulsionadas por populistas, oportunistas e irresponsáveis, deveriam avivar memórias e lembranças dos períodos mais negros da história contemporânea, sobre os perigos dos extremismos e dos regimes ditatoriais. Por isso, senhor Presidente da

Câmara, na certeza que também estará preocupado com tudo o que se está a passar, e perante esta nova realidade, e apesar das forças de segurança estarem na tutela do poder central, é obrigação de todos e também do poder local, tudo fazer para que o racismo, a xenofobia, o ódio e a violência sejam reduzidos ao mínimo e se possível banidos da nossa sociedade. Exige-se, cada vez mais, uma política de cooperação, de dever patriótico e de cidadania (escolas, associações, comunicação social etc.,) alertando para os perigos do discurso de ódio, fazendo pedagogia através dos fóruns onde tivermos voz e se possível, promover medidas de combate. Se for útil ou necessário, poder-se-ão desenvolver, entre outras, campanhas de sensibilização, no sentido de informar as pessoas sobre o que é o crime de ódio e como o denunciar; criar uma base de dados municipal onde possamos registar eventuais incidentes e padrões de conduta, bem como o estabelecimento de parcerias com associações locais, especialistas no apoio às vítimas, de forma a que possamos acompanhar e apoiar aqueles que sentiram na pele a discriminação ou violência motivadas pelo ódio. Apenas alguns exemplos perante um fenómeno crescente, que exige prevenção e sobretudo, proatividade.” -----

(...) -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “(...)” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “(...) provavelmente, por equívoco, nos enviaram, para a nossa caixa de correio, um Excel com diversos nomes de pessoas, coisas desse género. Nós tínhamos pedido, realmente, informações acerca de um processo e acerca das coisas que tinham acontecido relativamente a um processo. Neste momento, não sabemos. Não sabemos de onde é que vem este Excel, não sabemos de que computador é que foi retirado este Excel, não está assinado por ninguém, não sabemos se esta informação é uma informação rigorosa ou não. Portanto, pensamos que, provavelmente, terá sido um equívoco. Achamos que isto deve ser uma informação bem tratada, bem disponibilizada, sem nomes, uma coisa séria e temos a certeza absoluta que a Câmara Municipal da Guarda trata estas coisas com seriedade e, portanto, que não faria uma coisa deste tipo. E, portanto, penso que deve ter sido um erro, quer do Presidente da Câmara, quer do Senhor Presidente da Assembleia. Muito obrigado.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Vou dar a explicação que eu sei, obviamente, lembrando aos senhores Deputados que, na página 30, da ata que acabámos de aprovar, na intervenção, o senhor Deputado Miguel Borges, perguntou: quanto é que, neste momento, o Município da Guarda já gastou, em termos jurídicos e em termos de apoio jurídico. Isto é a pergunta que foi feita. A páginas 55, o senhor Presidente da Câmara respondeu, e vou passar a ler: “Se entender, nós fazemos chegar, outra vez, esse documento com todas as despesas que o Município da Guarda pagou a gabinetes de advogados externos durante estes anos. Quer essa listagem? Nós fazemos chegar, novamente. Muito bem. Então, digníssima Mesa, nós faremos chegar essa lista ao senhor Presidente da Mesa, que depois pediria para que pudesse distribuir a todos os grupos parlamentares. Pedia esse favor. Depois faremos chegar isso.” Esse documento, enviado aos senhores Deputados, foi o documento que chegou ao Presidente da Assembleia e que o Presidente da Assembleia, como já fez noutras circunstâncias, para a Câmara, para Juntas de Freguesia e para entidades particulares, divulgou pelos senhores Deputados. É a explicação que eu tenho para dar, na qualidade de Presidente da Assembleia.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Portanto, estou completamente esclarecido. Estas são as normas internas dentro do Município e, portanto, é este o tipo de tratamento documental que se faz no Município. Estou perfeitamente esclarecido.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito bem. Dava agora a palavra para uma moção apresentada pelo... Relativamente à Recomendação do PSD? Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Então, o PSD vem outra vez com uma recomendação bastante interessante, mas que os factos têm de ser apurados, não é? Nas últimas semanas temos assistido ao crescimento do número de ataques a eventos culturais, a ameaças a imigrantes, planeamento de ataques terroristas, por parte de milícias de extrema-direita. Perante isso, desaparece do RASI, como foi aqui falado, do Relatório Anual de Segurança Interna, sem nenhuma explicação por parte do Governo, o capítulo sobre estas ameaças de extrema-direita. Tem razão, senhor Deputado, não temos dados. Mas isso é por decisão do PSD (da AD, na verdade). O governo da AD desvalorizou estas ameaças. Após o ataque ao ator Adérito Lopes, em

frente ao Teatro da Barraca, a agressão às duas voluntárias do Porto que distribuíam comida para sem abrigos e ao jovem ativista de Guimarães, assim como a operação da PJ que resultou na detenção de membros da milícia neonazi que planeava ataques ao Parlamento, nem uma palavra ouvimos de Luís Montenegro. Em vez disso, o Governo opta pelo populismo. O programa do Governo, nas políticas de imigração, é um ataque violento aos imigrantes. Querem imigrantes para trabalhar, para contribuir para a segurança social (e nós também), mas há aqui uma diferença: vocês querem que os imigrantes o façam sem direitos e isso vê-se com o fim do reagrupamento familiar e as alterações à lei da nacionalidade. Dizer ainda que a violência doméstica continua a ser uma das maiores ameaças à segurança interna. Já na última Assembleia Municipal tivemos que referir isso, em resposta à moção também do PSD. Para combater a criminalidade do país ou a violência doméstica, nós não podemos contar com o programa nem com as votações do PSD. Isso tem sido óbvio. Portanto, rever o programa do governo, pronunciar-se sobre o capítulo desaparecido do RASI e os ataques da milícia de extrema-direita, seria um bom começo para o PSD falar de combate ao ódio e à violência.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, eu não associei aqui em imigração nem coisa nenhuma, não falei em nada disso. Portanto, a senhora aproveitou, habilidosamente, uma reflexão que eu acho que todos devíamos fazer. Isto não tem nada a ver com o PSD, não tem nada a ver com Luís Montenegro, não tem nada a ver com nada disso. Aliás, o relatório, o RASI, é produzido pelo SSI, pelo Sistema de Segurança Interna e, relativamente à criminalidade, não discrimina a criminalidade grave e a violenta. Mas não é o PSD, sempre foi assim! Foi com o PS, a senhora também esteve lá no governo, o seu partido. Portanto, vem agora para aqui a falar de Luís Montenegro e da imigração. Eu não falei em nada disso. Portanto, senhor Presidente, isso não colhe, não tem ponta por onde se lhe pegue. Mas já falamos daqui a pouco.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente, e, em si, todas as pessoas que me ouvem. Só para dizer, em relação a esta recomendação, o seguinte: todos somos contra a criminalidade violenta. E eu, por mim, prefiro um governo que os vá apanhando, como fizeram recentemente, do que um governo que anuncia que vai fazer qualquer coisa para eles se porem a milhas. Os resultados na captação dos violentos foram agora. E em relação à imigração, que por acaso está aqui a misturar, é uma informação que anda tudo misturado, só dois pontos: nos últimos dez anos aumentou dez vezes o número de imigrantes em Portugal. Queremos que nos próximos dez anos aconteça o mesmo? Ou seja, que daqui a dez anos tenhamos dez milhões de imigrantes? Não querem antes uma coisa regulada, sensata, com condições de dignidade para os imigrantes? São pessoas como eu. São pessoas como eu, têm filhos como eu. Não é ficarem amontoados em casas aos vinte e aos trinta. Foi isso que nos conduziu a uma política de não controle, de porta aberta, etc., etc. Eu penso que o que disse o nosso amigo Calheiros é sensato. O fundamental é: onde está o problema? É na criminalidade violenta. E este Governo, por acaso, até já apresentou provas de controlo efetivo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, senhores Deputados, ser contra é fácil, não é? Aplicar medidas era o expectável, tendo em conta essa opinião, mas nós não temos visto isto por parte do PSD. Tem sim a ver com o PSD, tem a ver com o seu programa, com a decisão de excluir dados do RASI e com as votações no Parlamento. A criminalidade não se vai combater com palavras ocas. Combate-se com medidas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Presumo que não haverá mais nenhuma intervenção sobre este tema. Dava agora a palavra ao senhor Deputado Luís Soares. Faça o favor de apresentar a sua moção.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CH):** “Cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. E agora, em jeito de remate, gostaria de dizer e dar os parabéns ao atual Governo que tomou as medidas a reboque do que o Chega tem vindo a dizer há algum tempo. Portanto, os meus parabéns, porque as coisas estão a acontecer. Eu faço aqui uma nota de que mais de metade da minha família, por via da minha filha e da minha falecida esposa, é descendente de imigrantes. É gente imigrante em Portugal, gente de

bem, que trabalha, integrada. No entanto, como disse, era preciso tomar estas medidas e ainda bem que o Governo decidiu tomá-las. Ora bem, e agora passando à moção, que não será moção, será recomendação. Como sabem, eu sou o *front office* e o *back office* do Chega aqui na Guarda, e o *back office*, enfim, em termos judiciais, o apoio que o Chega tem sou eu mesmo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe desculpa de o interromper, mas é preciso esclarecer aqui os termos. O que consta aqui no documento que eu tenho presente é uma moção. Moção que é discutida e que é votada. Se passar a ser recomendação não é votada. E agora pergunto-lhe o que é que deseja fazer?” -----

- **Luís Soares, Deputado (CH):** “É isso mesmo. A conselho avisado do Dr. Valbom, remeto isto para a figura de recomendação. Pelo que ele me disse, pelo que ele me esclareceu, terá o mesmo valor jurídico. Não haverá necessidade, portanto, de votar este documento nestes termos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estamos esclarecidos. Muito obrigado.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CH):** “Agradeço também o reparo que alguém me fez, mas isto é um erro de texto: não é 2023, é 2025. Agradeço quem fez esse reparo, embora não seja substantivo. Então, eu passo a ler agora a recomendação: Homenagem ao senhor Engenheiro João Cardoso. Aprovada que foi a moção que criou a figura do Cidadão 2.0, que tem, como estaremos recordados, por objetivo, distinguir quem pelas suas ações contribuiu e contribui ativamente para o desenvolvimento económico do nosso território. Dei como exemplo o conseguido pelo Sr. Eng.º João Cardoso. O desempenho do Sr. Eng.º João Cardoso foi decisivo para que a nossa Guarda seja “top” em matéria de exportações. Como já disse, a Guarda, em 2023, transacionou para o exterior cerca de 415 milhões de euros. Mais do que Coimbra, Viseu, Aveiro, Castelo Branco, Figueira da Foz, (claro que individualmente) etc., etc., porque há muitas outras que não foram nomeadas, mas é exatamente assim. A COFICAB foi e é decisiva para a obtenção destes números. Todos nós sabemos que estes números se chamam fundamentalmente Eng.º João Cardoso. O Sr. Eng.º Cardoso é o principal responsável por fixar mais de mil postos de trabalho na Guarda. É também responsável pela criação de um Centro de Investigação onde trabalham dezenas de técnicos altamente classificados, que permitiu

melhor ancoragem das unidades fabris que sustenta, o que, em consequência, dificulta a sempre possível deslocalização das unidades industriais (temos vários exemplos do que foi a falta de ancoragem de empresas que já tivemos na Guarda, aliás, que nos permitiram, no Interior, ser a cidade mais desenvolvida e mais rica, em tempos já idos). É por demais evidente que a Guarda sem a COFICAB deixaria desde logo de estar no topo do “ranking” dos territórios exportadores. Atrevo-me a afirmar que seria calamitoso para a Guarda (estão a ver, menos mil postos de trabalho, mais as empresas que estão associadas, mais as famílias, são milhares de pessoas). Tenho conhecimento que a Guarda perdeu recentemente a oportunidade de mais um investimento tecnológico, também com o contributo do Sr. Eng.º João Cardoso, por razões que ainda não consegui apurar, mas que parece terem a ver com burocracia e inoperância das entidades públicas locais. É, pois, no meu entendimento, neste primeiro quarto de século, o cidadão que mais contribuiu na área económica, para a afirmação da Guarda. Será, por isso, o nosso Cidadão 2.1. Conheci pessoalmente o Sr. Eng.º João Cardoso, no dia 17 do corrente, no intuito de obter autorização para o objetivo desta recomendação. Foi com o contributo de amigos comuns que conseguimos a sua anuência (para quem não conhece, ele é uma pessoa muito introvertida. Pareceu-me a mim, foi a primeira vez e única que falei com ele). Proponho homenagear o Sr. Eng.º João Cardoso numa Assembleia Municipal, em data a contento das partes e a “fixá-lo” na Guarda com o seu nome na rua entre a Rua Duque de Bragança e a Rua António Sérgio. Assumo a responsabilidade de ajudar neste processo (é o que eu digo aqui). Submeto à Assembleia Municipal a aprovação desta moção, com o objetivo de que celebremos muitos Cidadãos 2.0. Imaginem o 2, o 3, o 4 e o 5, o que não seria a Guarda se conseguíssemos ter mais cidadãos como este. Estes cidadãos são efetivamente decisivos para este desiderato. Portanto, nestas condições não submeto à vossa aprovação, porque será uma recomendação, mas agradecia a vossa atenção para o reconhecimento que deve ser dado à pessoa em causa. E, já agora, aproveito a oportunidade de anunciar que a Guarda vai ter seis F’s. Passa de cinco para seis, vai ter um F de Futuro. Futuro formidável com o Chega.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "... moções que foram apresentadas tempestivamente, e, depois, a Mesa, colocará à consideração do plenário, se aceitamos ou não a recomendação. Sobre este ponto? Faça favor, senhor Deputado." -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** "Mais uma vez, senhor Presidente, em si, cumprimento todas as pessoas que nos ouvem. Só para dizer que uma boa ideia é uma boa ideia, venha de onde vier. Pensar no Engenheiro João Cardoso é, efetivamente, uma boa ideia. Já não é assim uma ideia muito boa nós substituímo-nos à Comissão de Toponímia. Por isso é que a ideia vai para a Comissão de Toponímia e a proposta do senhor Deputado irá ser contemplada, como, se calhar, outras. Por exemplo, porque é que, se calhar, não se daria o nome do João Cardoso numa avenida num parque industrial? Mas isso não sei, nem com certeza o senhor Deputado saberá. Tem que ser a Comissão de Toponímia e o Executivo, porque é a função desses dois órgãos." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, muito obrigado. Sobre este tema? Faça favor." -----

- **Helena Barroso Saraiva, Deputada (PSD):** "Bom dia a todos. Através da Mesa, cumprimento todos os presentes e os que assistem à sessão. Vinha apenas reforçar também a posição do PSD relativamente a este tema. Pensamos que é uma boa ideia, seja qual for a iniciativa tomada, portanto, enaltecer as qualidades do Engenheiro João Cardoso é sempre uma boa ideia, porque é uma das grandes forças vivas da Guarda e tem ajudado a Guarda efetivamente. Obrigada." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor." -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** "Era para dizer mais ou menos aquilo que os colegas Deputados acabaram de dizer relativamente ao Engenheiro João Cardoso. No entanto, dizer ao Deputado do Chega que realmente foi aprovada aqui uma coisa para o Cidadão 2.0, mas, como deveria calcular, qualquer moção que seja aprovada nesta casa, depois, a seguir, não tem regulamento, não tem nada. Portanto, senhor Deputado, isto nunca poderia ser aprovado porque para o próprio Cidadão 2.0 ainda não existe um regulamento. Esse regulamento a Câmara ainda não o fez." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Sobre o tema, há mais alguma intervenção? Sim, tem o tempo da discussão política.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CH):** “Eu entendo e entendi que o Cidadão 2.0 é apenas uma palavra. Uma palavra não, várias palavras. É nesse contexto. Não entendo porque é que tem que ser regulamentado. Era só isso que queria acrescentar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Estando, parece-me, encerradas de vezes as inscrições sobre este tema, dava a palavra ao Partido Socialista sobre a Moção Pela Salvaguarda dos Pavilhões do Hospital.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Bom dia. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, todos e todas que me estão a ouvir. A contextualização desta moção, é aquilo com que eu vou iniciar esta apresentação. O abatimento do telhado do edifício onde se encontra a sede da Administração da ULS da Guarda levou-nos a revisitar o Parque da Saúde da Guarda e o que ele ainda revela dos tempos em que os seus edifícios acolhiam, com a máxima eficiência possível naquele tempo, doentes vindos de todo o país para se tratarem da tuberculose. O conjunto arquitetónico, projetado por Raúl Lino para o antigo Sanatório Sousa Martins, situado no Parque da Saúde da cidade da Guarda, constitui um exemplo ímpar de arquitetura hospitalar no panorama nacional, destacando-se pela sua excelência arquitetónica e pelo seu valor histórico local, nacional e internacional, tendo sido o primeiro a ser construído de raiz em Portugal. Está classificado como conjunto de interesse público desde 2014. Os dois pavilhões históricos, Dom António de Lencastre e Rainha Dona Amélia, concebidos no início do século XX, representam a parte mais degradada e abandonada do antigo Sanatório, cujo centenário foi comemorado em 2008. Foi nesse ano constituída a Unidade Local de Saúde (ULS) da Guarda. Com ela seria construído um novo hospital e seria reabilitada toda a estrutura do antigo Sanatório de Sousa Martins, incluindo os dois pavilhões históricos. Por necessidade logística, toda a obra de construção e de reabilitação foi dividida em duas fases, das quais a primeira - construção de um novo pavilhão - ficou concluída em 2011. Com a entrada de um novo governo em 2011, a segunda fase do novo hospital foi suspensa. Em 2022 ensejou-se retomar a segunda fase, com a reabilitação de uma parte do Pavilhão 5 para a instalação do Departamento da Saúde, da Criança e da Mulher, o que constitui uma pequena parte do

que resta para fazer. Presentemente deparamo-nos com a seguinte situação: 1 - O edifício principal do Sanatório, onde se encontram atualmente as áreas médicas, apresenta graves problemas orgânicos e estruturais não compatíveis com uma moderna prestação de cuidados de saúde; 2 - O Pavilhão Dom António de Lencastre, previsto para a reinstalação da Unidade de Saúde Familiar “A Ribeirinha”, já com um plano de reabilitação aprovado e financiamento assegurado, ainda não tem obras iniciadas; 3 - Em 4 de maio de 2022, a ULS da Guarda (administração anterior) e o Município da cidade celebraram um protocolo segundo o qual a Câmara Municipal da Guarda disponibilizaria financiamento (até 150 mil euros) para um projeto arquitetónico de reabilitação do Pavilhão Rainha Dona Amélia. No entanto este pavilhão aguarda um projeto definitivo, existindo já várias propostas de utilização funcional, tais como vir a ser a sede do Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento (CINE) juntamente com unidades de formação, ensino e investigação; 4 - No Inverno de 2024-25, o Pavilhão Lopo de Carvalho, onde se encontra a Administração e áreas de suporte da ULS, atingiu o ponto de rutura da cobertura, com o abatimento de parte significativa do telhado. Esta situação constitui um problema de proteção civil, uma vez que coloca em risco a vida dos funcionários e o bom funcionamento dos serviços. Assim, considerando: a) a Lei nº 107/2001, que tem como objeto estabelecer as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural e que atribui ao Estado e às autarquias locais o dever de salvaguarda e valorização do património cultural, assegurando a transmissão de uma herança cuja continuidade e enriquecimento, e cito, “unirá as gerações num percurso civilizacional singular”, fim de citação; b) o descontentamento dos guardenses relativamente à degradação e negligência dos pavilhões históricos de Raúl Lino, no Parque da Saúde da Guarda, um património arquitetural que é identitário da cidade; c) o impasse institucional em que se encontra a reabilitação dos pavilhões históricos do Parque da Saúde devido à burocracia e à ausência de decisão que impedem o avanço da reabilitação em causa; d) o perigo de vida e o risco funcional em que se encontra o Pavilhão Lopo de Carvalho; propõe-se, então, que os Membros da Assembleia Municipal da Guarda, reunidos em sessão ordinária de 27 de junho de 2025, deliberem que: 1 - A Câmara Municipal da Guarda tome uma posição firme, pública e institucional, em defesa dos pavilhões do antigo Sanatório de Sousa Martins; 2 - Seja dirigido um apelo urgente ao Ministério da Saúde, ao Ministério das Infraestruturas e

ao Ministério da Cultura, Juventude e Desporto, solicitando a mobilização de meios técnicos, administrativos e financeiros para: a) garantir a proteção urgente estrutural dos edifícios em risco; b) definir um plano de salvaguarda patrimonial, onde, designadamente, se proceda à: I. inspeção detalhada aos edifícios para avaliar o estado dos elementos estruturais, funcionais e decorativos, com recurso a métodos visuais e, quando necessário, a análises laboratoriais; II. execução de estudo do interior de cada edifício com análise da viabilidade de manter a organização espacial original, identificando valores históricos e estéticos; III. inventariação e recolha de elementos amovíveis e utensílios ainda presentes; IV. atribuição de novos usos aos edifícios, respeitando os princípios da Carta de Veneza de 1964 (ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e as sugestões contidas nesta moção; V. elaboração de projetos técnicos focados nas novas necessidades funcionais e que atendam às características de cada edifício, assegurando a preservação da sua autenticidade; VI. retoma da globalidade da segunda-fase de reabilitação do Hospital; 3 - Esta moção seja remetida, para conhecimento e eventual intervenção, às entidades que constam na plataforma e me escuso aqui de repetir. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Permitam-me, nos termos legais, sugerir ao Partido Socialista, porque nós não podemos tomar deliberações no período antes da ordem do dia, que onde consta a palavra «deliberam» fique a palavra «aprovam». Correto? Muito obrigado. Senhor Deputado, pediu para falar? Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes e aqueles que assistem a esta Assembleia através dos canais digitais. Bem, em tese, nós concordamos com o diagnóstico. Efetivamente trata-se de um património arquitetónico histórico e identitário da cidade da Guarda e a sua reabilitação não é só uma questão de saúde pública, como uma questão de respeito pela nossa memória coletiva. Contudo, nós não podemos deixar de assinalar uma evidência que salta à vista de todos: o Partido Socialista, em Portugal, governou quinze dos últimos vinte anos e durante esse tempo teve responsabilidade direta sobre os Ministérios da Saúde, das Infraestruturas e da Cultura. Precisamente, olhe, aqueles que hoje são interpelados nesta moção.

Perguntamos, por isso, com toda a seriedade: porque não foi feito antes aquilo que hoje o PS exige que se faça com urgência? O tempo em que se podia ter avançado com os projetos de reabilitação dos pavilhões e com uma política consequente de valorização do património já cá esteve e, meus amigos, foi amplamente desperdiçado. Isto não é um argumento para desvalorizar a proposta. Nada disso. Antes pelo contrário. É para dizer que esta moção, na prática, sabem o que é? É o reconhecimento de uma falha política prolongada. E, por isso, nós vamos votar a favor da moção, mas com uma nota clara: é tempo de menos palavras e de mais obra. E, para isso, todos, a Câmara, o governo, os partidos com passado de governação, têm de assumir uma parte da responsabilidade que lhes cabe, porque os pavilhões do sanatório não precisam de mais discursos, precisam é de telhados, de projetos e, acima de tudo, de ação. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Rodrigues, faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos os presentes e também a quem nos segue digitalmente. No fundo, dizer que concordamos com a contextualização, é um assunto muito importante, e também com as propostas. Dizer aqui também que saúdo o espírito de colaboração que o Deputado Ricardo Neves de Sousa salientou aqui. Dizer que a Câmara já fez a sua parte desde 2022, como está bem destacado na moção, e que, até agora, do outro lado, também não houve resposta nenhuma. Destacar aqui que a Câmara quer ser uma solução, contribuir ativamente para isto e que agora espera-se também que dos outros lados haja essa mesma proatividade. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção? Presumo que não. Colocava, então, a moção, à votação.”

----- **Resultado da Votação da Moção** -----

---- **Pela Salvaguarda Urgente dos Pavilhões do Antigo Sanatório de Sousa Martins** ----
----- **e sua Disponibilização à Comunidade** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e um votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Naturalmente que, até pela votação, enfim, é de facto um assunto premente e da maior importância pelo que já foi aqui dito. Mas reitero também aqui as palavras do meu colega bancada, do Ricardo, no sentido em que (e no próprio texto da moção há um hiato) há um hiato de Passos Coelho, em 2011, até 2022. Não sei se houve governo neste período de 2011 a 2022, porque já não é a primeira vez que há esse hiato. Ainda por cima eu tenho memória que houve um governo que era uma geringonça, e mais umas coisas, e nessa altura até se falava muito na área social e patrimonial e não se fez rigorosamente nada. Mas eu voto a favor porque é uma micro zona da cidade da maior importância pelo património que tem. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se há mais alguma declaração de voto? Senhor Deputado, faça favor. Depois já lhe dou a palavra, senhora Deputada.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente, e em si todos os que me ouvem. Claro que o que diz a moção é fundamental, é importante. Eu costumo dizer que até traduz um bocado a falta de autoestima desta cidade. Conseguir-se ter o Parque da Saúde naquele estado e o Hotel Turismo, parece-me que simbolicamente é a maior falta de autoestima da nossa cidade. A culpa é de quem? É de todos, provavelmente. Claro que 3/4 do tempo do governo já sabemos e depois 1/4 agora. Mas eu também devo ter culpa porque já votei no PS, já votei no PSD. Já tentei vender a ideia de se fazer um livro. Por exemplo, o Caramulo tem um belíssimo livro sobre a história do Sanatório. Não consegui vender essa ideia, para além de falar com todos os Presidentes do Conselho de Administração. Olhem, no tempo da anterior candidatura, tínhamos andado a tirar umas fotografias que pediram, não tenho jeito para as fotografias, e até pedi ao meu amigo Quelhas Gaspar, pai, para fazer um texto e andámos a fazer uns textos para fazer um texto/alerta para o estado de degradação do Rainha D. Amélia e do Lencastre. Agora já é o terceiro, já temos outro também na mesma situação. O que é importante é que a culpa é de todos, mas que se resolva. Já ontem era muito tarde. Já ontem era muito tarde. Nós tivemos, na saúde, o Champalimaud, de 1920, 30, 40, 50. E, agora, temos...?”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É só para dizer, mais uma vez, que os Deputados, na Assembleia Municipal, do Partido Socialista, votam favoravelmente quaisquer moções que sejam a favor da Guarda e que tenham em conta o futuro da Guarda. Sempre assim foi com moções vindas do PG, com moções vindas do PSD, com moções vindas do Bloco de Esquerda, do CDS, e com moções também vindas do Partido Socialista... Do Chega, acho que não votámos nada. Dizer também que sabemos que há um hiato desde 2011 a 2022, mas também sabemos que há um hiato de 2011 a 2015 e que foi nessa altura que foram paradas as obras.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada Bárbara Xavier. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, obviamente que iríamos votar a favor. O bloco já tem denunciado esta situação em propostas de orçamento e quando debatemos, já apresentámos moções que incluíam os problemas que foram referidos e já interviemos, mais do que uma vez, sobre a degradação destes pavilhões, assim como a inação das obras anunciadas há demasiado tempo. Infelizmente, a única resposta que tivemos do senhor Presidente da Câmara foi dignar-se a dizer que assinou o protocolo em relação ao pavilhão da Rainha Dona Amélia, mas tinha assinado um protocolo em que dava dinheiro e que não tinha mais responsabilidades sobre isso. Ou seja, assina um protocolo e afirmou aqui que se isentava dessa responsabilidade sobre o projeto. A nossa questão é: o hospital, os utentes e os funcionários são, obviamente, as pessoas mais interessadas, mas também o nosso município. Portanto, o que é que o município tem feito no sentido de pressionar o governo e de resolver a paragem das obras do protocolo que assinou?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Penso que estão encerradas as declarações de voto. Passávamos ao voto de louvor do Partido Socialista.” -----

- **Pedro Pinto Teixeira, Deputado (PS):** “Excelentíssimo senhor Presidente, em si cumprimento todos aqui presentes e quem nos acompanha lá em casa e a comunicação social. Eu vou fazer aqui um resumo também, porque estamos apertados de tempo, e dizer também que, de facto, o F de formidável é desta nova geração de campeões e não

de outras coisas. Quando sonhamos e queremos mesmo muito, de facto, não há impossíveis. A nova geração da Guarda tem demonstrado todo o seu potencial e conquistado no desporto o que para muitos seria impensável. São equipas do interior, com poucos apoios, com poucas infraestruturas e até com poucos atletas. Mas conseguem! Somos fortes, resistentes, resilientes, ambiciosos e esta nova geração tem muita qualidade, como outras que envergaram a camisola da Guarda no passado. Assim, reconhecendo o valor do trabalho desenvolvido por todos os grupos desportivos e recreativos, assim como associações na formação desportiva dos jovens, bem como o impacto positivo que estas conquistas têm no incentivo à prática desportiva, na coesão social e no fortalecimento do associativismo local, o Partido Socialista da Guarda propõe a aprovação de um Voto de Louvor para as últimas conquistas alcançadas pelo Grupo Desportivo e Recreativo das Lameirinhas, que ganhou recentemente o maior torneio de futsal do país de formação, a Guarda UP, pelas últimas conquistas, a Seleção Distrital da Guarda do Minibasquete, o Sport Clube Gonçalense, a Associação de Voleibol da Guarda, o Centro de Karaté Bushido Guarda e CERCIG. Este Voto de Louvor é uma forma de distinguir e agradecer o esforço, dedicação e excelência demonstrados por todos os envolvidos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. A Assembleia permite-me um pequeno esclarecimento. O Partido Socialista, ao apresentar a moção na plataforma, referiu sete entidades. E, depois, na conclusão, por lapso de escrita, falharam três. E, portanto, entregaram-me uma moção onde a alteração que existe apenas é que se acrescenta a Seleção Distrital de Minibasquete, o Centro de Karaté e a CERCIG. Portanto, é a pequena alteração que a Mesa entendeu que, estando as sete associações referidas atrás, não faria sentido o voto de louvor só para quatro. Muito obrigado. Sobre este voto de louvor, alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente, mais uma vez, e em si todos os que me ouvem. Só para dizer que louvo o que o Partido Socialista tentou e fez louvar a sete. Louvo o esforço de memória do Partido Socialista em incluir as restantes. Fez bem, fez um esforço de memória. E, já agora, também apelava que fizesse mais um esforço de compreensão, de memória e a sensação do que é correto. Porque nós

sabemos, os que somos das ciências, que nada surge do nada. Se existem atletas que se empenham e treinam, tem que haver, pelo menos, local de treino. Reconheçam, pelo menos, que o atual executivo tem disponibilizado, tem posto acessível, tem feito um esforço... Eu digo um esforço, mas vocês podiam dizer, até, se fossem compreensivos, um esforço sério de melhoria de requalificação destes espaços. Por isso, concordo com o vosso voto de louvor, englobando todas as entidades, todas. Porque a cidade, obviamente, precisa de todos, e da requalificação do que foi feito e mais alguma coisa.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora ou senhor Deputado... Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CH):** “É para concordar com o voto de louvor e, sobretudo, concordar com a afirmação de que é a juventude que nos vai resolver os problemas. É nela que nós estamos a apostar e é nela que temos que apostar. Porque estes cinquenta anos que nos conduziram a isto, só pode ser resolvido por estas novas gerações. Esta geração fenomenal e fundamental para este futuro que temos que ter.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Presumo que não há mais nenhuma inscrição. Colocava o voto de louvor à votação.” -----

----- **Resultado da Votação do Voto de Louvor** -----

----- **A Guarda... da nova geração de campeões** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e um votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Obviamente votaríamos a favor. Temos pena de ver a intervenção aqui usada quase para campanha, quando, na verdade, estamos a parabenizar as e os atletas da Guarda. Na última Assembleia, apresentámos um voto para congratular o desporto adaptado da CERCIG e ficamos muito felizes por, nesta Assembleia Municipal, também podermos congratular os atletas que em diversas modalidades e em tantas associações têm tão bem representado o nome da Guarda. Portanto, obrigada e parabéns.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votei favoravelmente e, seguindo ali a recomendação do Dr. Valbom, este é um voto extensível a todos os atletas da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Eu subscrevo na íntegra o texto, o voto de louvor, naturalmente. E, já que se falou aqui em memória, dizer que a Guarda teve sempre uma tradição muito importante no desporto. No meu tempo, e no pós 25 de Abril, nós tínhamos quase uma escola de formação de andebol. Nós tivemos aqui equipas de andebol ao mais alto nível. Só que a Guarda na altura estava muito longe, muito longe de tudo. Tivemos aqui formação na área do basquetebol, grandes equipas também, na altura em que vieram os chamados retornados, que eu chamo espoliados. E, portanto, tínhamos muita gente a praticar desporto, só que estávamos muito longe. Hoje, felizmente, estamos menos longe e temos aqui bons treinadores, temos a qualidade dos atletas, naturalmente, e temos equipamentos. Portanto, há aqui uma conjugação, digamos assim, que nos permite ter este sucesso desportivo e eu naturalmente que valorizo bastante isso. E, para terminar, dizer só que o suporte escolar também está de parabéns, porque as escolas estão a fazer um grande trabalho. Eu estou na Escola Afonso de Albuquerque e vejo a qualidade dos atletas e do desporto escolar. Também gostaria de salientar isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe desculpa. Fez intervenção ou já fez declaração de voto? Se é só para correção de omissões, faça favor.”

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, desculpe e obrigado pela sua compreensão, mas nós dissemos aqui todos os atletas da Guarda. Penso que estamos todos de acordo que não nos ficava bem esquecer a Fundação João Bento Raimundo, que fez o segundo lugar no quarto torneio de Futsal Adaptado. Porque é adaptado, penso que nos fica bem, de certa maneira, associarmo-nos e juntarmos aqui a Fundação João Bento Raimundo neste voto de unanimidade, como já está visto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não me arrependo de lhe ter dado a palavra. Muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor, declaração de voto.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente da Mesa, cumprimentar todos os presentes e quem nos ouve. Votei a favor porque não só o PSD já tem feito alguns votos de louvor ao desporto e ao desporto adaptado no nosso concelho, como temos votado sempre favoravelmente às outras bancadas que o fazem. Desta vez, não fugimos à regra. E uma palavra importante para o desporto adaptado, porque houve uma coisa que ficou comigo depois destes Jogos Paraolímpicos. Foi de um atleta, creio eu que era de maratona ou marcha, e as palavras que ele disse foi: aqui não há cá coitadinhos, eu levanto-me todos os dias às 7 da manhã e faço uma hora e meia de autocarro, apanho três autocarros para ir treinar. Portanto, é de facto de louvar este trabalho de quem, com dificuldades, consegue atingir objetivos muito maiores do que os que nós conseguimos fazer. Quando o município trabalhar tanto como estes atletas, poderá também ter os seus louvores. Até lá...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Para? Senhores Deputados, peço silêncio, por favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Sem me estar a envolver em situações que em nada elevam e que não dignificam a Guarda, só aqui dizer que sim, que concordamos. Portanto, no voto acrescentaríamos a Fundação João Bento Raimundo e acrescentaríamos, até porque foi outra sugestão, e todos os atletas da Guarda, no final. Está bem?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Passávamos agora à recomendação... Está bem. OK. Passávamos à recomendação do Bloco de Esquerda. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, Recomendação: Hastear da bandeira arco-íris no exterior da Câmara Municipal da Guarda no Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+. Assinalamos amanhã, dia 28 de junho, o Dia Internacional do Orgulho. Nos últimos anos, a violência da agenda de extrema-direita tem tido a sua expressão em Portugal contra esta comunidade. Ela tem ocorrido através de grupos de perfil criminoso, como as milícias do Habeas Corpus que atacam eventos, apresentações de livros e conferências que promovam a igualdade. Tem-se evidenciado na retórica abertamente fascista da “erradicação” utilizada pela extrema-direita parlamentar, que tem recorrido a termos

como “limpar” aplicado a identidades trans. Mas a extrema-direita consegue arrastar a direita clássica para a sua agenda. Mesmo quando não adota a retórica abertamente fascista, PSD e CDS têm investido no guião das extremas-direitas de todo o mundo. O governo anterior aprovou a proposta do CDS prevendo o “fim dos projetos ideológicos” na disciplina de Cidadania e o fim da possibilidade de se poder abordar a identidade de género nas aulas. Investiu em batalhas tão ridículas, mas que têm sido significativas enquanto parte da “guerra cultural” de que a direita hoje se alimenta, tais como a recuperação da utilização diferenciada de cores no Boletim de Saúde Infantil e Juvenil, que voltou a ter as versões de azul para meninos e cor de rosa para meninas. Uma parte da direita governamental juntou-se à extrema-direita na edição de um livro em defesa da “família” que não é outra coisa se não um ataque às famílias que realmente já existentes, nas suas formas diversas de associação íntima. O guia “Direito a Ser nas Escolas” foi retirado...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, peço, a senhora Deputada está no uso da palavra, silêncio, por favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Tem sido recorrente. É um tema que traz muito borburinho, não é? O guia “Direito a Ser nas Escolas” foi retirado do currículo escolar após a aprovação parlamentar com votos favoráveis do PSD, do CDS, da IL e do Chega. Um guia que teve como propósito fornecer orientações sobre identidade de género para pessoal docente e não docente. A bandeira arco-íris não é uma bandeira qualquer, é um símbolo de igualdade, de diversidade, liberdade e resistência de milhares de pessoas. O seu hastear por parte do Município é um ato simbólico, político e oficial. Enquanto este executivo continuar a recusar hastear esta bandeira, continua a recusar os direitos humanos a todas as pessoas que por ela são representadas. Saudamos o 28 de Junho, dia Internacional do Orgulho e toda a população que todos os dias luta pela igualdade plena, tanto na lei como na sociedade. Saudamos e prestamos a nossa solidariedade à população da Guarda que diariamente se sente condicionada na sua expressão de identidade, de género ou orientação sexual. Reforçamos e sublinhamos a importância da representação social e política de todas as pessoas, assim como a vivência segura no espaço público e privado; e, por fim, exigimos o hastear da bandeira arco-íris no exterior da Câmara Municipal da Guarda a 28 de junho, tal como foi aprovado na Assembleia

Municipal de 28 de junho de 2023 e de 2024, salvaguardando assim a decisão tomada pela maioria do referido órgão de deliberação que é a representação das e dos cidadãos da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar sobre este tema? Faça favor. Senhor Deputado, tem a palavra.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, muito obrigado, senhor Presidente. Bem, eu estou aqui com alguma dificuldade, porque eu não sei como é que me hei de dirigir ao Bloco de Esquerda. Tanto quanto sei, tem uma Deputada única na Guarda e tem uma Deputada única na Assembleia da República. Se calhar, é melhor começar a chamá-la folha única de esquerda, porque o bloco já foi. E, por isso, relativamente a esta moção, nós hoje estamos aqui a discutir o hastear de uma bandeira, mas o que está verdadeiramente em causa é outra coisa. É a instrumentalização de símbolos e agendas identitárias por forças políticas que, em nome da inclusão, praticam exclusão e a divisão. O Bloco de Esquerda volta a insistir em que a Câmara Municipal da Guarda deve hastear a bandeira arco-íris no seu edifício principal, como se esse ato simbólico fosse o critério da última defesa dos direitos humanos. Nós defendemos e sempre defenderemos a dignidade de todas as pessoas, independentemente da sua identidade ou orientação sexual. Mas rejeitamos que se imponha à Câmara Municipal a adoção de bandeiras de movimentos específicos, por mais legítimos que sejam, em detrimento do símbolo que verdadeiramente une todos os portugueses: a Bandeira Nacional. A Bandeira de Portugal é o único símbolo que representa todos, sem exceção. É a única que nos convoca a todos como cidadãos livres, iguais, independentemente da nossa condição pessoal, social, política ou cultural. Não há bandeira mais inclusiva do que a Bandeira Nacional. Não estamos aqui para alimentar guerras culturais, nem para entrar em modas ou slogans de militância partidária. A função desta Assembleia e desta Câmara é governar para todos e não apenas para os grupos mais barulhentos ou ideologicamente mais alinhados com determinados partidos. Portugal é uma democracia plural e madura. Os direitos da população LGBT estão consagrados na lei e devem ser respeitados, obviamente. Como também devem ser respeitados os direitos das maiorias silenciosas que querem viver em paz, sem serem diariamente empurradas

para trincheiras ideológicas como o Bloco quer fazer. Se começarmos a transformar os edifícios públicos em montras de bandeiras particulares, hoje o arco-íris, amanhã outro movimento qualquer. O espaço público não é um tabuleiro para disputas ideológicas, é, por definição, um lugar de encontro, de equilíbrio e de sobriedade institucional. Por isso, votamos contra esta recomendação, não porque rejeitemos a igualdade ou a diversidade, mas porque recusamos a partidarização do espaço público e defendemos que a Câmara Municipal da Guarda deve continuar a hastear apenas a Bandeira Nacional, a única que representa, com dignidade e sem rótulos, todos os cidadãos da Guarda e de Portugal. Disse.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja falar? Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom dia, senhor Presidente, e em si todas as pessoas que me ouvem, mais uma vez. É só para dizer o seguinte: nós somos contra todas as exclusões. A moção diz, a determinado passo, que na Guarda diariamente são excluídas pessoas em função de género. Senhora Dra., se houver um sítio, um local, seja onde for, que sejam excluídas, em função do género, pessoas na minha terra, eu garanto-lhe a si e ao meu amigo Ricardo Neves Sousa que a senhora nunca ficará sozinha. Pelo menos um tem ao seu lado, chama-se José Valbom. Agora, eu não vejo isso, nem sei de onde efetivamente vem essa ideia. Mas se houver materialização de discriminações na minha terra, eu estarei consigo. Nem por esse género nem por outro. Porque as questões de direito e de lei e de dignidade humanas são para acatar na minha terra e no país. Eu penso que, genericamente, são acatadas. O povo português, até nas últimas eleições demonstrou isso também. Mas se na sua terra houver discriminação efetiva materializada e demonstrada, eu estarei ao seu lado para o que for preciso e tenha em mim um amigo para isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça o favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “É um critério, sim senhora, a defesa simbólica, à semelhança de tantas outras ações. Obviamente não pode ficar por aqui. Mas o PSD, o

CDS e a IL têm mostrado que, tal como votam aqui contra uma medida simbólica, as medidas que defendem no Parlamento têm sido representativas da sua homofobia e transfobia. Senhor Deputado, falta-lhe convivência com a comunidade para o saber, pelos vistos. São demasiados os relatos que me chegam e é triste para as pessoas que o sofrem estarem a ouvir o seu discurso, que, por fim, torna-se ofensivo ao negar as experiências que elas têm, sim, na cidade da Guarda, sim, no concelho da Guarda, sim no distrito da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta recomendação? Presumo que não. Seguidamente, o Bloco de Esquerda tem uma moção. Faça favor.” ---

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Moção - Portugal não pode continuar a ser cúmplice: fim aos acordos comerciais e diplomáticos com o Estado genocida de Israel. Madleen era o nome da primeira e mais jovem pescadora palestina que se recusou a ceder ao bloqueio israelita. Decidida a seguir os passos do seu pai e a garantir alimento para a sua família, Madleen não se deixou intimidar pelas ameaças do regime, que há décadas restringe os pescadores palestinos. Foi esta a história que deu nome ao barco atacado por Israel a 9 de junho. De facto, esta não é a primeira vez que o exército israelita lança um ataque sobre embarcações humanitárias. A organização Freedom Flotilla tem, desde 2010, exigido o fim do bloqueio ilegal de Israel à ajuda humanitária e à livre circulação da população palestina. Mais do que uma vez, viram os seus barcos atacados, a tripulação ferida e até morta às mãos de um estado criminoso. A União Europeia manteve-se sempre em silêncio. A Freedom Flotilla existe porque o nosso poder local, nacional, europeu e internacional tem falhado ao não cumprir o seu dever de proteção e de reivindicação de responsabilidades. Apenas com a escalada de violência em 2023 é que a maioria da população se dignou a olhar para o que tem sido um genocídio com setenta e oito anos, iniciado com Nakba, a limpeza étnica que nunca terminou. Nunca poderemos esquecer a origem do ataque no dia 7 de outubro de 2023: o movimento e o governo sionista de Israel, ao qual o povo palestino resiste desde a década de 1940. Há setenta e oito anos que a população se vê privada de sair e entrar livremente das suas terras, é retirada das suas casas contra a sua vontade, é perseguida, torturada e morta às mãos de um regime que tem como objetivo eliminar todo o Estado

da Palestina. Mas não nos esqueçamos... “O navio Madleen leva o seu nome, honrando a sua coragem e continuando a voz de Gaza que nunca afunda.” Também no passado dia 9 de junho, milhares de pessoas se tentaram juntar na Tunísia com o propósito de fazer uma Marcha Global, pacífica, até Gaza, e que tinha como propósito fazer chegar ajuda humanitária. Previa-se que a 15 de junho se juntassem, no Cairo, ativistas de mais cinquenta países, entre eles uma comitiva de mais de trinta pessoas portuguesas. Estes ativistas foram retidos no Cairo, houve quem tivesse sido deportado imediatamente ao chegar ao aeroporto, outros ficaram sem os seus passaportes, e há quem tenha sido agredido pelas autoridades. A inação das instituições responsáveis, como a União Europeia, a NATO e o Tribunal Penal Internacional, tem sido gritante. A esta inação juntam-se todos os países, incluindo Portugal, que se recusam a exigir responsabilidades, a reconhecer a Palestina como um país, a impor um cessar-fogo, o fim do genocídio e do boicote à ajuda humanitária, ao mesmo tempo que continuamos a pagar, direta ou indiretamente, o massacre do povo palestino através de relações comerciais com Israel. Condenar estas ações é necessário, mas ações concretas são imprescindíveis. É premente sermos representados por agentes políticos decentes que afincadamente reivindiquem o direito de autodeterminação de qualquer povo sem discriminação, que defendam a Palestina como um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967, capital em Jerusalém Oriental, que defendam o direito ao retorno dos refugiados, que se recusem a negociar com estados genocidas, que exijam a libertação dos reféns e responsabilizem o estado genocida de Israel pelos crimes de guerra por este executados. Portanto, os pontos que prevemos que sejam aprovados são: exprimir a solidariedade ao povo da Palestina; exprimir solidariedade para com a comitiva de mais de trinta portugueses e portuguesas que fizeram parte da marcha rumo a Gaza; apelar ao Governo Português que se junte aos mais de cento e quarenta e nove países que já reconhecem o Estado da Palestina; exigir o cessar-fogo imediato e de forma permanente; exigir o fim dos acordos diplomáticos e comerciais do Estado Português com Israel que indiretamente têm financiado este genocídio; exigir ajuda humanitária a toda a população; exigir que o Governo Português, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e os Deputados eleitos no Parlamento Europeu condenem a captura ilegal em águas internacionais de todos os voluntários do navio Madleen, o anterior ataque ao navio Conscience e ao impedimento de terminar a marcha global;

exigir que o Governo Português e a União Europeia apliquem sanções ao Estado de Israel pelas consecutivas violações do Direito Internacional; exigir que o Governo Português proíba o uso de infraestruturas e do espaço aéreo português para qualquer tipo de apoio aos ataques; enviar este voto de solidariedade e reforço do necessário reconhecimento do Estado da Palestina ao Primeiro Ministro; Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Presidência, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Deputados do Parlamento Europeu, Embaixada da Palestina em Portugal, Embaixada Portuguesa em Israel, Embaixada Israelita em Portugal. Em jeito de comentário, por saber que a palavra genocídio tem causado tanto desconforto, apesar de desconfortável ser mesmo assistirmos a massacres em linhas humanitárias...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe para terminar.” -

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... e a denúncia de oxicodona nas farinhas entregues como ajuda humanitária. Referir que, desde maio, quatrocentas e dez pessoas palestinianas foram mortas nestas linhas humanitárias...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, já ultrapassou em um minuto e dezoito...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “E deixem-me referir que Francesca... Estou a acabar, são trinta segundos... Francesca Albanese, que é relatora da Palestina na ONU, usa e corretamente o termo genocídio. Negar que é um genocídio, negar o Nakba onde foram assassinados e desalojados milhares de palestinos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, vou ter que lhe cortar a palavra.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... é negar a Palestina como Estado independente e, não sancionar Israel, é, sim, serem cúmplices.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, esta moção, se for aprovada, vamos ver como é que a conseguimos depois cumprir, porque pede para ser enviada às deputadas e aos deputados do Parlamento Europeu... Vamos ver se isto tem enquadramento e quem são as senhoras e os senhores Deputados. Vamos andar aqui durante um mês a enviar a moção para esta gente toda. Nem sei como é que se pode

enviar... Eu penso que, de vez em quando, estas moções, e permitam-me o reparo, têm que ter alguma lógica de poderem ser enviadas para quem de direito. Não sei se quer manter as deputadas e os deputados do Parlamento Europeu... não sei como é que... nós gostamos de cumprir, mas... pois, parece que são todos. Não faço ideia, são todos. Eu acho que eles são trezentos e tais, não sei como é que vai ser feito. Peço-lhe um esclarecimento que é para saber as linhas com que nos cosemos.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Senhor Presidente, pode enviar para os grupos. Não precisa de enviar, e pode-se fazer essa alteração, não precisa de ser enviada para as deputadas e para os deputados individualmente. Pode ser, sim, para os grupos europeus.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Já é uma limitação. Portanto, em vez de ser às deputadas e deputados do Parlamento Europeu, é para os grupos do Parlamento Europeu. Muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta moção? Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Cláudia Guedes, Deputada (CDS-PP):** “Bom dia a todos. Bom dia senhor Presidente, na sua pessoa sintam-se todos cumprimentados. Eu não vou votar favoravelmente esta moção. Eu sou contra qualquer tipo de violência. Sou a favor da Palestina, claro que sim. Mas a história já nos deu provas suficientes, e não foi só na Palestina, foi em Varsóvia, foi na Síria, foi no Sudão. A violência nunca construiu nada que durasse. E numa moção em que falamos na Palestina, eu não vi nenhuma condenação do grupo do Hamas e por isso eu nunca poderia concordar. Para mim, o conflito não passa por Israel e a Palestina, passa por Israel e pelo grupo Hamas. O Hamas é só mais um capítulo triste do livro das tragédias humanas, escrito a sangue e lido a lágrimas. Não é só a Palestina que sofre. Sofre o povo porque enquanto uns lutam por poder, como como Hamas com as suas armas e discurso de ódio, quem paga o preço é sempre o inocente: o miúdo que só queria jogar à bola na rua. Porque também há dessas histórias do povo Israelita, como deve saber. Se a história nos ensinou alguma coisa, é que grupos como o Hamas só perpetuam o ciclo da morte. Chamam-lhe resistência, mas é só mais guerra embrulhada num discurso bonito para enganar os desesperados. Desde os Egípcios aos Romanos, passando pelas Cruzadas, já devíamos ter percebido que a violência só gera mais violência. O Hamas parece não ter lido os capítulos certos do manual da História.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum ou alguma senhora Deputada deseja intervir? Penso que não. Então, colocava a moção à votação e, pelo desenrolar, vamos votar por filas.” -----

----- **Resultado da Votação da Moção** -----

----- **Portugal não pode continuar a ser cúmplice:** -----

----- **fim aos acordos comerciais e diplomáticos com o Estado genocida de Israel** -----

- Rejeitada com cinquenta e três votos contra, onze abstenções e três votos a favor. ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto. Começava pelo Dr. Luciano.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Eu votei contra, naturalmente, porque eu acho que o Bloco de Esquerda não aprendeu nada com o resultado das últimas eleições e já foi aqui isso também dito. É, mais uma vez, um texto das manas Mortágua. De apenas uma das manas, porque a outra deve ser assessora neste momento. Mas dizer o seguinte: eu não estou disponível para apoiar atos inócuos e este é um ato inócuo, não faz qualquer sentido estarmos aqui, porque não produz efeito, estarmos aqui a aprovar, a fazer aqui um repto ao governo, digamos assim, um conjunto de exigências. Nós estamos na Assembleia Municipal da Guarda, portanto, isso são atos, no mínimo, da competência do Governo e não é desta Assembleia. Utiliza aí seis ou sete vezes a palavra genocídio. Eu só queria lembrar que genocídio é uma palavra muito forte, todos nós sabemos, e genocídio têm os israelitas e os judeus em geral uma prova que resulta da Segunda Guerra Mundial. Não sei se a senhora Deputada deve saber, naturalmente, que mais de seis milhões de judeus foram objeto, sim, de genocídio, das práticas de genocídio numa triste página da História. E, portanto, os Judeus são hoje o único país democrático encravado num território cheio de satãs à volta. Isto é uma verdade absoluta. Dizer também que eu sou contra todo o tipo de violência, como disse a minha colega Cláudia aqui. É triste, às horas dos telejornais, é de cortar o coração vermos aquelas imagens terríveis de crianças e não crianças, pessoas a serem assassinadas, todos os excessos cometidos pelo Governo de Israel, na pessoa do Primeiro-Ministro (com quem eu não simpatizo minimamente, diga-se). Agora, vamos lá ver uma coisa. Ao contrário, o Bloco de Esquerda, que eu me lembre, nunca condenou veementemente

alguns dos atos terroristas. Já foi aqui aflorado esse assunto. Eu pergunto se não há crianças assassinadas todos os dias, vítimas de terrorismo da Rússia, na Ucrânia? Eu não vejo objetivamente a vossa condenação. Não vi até agora. E incluo também..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, peço-lhe para terminar." --

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** "Termino já, senhor Presidente. O Estado satânico, que é uma teocracia, do Irão, não respeita os direitos humanos, sobretudo as mulheres (aproveite, vá lá passar férias e fale como está aqui a falar e vai ver o que lhe acontece) e, portanto, também nunca vi aqui a vossa condenação. O mesmo regime, com o apoio russo, que fornece armas ao Hamas, o Hezbollah, aos Houthis e que atacam Israel todos os dias. Não vejo a vossa condenação. O 7 de outubro de 2023, o estado satânico, através do Hamas, desencadeou a guerra em Gaza, os mesmos terroristas que usam os pobres Palestínianos porque ainda agora assaltaram um camião de comida apenas para imporem a sua força o território." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, peço-lhe que termine." ----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** "Portanto, só para terminar, eu não vejo a condenação do Bloco. Em conclusão, para o Bloco de Esquerda há terrorismo bom e mau. Para mim, só há terrorismo. Obrigado." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigado. Ultrapassou um pouco o tempo. Senhor Deputado, faça favor." -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** "Mais uma vez, muito obrigado. Bem, eu estou atónito, e isto é a nossa declaração de voto, porque esta Assembleia deve, em primeiro lugar e acima de tudo, centrar-se nas prioridades concretas que afetam diariamente os cidadãos da Guarda e de Portugal. No momento em que a população portuguesa enfrenta desafios graves, é profundamente desajustado que se use esta tribuna para fazer declarações de política internacional, sem impacto prático e direto para a nossa população. O Bloco de Esquerda prefere apresentar uma moção para romper relações diplomáticas e comerciais com Israel. Sim, Israel, um dos países mais inovadores e tecnologicamente mais avançados do mundo, líder em ciência, em medicina, em cibersegurança, em agricultura de precisão, áreas onde Portugal, aliás, tem muito a ganhar com a cooperação. Propor o corte de relações com Israel não é só

politicamente irresponsável, como é economicamente absurdo, meus senhores! A moção sugere que deixemos de colaborar com um país democrático, com universidades de topo, empresas tecnológicas de referência mundial e uma presença significativa na economia global. Pergunto: qual é que é a alternativa? É fortalecer os laços com a Coreia do Norte? É estreitar relações comerciais com o regime de Nicolás Maduro, na Venezuela? Ou é trocar intercâmbios científicos com Israel por seminários com o Partido Comunista Cubano? É esse o modelo que o Bloco de Esquerda defende para Portugal? Mais ainda, a moção apresentada adota a uma narrativa unilateral e profundamente parcial do conflito do Médio Oriente, ignorando completamente os atos bárbaros cometidos pelo Hamas, incluindo a tomada de centenas de reféns israelitas, muitos dos quais permanecem até hoje em cativeiro e em condições desumanas. Se a preocupação é verdadeiramente humanitária, minha senhora, então ela deve estender-se a todas as vítimas inocentes, sem seletividade política. E é legítimo defender o direito do povo palestino a viver em paz, mas é também imperativo condenar com firmeza o terrorismo, o sequestro de civis e a instrumentalização de populações como escudo humano. A demagogia do BE vai tão longe...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, não posso continuar a permitir que, numa declaração de voto, se ultrapassem os dois minutos. Por Amor de Deus, não pode ser. Portanto, faz o favor de terminar.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Então vou terminar. Portugal deve manter equilibrada, promotora da paz, sem cair na tentação de discursos incendiários...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vou retirar-lhe a palavra.” -

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “... por isso nós votámos contra. Obrigado.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais declarações de voto? Senhor Deputado.”

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, e em si todos os que me ouvem, mais uma vez. Bom, justificar, e preciso de justificar porque é que me abstenho em questões de violência. Eu abstenho-me em relação ao texto da moção, não me abstenho em relação a assuntos de violência. Claro que existe genocídio hoje na Palestina. Quando se mata o número de crianças que se mata, quando se bombardeiam hospitais, quando se bombardeia tudo quanto mexe, efetivamente existe genocídio. Pronto. É clarinho

como água. Agora, crime é crime. Na Palestina, em Israel (também foi antes até), na Ucrânia, no Sudão, na Somália. E eu penso que, não sei se nós não estamos a fazer algum favor, até, a quem vive destas coisas do crime, omitir os outros. Porque esta visão sectária, desculpe lá o termo senhora doutora, mas a visão muito segmentada, o tira ao alvo, esquece, de certa maneira, o fundamental, que é: o crime que efetivamente está a ser feito todos os dias na Palestina. Sabemos isso. Tudo quanto mexe é bombardeado. Lamentamos todos. Mas não podemos omitir, não podemos omitir os outros. É um bocado raciocínio ali do Calheiros, ele dizia, não sei como: e os outros? E é esta a ideia que eu quero aqui dizer. Crime é crime, seja onde for. Criminoso é criminoso, seja quem for a fazê-lo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem vinte segundos.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. É que não se pode aproveitar, peço desculpa do que vou dizer, não se pode aproveitar o tempo das declarações de voto para poupar tempo nas outras intervenções e estender isto. Já lhe dou a palavra, senhor Deputado. Penso que tinham pedido ali a palavra. Faça favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, permita-me que cumprimente todos os presentes e quem nos acompanha também por todos os meios disponíveis. A minha declaração de voto é no sentido de transmitir a esta Assembleia que foi a muito custo que votei contra uma parte desta moção (aliás, votei contra no seu todo), porque há partes que realmente me dizem muito e das quais a minha posição é muito próxima. Obviamente eu sou solidário com o povo da Palestina por tudo aquilo que está a passar, sou, inclusive, posso fazer essa declaração, sou favorável ao reconhecimento do Estado da Palestina, não tenho qualquer problema em assumi-lo. O que eu não posso condescender é com atribuição de culpas apenas a uma das partes em contenda. Isso eu não posso compreender e não aceito. Aquilo que aconteceu em outubro de 2023 não foi um ato isolado, tem uma história a montante, é uma resposta a uma agressão. E, sobre isso, nós não vimos aqui nenhuma condenação. Portanto, dizer que este conflito é atribuível apenas a uma das partes, é não contribuir para o resolver, é manter o conflito aceso, e eu sou favorável a que uma solução de paz,

neste conflito, seja por atribuição de culpas às duas partes, uma mediação eficaz e que o conflito seja sanado desta forma. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada Luísa Campos, faça favor.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Bom dia, mais uma vez. Nunca pensei poder vir a abster-me numa moção que me apresentassem sobre a Palestina, especialmente numa altura da história em que está a haver um sobressalto civilizacional com o genocídio a que está a ser alvo o povo palestiniano. A parcialidade e incorreção dos termos em que o Bloco de Esquerda apresenta a sua proposta de moção, levaram-me a fazê-lo. Tenho a certeza de que, tal como eu, a grande maioria dos presentes sente uma revolta visceral ao ver as monstruosidades que este Governo Israelita de extrema-direita inflige à população palestiniana indefesa, aterrorizada e esfomeada. Homens, mulheres, crianças de braços estendidos que clamam misericórdia e compaixão às organizações internacionais, aos governos do mundo e a Deus ou a Alá, sem que alguém consiga ou queira fazer chegar uma ajuda eficaz que lhes permita a vida. Esta população que se aproxima dos pontos de entrega de alimentos para ao menos tentar enganar a fome, é rechaçada com rajadas de balas dos próprios soldados israelitas que supostamente deveriam estar ali apenas para controlar a multidão. É o medo o que impede certamente esta população de pedir tréguas ao Hamas, que, na sua fúria de vingança, ainda mais concorre para o seu extermínio, o extermínio do povo que diz defender, mas de quem se aproveita para fazer dele escudo nas suas investidas. Assim vão morrendo os palestinianos, seres humanos como nós, através de um genocídio feito de fome, terror, bombas e balas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, eu peço-lhe desculpa. Estou a ver uma sequência de páginas...” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Não tem páginas nenhuma.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Isto é uma declaração de voto. Eu vou dar, a Mesa...” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Tenho que acabar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu peço desculpa. A Mesa vai dar ordens ao senhor funcionário do som, aos dois minutos, quando a Mesa disser, corta a palavra. Porque se não estamos aqui até às dez da noite. Não pode ser. Isto é uma declaração de voto, terminou o seu tempo, faça favor de recolher à cadeira. Faça favor.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Nunca nos passou pela cabeça que descendentes das vítimas do Holocausto...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada...” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “... se viessem a transformar em carrascos de outras ...”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada faz o favor...” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “... na loucura religiosa...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... não me obrigue a tomar uma atitude...” ----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “... de fazer prevalecer uma ideia que está plasmada no Antigo Testamento da Bíblia...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Façam o favor de cortar o som. (...) Senhora Deputada... Senhora Deputada... Senhora Deputada... Senhores Deputados, vou interromper os trabalhos por cinco minutos. Recomeçamos daqui a cinco minutos.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, temos cinquenta e oito senhores Deputados, portanto podemos prosseguir os trabalhos. Penso que ainda há, e a Mesa não quer coartar a palavra ninguém, penso que ainda há inscrições para declaração de voto. Senhor Deputado, dois minutos, declaração de voto. Faça favor.” --

- **Luís Soares, Deputado (CH):** “Muito boa tarde a todos. Eu seguramente não vou demorar dois minutos. Acho que até vão sobrar três dos dois minutos que tenho. Eu não tenho muito mais a acrescentar ao que já aqui foi dito. Concordo com tudo o que foi dito. Apenas queria fazer um bocadinho de história. E a história só a remeto à fundação do Estado de Israel. O Estado de Israel quando se fundou, no imediato, tinha uma população de setecentos e poucos mil habitantes e foi invadido com o intuito de o exterminar, de o eliminar do mapa, logo por vários países árabes. Foi atacado por vários

países árabes, desde logo a Jordânia, o Egito e... a Líbia não foi, foi o outro que a capital é Damasco, a Síria. Foi um exército poderosíssimo. E lá está o que o senhor Deputado Ricardo afirmou, das qualidades intrínsecas do povo Israelita, deles ser serem top na ciência, na tecnologia, no saber. É um Estado que tem vinte e tal Prémios Nobel, com uma história de setenta e cinco anos... eh pá, se calhar vou demorar os dois minutos. É só para dizer que concordo com tudo o que foi dito. A história recente diz que quem quer exterminar a nossa guarda avançada, a nossa cultura judaico-cristã, querem erradicá-la desse Estado, que é a nossa guarda avançada no Ocidente. Também me dói ver as imagens que vejo e muitas vezes passam-me na frente de uma criança palestina que criou um sistema para produção de energia elétrica, passados meses tinha uma imagem de fome...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, terminou o seu tempo, afinal de contas.” -----

- **Luís Soares, Deputado (CH):** “Peço desculpa. Pronto, é só isto que tinha para dizer.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votei contra esta moção, porque, nestas coisas, e isto fica comigo, a abstenção, para mim, numa situação destas, não era uma forma de votar. Ou estou a favor ou estou contra. E, neste caso, votei contra, não pela moção em si, mas pela forma como é introduzida e por alguns aspetos da moção. Repudio claramente os ataques do Hamas, repudio claramente a forma desproporcional como o exército Israelita respondeu a esses ataques e sou daqueles que acho que a Palestina deve ter um Estado. E são estas três coisas que eu defendo. Dentro do Partido Socialista há várias visões, pessoas que votaram a favor, pessoas que votaram contra, pessoas que se abstiveram, estão no seu direito. Eu gostava de fazer esta minha declaração de voto.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Pedro Pinto Teixeira, Deputado (PS):** “Bem, eu só queria dizer que certamente não haverá aqui ninguém que seja a favor da guerra, não é? Todos estamos do mesmo lado. E não minimizando e não querendo tirar o destaque a este assunto, eu acho que esta

Assembleia se devia focar mais nos nossos problemas do que propriamente naquilo que é do mundo. Haverá outras instâncias para o fazer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom dia, mais uma vez. Por que é que votei contra? Este voto contra não é uma negação do genocídio ou um desejo da continuação da guerra ou uma afirmação de que só há um culpado de um lado, mas tão só que é uma Assembleia Municipal, há moções que devem ser feitas, há temas que devem ser discutidos e outros que não vale tanto. Ou seja, não tiramos grande sentido disto. Ou seja, o Município da Guarda agora vai enviar uma carta em que reconhece o Estado da Palestina, faz um embargo Israel... Isso não cabe na cabeça de ninguém. Isto não acontece. Ou seja, e vou ser um pouco cáustico nesta afirmação, temos que ter um pouco mais de humildade e saber o lugar que ocupamos. Somos deputados municipais da Assembleia Municipal, de uma cidade de um concelho do Interior que é pequeno. Temos que saber o que é que vimos aqui discutir. Porque somos políticos de três em três meses, já nem é políticos de fim de semana, é de três em três meses, durante metade de um dia, e vimos aqui fazer grandes proclamações como se estivéssemos nas Nações Unidas! Quer dizer, temos de ver o aspeto que estamos a dar lá para fora, porque parece que vimos aqui só repetir aquilo que ouvimos na televisão! Quer dizer, falamos da Palestina, eu venho cá, bato no peito e digo: não, não, eu sou muito a favor da Palestina, parte-me o coração ver aquelas coisas. Claro que sim! Mas, quer dizer, para quem é da Guarda e quer assistir a esta Assembleia Municipal, não tira absolutamente nada deste meu discurso. E serve para isto, como serve para outras coisas. Porque parece que vimos cá repetir as mesmas coisas, parece que estamos sempre a tocar as mesmas canções, as mesmas covers. Não arranjamos originais e vimos só tocar as mesmas canções? Parece que estamos no Baile de São João. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Há mais inscrições? Faça favor.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente de Junta da Freguesia de João Antão (Independente):** “Bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes e quem

nos assiste. Não podia votar sem manifestar o meu sentido de voto, porque acho que este assunto é importante. A guerra e o ódio não devem ser combatidos com a guerra e com ódio. E temos que nos lembrar que, quando a ajuda humanitária chegou à Palestina, os grupos extremistas que estavam na Palestina também não deixaram que as pessoas da própria Palestina tivessem direito a esses recursos. E oprimiram nos armazéns quantidades e quantidades de comida e oprimiram o seu próprio povo. E temos que nos lembrar da pressão que o Hamas faz sobre a população da Palestina e os direitos que tira às mulheres e às crianças dentro da própria Palestina. Enquanto o Hamas não desaparecer, não vai haver paz naqueles dois Estados. Vamos considerar Palestina como Estado, como já aqui foi dito, mas quando acabarem os grupos extremistas. Enquanto eles não acabarem, não vai haver paz e por isso é que votei contra.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma declaração de voto? Dava a palavra à senhora Deputada para defesa da honra.”

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, o BE, como já disse, ao contrário de outros partidos, não anda atrás de modas, não respondemos nem somos condicionados por Lisboa, ao contrário da concelhia, da distrital e...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço desculpa...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Estou a defender, estou a responder às acusações que foram feitas contra mim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, espere. Senhora Deputada, para defesa da honra, aquilo que eu aprendi é: o senhor disse isto, isto e isto e eu estou ofendida porque o senhor disse isto e isto.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Ok. O PSD, o Deputado Ricardo disse que respondíamos a Lisboa, disse que o Bloco de Esquerda não condenava a Rússia e apenas a Israel. E são a essas declarações que eu vou responder e que estava a responder antes de ser interrompida. Portanto, não somos condicionados por Lisboa, ao contrário da concelhia, da distrital e das deputadas do PSD. Somos coerentes e determinados naquilo que defendemos e defenderemos sempre a soberania dos Estados, seja a Palestina, seja a Ucrânia, seja o Sudão e tantos outros que estão em guerra. Discursos vagos e uso de retórica para justificarem a vossa inação neste genocídio, é o que vemos. Para

informação dos desatentos, já apresentámos uma moção que condenava o ataque do Hamas; aprovámos um voto de solidariedade com a Ucrânia; condenámos o Estado Russo, mais do que uma vez, publicamente, aqui e no Parlamento; estivemos na sessão solene com Zelensky, exatamente a fazê-lo. Repito, nós somos coerentes. Já o PSD e o CDS condenam a Rússia e ficam em silêncio contra Israel e com este discurso justificam ataques do Estado Israelita à Palestina porque o Hamas é um grupo terrorista. Sim, as pessoas são o foco e os afetados pela guerra. Que ações é que o CDS e o PSD têm feito para o impedir? Nada. Discursos, retórica vaga, repito-me. O Município da Guarda deve defender o seu apoio quando sabe os erros que são cometidos pelo governo. Temos aprovado aqui muitas moções que são direcionadas ao governo, exatamente porque temos essa responsabilidade de referir aquilo que consideramos estar errado na política nacional. Este tema é extremamente importante. Perdemos tempo com moções que são inócuas e que não representam as medidas ...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, terminou o seu tempo.” -

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... dos partidos que vocês defendem, só para atirar areia para os olhos dos cidadãos aqui da Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, terminou o seu tempo

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Ok. Última frase. Para quem não quer debater temas nacionais, estão muito entusiasmados com a continuação deste debate.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Permitam-me apenas um aparte, mas eu penso que é importante para todos e na sequência do que disse o senhor Deputado Rodrigo Besteiro. Há um programa que apoia duzentas e trinta famílias, os excedentes municipais apoiam catorze famílias, a cantina social do CFAD apoia trinta e duas famílias, a cantina social das Lameirinhas apoia vinte e cinco famílias, a Fundação Mendes Godinho apoia dez famílias. Trezentas e onze famílias a serem apoiadas diariamente. Estes números foram-me fornecidos ontem, em função de que também olho para as moções e também vejo a importância que algumas têm ou não têm. -----

O PSD entregou uma recomendação que foi distribuída pelos grupos. Portanto, é extemporânea. A Mesa coloca à consideração do plenário se pode ou não pode ser

admitida. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por sessenta e oito votos. É o senhor Deputado? Faça favor.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Bom dia mais uma vez. A recomendação foi, de facto, apresentada extemporaneamente e diz-nos o Regimento que, quando assim é, deve ser por motivos de urgência. Esse motivo não tem sido assim tão respeitado quando o fazemos. Mas até poderia ser. É que ainda ontem apanhei um autocarro, estavam três pessoas no autocarro. Duas delas vinham a falar mal do Presidente de Câmara. Eu não era uma delas. E tudo por causa de transportes públicos, que é o que nos traz aqui hoje. Mas antes de começar nos transportes públicos, há pouco a recomendação do PSD era sobre violência e acabámos a falar sobre imigração. Esta recomendação é sobre autocarros, espero que não falemos de barcos no final. Começar também com uma frase bastante debatida, que é aquela de que uma cidade avançada não é aquela onde até os pobres usam carros, mas sim aquela onde até os ricos usam transportes públicos. A Guarda não poderia estar mais afastada deste pensamento. De facto, na Guarda são os pobres que usam os transportes públicos, porque muito pobre é quem precisa deles para ir onde quer que seja dada a sua falta de qualidade. E isto porque, mais uma vez, como há bocado estava a referir, se somos uma cidade pequena do interior, poderíamos ser realmente aquilo que se quer de uma cidade de quinze minutos. E a verdade é que não somos uma cidade de quinze minutos. O senhor Presidente da Câmara tem referido várias vezes que é uma cidade de quinze minutos, porque diz que vai de Pousade até ao centro da Guarda em quinze minutos. Mas vai de carro, assim é fácil. Assim, todas as cidades são de quinze minutos. O conceito de cidade de quinze minutos tem de ser a pé ou de transportes públicos, não é de carro. E, portanto, importa aqui referir o nosso desagrado com aquilo que são os transportes públicos na Guarda, os urbanos, a sua falta de qualidade, falta de qualidade das viaturas, a falta de arranjos nas viaturas. Algumas andam a circular pela cidade batidas, lá dentro chove no Inverno, no Verão não tem ar-condicionado. Há até uma ou duas viaturas que nem sequer têm uma campainha para assinalar a paragem onde nós queremos sair. E as pessoas têm de andar a berrar ao motorista: pare na próxima, se faz favor. Isto há mais de meio ano. É inadmissível. Mas também quando saímos do autocarro, como são os abrigos para os autocarros? Sabemos que alguns foram substituídos, não foram

todos. Os que foram substituídos, demoraram tanto para serem substituídos que as pessoas ficaram semanas e semanas à chuva, à espera que os abrigos fossem instalados. O Centro Coordenador de Transportes é uma miséria. É uma vergonha, para uma capital de distrito, ter um centro de transportes assim, onde também chove lá dentro e não há ar-condicionado no Verão. As paragens e horários, que tantas vezes e recorrentemente há pedidos, seja de alunos, das associações de estudantes, associações académicas: mudem os horários, precisamos de mais autocarros, precisamos de mais autocarros aqui ou ali, precisamos de outras linhas. Ainda não foi alterado. Não foram alteradas as linhas, não foram alterados os horários, não há autocarros noturnos. O último autocarro é por volta das 10h30 da noite. Há linhas onde o último autocarro é às 6h30 da tarde. E isto serve muito pouca gente. Ao fim de semana, há três autocarros numa linha, noutra linha há dois autocarros a circular durante o dia. É péssimo, é inadmissível numa cidade. Depois, a falta de tecnologia existente para estes autocarros. Afirmou-se uma grande inovação com o sistema de informação em tempo real que não funciona. O que foi instalado são relógios que dizem quando é que é suposto autocarro vir e não onde é que ele vem usando a geolocalização do veículo. Não há uma aplicação, não há uma forma de usar o telemóvel para fazer o pagamento do passe, o pagamento de bilhetes. Precisamos de muito mais. Porque em três anos não se fez nada no centro histórico, em seis meses não se conseguiu um PDM. Por favor, em três meses, arranjem uma porcaria de uma campanha num autocarro. Por favor!” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir sobre esta recomendação, faça favor. Não há. Então, está encerrado este período. Passávamos ao período seguinte e temos uma inscrição do PSD, que tem 1 minuto e 12...” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Amavelmente, o grupo do CDS e do Chega fizeram o obséquio de disponibilizar o tempo que lhes resta ao grupo municipal do PSD para intervir neste ponto. Eu penhoradamente esta atenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É que eu só conhecia a multiplicação do pão e dos peixes, mas agora está explicado. Muito obrigado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Bem, mais uma vez, muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimento também todos os (...) Sim, é o tempo que lhes resta... Sabe, o PSD tem por norma trabalhar na antecipação, por isso é que temos sucesso e vocês não... Bom, senhor Presidente, dá-me licença que continue? Mais uma vez, cumprimento todos os presentes. E quero cumprimentar de uma forma especial todos aqueles que assistem através das redes sociais e dos canais digitais, porque precisamente é para essas pessoas que estão em casa a ver-nos que nós falamos. Aqui todos nos conhecemos, sabemos as nossas posições. Nós precisamos é de manifestar lá fora o que se passa aqui dentro, porque essas pessoas votam e votam em número muito mais significativo do que aqueles que aqui estamos. A Guarda, a mais alta cidade de Portugal, merece a mais alta exigência dos seus eleitos. É por isso que nesta hora em que se aproxima o fim do mandato autárquico, o PSD não pode deixar de fazer um balanço sério, justo e responsável da governação do município nos últimos quatro anos. Sérgio Costa foi eleito em 2021 com a promessa de uma nova forma de fazer política. Afirmou-se como independente, disse que vinha romper com o passado e devolver dignidade à gestão. Hoje, quatro anos depois, os guardenses podem e devem perguntar: onde é que está essa mudança? O que ficou para trás, além de slogans, propaganda e promessas por cumprir? A verdade, senhoras e senhores, é que este foi um mandato marcado pela desilusão, pela instabilidade e por uma governação centrada na imagem do Presidente, mais do que na imagem do futuro da Guarda. Foi um mandato de personalismo excessivo, onde a Câmara se confundiu com a vontade de um homem só. Onde a crítica foi tratada como afronta e o contraditório como ameaça, onde a política deixou de ser um espaço de construção coletiva para se transformar num espelho vaidoso ao serviço do ego presidencial. E, sempre que a realidade se impôs, dura, factual e incomoda, o Presidente escolheu o papel de vítima, apresentou-se como injustiçado, incompreendido, quase um herói trágico da política local. Mas convenhamos, ninguém leva a sério este teatro. Os guardenses não se comovem com lamentos fabricados, nem se deixam embalar por encenações de mártir. Sabem perfeitamente que, quem se vitimiza para fugir à responsabilidade, fá-lo porque não tem obra com que se defender. Não questionamos a legitimidade do voto. Questionamos, isso sim, o muito pouco que se fez com esta legitimidade. Tivemos orçamentos ambiciosos, mas muitas vezes irrealistas. Vimos grandes números anunciados, milhões proclamados em conferências

e redes sociais, mas pouca execução no terreno. A Guarda não precisa de fotografias no Facebook ou de literatura cor-de-rosa disfarçada de boletim municipal, precisa de obra feita, de rigor e de resultados visíveis na vida das pessoas. O Centro Histórico continua abandonado com casas devolutas e ruas esquecidas. A mobilidade urbana permanece desorganizada, tal como a cidade no todo. Se a Guarda fosse um amigo no Facebook, o senhor Presidente já tinha deixado de o seguir há muito tempo. E a participação cidadã, tantas vezes prometida, que foi sistematicamente esquecida? Não houve diálogo com a oposição, não houve escuta ativa das associações, não houve partilha de decisões. O Executivo confundiu independência com isolamento. Minhas senhoras e meus senhores, a Guarda tem sido gerida, nos últimos anos, por uma lógica propagandística. As redes sociais da Autarquia, transformaram-se num instrumento pessoal de promoção do Presidente. Mas, aquilo que se publica online, não tapa os buracos nas ruas, não requalifica os bairros nem devolve vitalidade ao comércio local. Mais grave ainda, surgiram, ao longo do mandato, denúncias de alegados favorecimentos políticos em concursos, suspeitas de clientelismo e um ambiente laboral deteriorado. Os mediáticos processos judiciais assim o atestam. Sabemos que há trabalhadores que não se sentem respeitados, que há cidadãos que se sentem excluídos e que a confiança na imparcialidade da gestão municipal foi abalada. O PSD sempre defendeu e continuará a defender uma Câmara transparente, imparcial e ao serviço de todos, sem qualquer tipo de exceção. Mas nem tudo são críticas. As principais intervenções que hoje se apresentam como conquistas deste mandato, na verdade, foram herdadas do anterior executivo do PSD, que deixou trabalho feito e projetos em curso. É fácil cortar fitas quando o caminho já vinha asfaltado, meus senhores. Contudo, é preciso perguntar: a que custo? Com que visão integrada? Com que acompanhamento? Porque fazer obra não chega, é preciso saber para quê, para quem e com que consequência para o futuro da cidade. Prometeu uma nova visão para a Guarda, mas governou com os olhos no retrovisor, incapaz de definir um rumo estratégico para o concelho. Limitou-se a gerir o dia a dia com uma assustadora falta de ambição. As grandes linhas do seu programa eleitoral, olhe, ficaram por cumprir, engavetadas entre promessas ocas e prioridades volúveis. No fim, o que se vê é uma cidade adiada, à espera de quem realmente saiba para onde quer ir e, sobretudo, como lá chegar. O PSD nunca foi oposição por oposição. Fomos e somos uma oposição vigilante, construtiva e responsável. Apresentámos

propostas, pedimos esclarecimentos, alertámos para os riscos, fizemo-lo com elevação (coisa que os senhores agora não tiveram), com seriedade e com profundo sentido de serviço público. A Guarda precisa mais do que voluntarismo e marketing. Precisa de um projeto sólido, de uma equipa preparada, de um rumo claro. Precisa de uma Câmara que una, que ouça e que governe com todos e para todos. É essa a alternativa que o PSD se prepara para apresentar, com humildade, com trabalho, com compromisso, sem ruídos, sem folclores, mas com a certeza de que a Guarda merece mais, muito mais. A cidade mais alta merece uma política à altura da sua história e o PSD está pronto para ser parte dessa resposta. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Deputados, minhas senhoras, meus senhores. Hoje é tempo de falar com clareza... Senhor Presidente, desculpe. Estamos numa Assembleia Municipal e os apartes, a quem está a intervir, causam... é que eu comecei a falar, ainda não disse nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O senhor Deputado tem toda a razão. E, portanto, eu peço aos senhores Deputados que, enquanto o orador fala, têm que estar calados. Quem quiser falar utiliza o tempo do seu grupo para vir aqui. Portanto, tem que haver respeito por todas as opiniões que aqui são expressas. Senhor Deputado, espero que este meu pedido seja acatado. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Hoje é tempo de falar com clareza, porque a Guarda merece mais. Mais do que ruído, mais do que propaganda, mais do que esses jogos de bastidores que já ninguém entende. A Guarda merece um governo com seriedade, com verdade, com compromisso. Quase quatro anos passaram desde as últimas eleições e o que ficou desse tempo? Um Executivo que prometeu muito e fez pouco e um PSD que, depois de governar oito anos e de perder, passou este tempo a tentar sobreviver, à espera que o tempo resolva o vazio que deixou. PG e PSD, dois nomes, a mesma história. Um saiu do poder, o outro nunca saiu dele. E não adianta agora esconder isso com comunicados ou com fotografias. A Guarda está

há mais de uma década sem um rumo, sem continuidade, sem responsabilidade, sem palavra. O atual Executivo apareceu com um programa eleitoral ambicioso - palavras deles: falaram em reabilitar o Centro Histórico, apoiar jovens e famílias, criar bolsas de habitação, modernizar ruas, praças e equipamentos desportivos, lançar projetos culturais estruturantes. Falaram muito, mas a verdade é esta: as ruas continuam por requalificar, os edifícios por recuperar, os jovens continuam a partir, os bairros continuam esquecidos, os transportes são os mesmos e a cultura resume-se a eventos avulsos sem linhas, sem plano, sem continuidade. Chamaram-lhe «Pela Guarda», mas o resultado foi contra a Guarda. E o mais surpreendente é que nem aquilo que foi aprovado nesta Assembleia foi concretizado. Falo, por exemplo, das moções do PS: a reabilitação do Centro Histórico, o encontro nacional de nómadas digitais, a criação do provedor do cartão do bombeiro municipal. Tudo aprovado, nada executado. E o PSD, onde esteve este tempo todo? Que propostas apresentou? Que visão tem para o concelho? Nenhuma. Esteve mais preocupado com o adversário do que com a cidade, mais atento aos equilíbrios internos do que aos problemas das pessoas. Talvez esperem que o tempo apague responsabilidades. Mas o tempo não apaga tudo porque a história está escrita. Foi Álvaro Amaro que, em 2013, derrotou o PS. Foi ele quem atacou os seus antecessores com processos que acabaram arquivados. E foi ele, só ele, quem acabou condenado pela justiça. Mas os que com ele governaram, esses ainda andam por aí. Uns com a sigla do PSD, outros disfarçados num movimento independente. Por isso, falemos com clareza. PG e PSD são as duas faces do mesmo projeto político. Um projeto que perdeu o norte, perdeu a ambição, perdeu a ligação às pessoas. Estamos a três meses de eleições e ainda não apresentaram um candidato, nem PG, nem PSD. Isto diz muito sobre o que representam. O Partido Socialista fez o que lhe competia: apresentou, a tempo e com clareza, o seu candidato, sem ruído, sem promessas fáceis, com história, com trabalho, com compromisso. Porque, para nós, a Guarda não é um palco, é uma casa comum, é uma causa, é o nosso dever. A Guarda está no coração e é com essa convicção que aqui estamos para lembrar o que foi prometido, para denunciar o que não foi feito e para garantir que, com trabalho sério e coragem política, há um caminho melhor para a Guarda. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado José Valbom, o PG tem 2 minutos e 41 segundos.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, então, vou utilizar bem o tempo. Senhor Presidente, senhores Deputados, senhor Presidente da Câmara e toda a Vereação, caros Autarcas. A história do concelho não se faz apenas de intenções. Faz-se de decisões, de coragem, do trabalho persistente. Vivemos, hoje, na Guarda, um dos períodos mais ativos e dinâmicos deste percurso. Isso vê-se até pela excitação da oposição. Acho que fazem bem. Temos resultados alcançados. A equipa determinada, independente, concretizou um conjunto grande de coisas, apesar do chumbo do orçamento. Até isso chumbaram. Senhoras e senhores: orçamento chumbado, rasteiras atrás de rasteiras, mas nós não deixámos ninguém para trás. Foi com apenas três Vereadores, sem o apoio dos restantes, que aprovámos obras no complexo desportivo do Carapito, de Casal de Cinza, do Zambito, a primeira fase do pavilhão do Vale do Mondego. Sem a vantagem, sem o apoio dos quatro, os três Vereadores conseguiram mais de 100 km de estradas, de caminhos e condutas de água. A resiliência na cultura (sempre pontos que nos estão a apontar), batemos recorde no TMG. Sete mil e quinhentas pessoas vieram ao Guarda-Livros. O Guarda-Livros, aliás, está-se a fazer como um palco do interior. Espero que sim. Na cultura, nós trabalhamos para ter cadeiras com gente, gente como nós, de todos os cantos do concelho. O nosso campeonato é a democratização da cultura. Também no Gira-Volei, também no Guarda Ativa.Mente, fizemos “N” atividades que até hoje o Partido Socialista veio reconhecer. Efetivamente, é assim. Fez bem o Partido Socialista em reconhecer. Senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, caros concidadãos, a política com resultados vê-se no terreno, apesar de algumas pessoas andarem, acho eu, de olhos vendados. É procurar, andarem, caminharem pelo terreno, andando por aí. Vejam os resultados nacionais e internacionais dos nossos atletas. Onde treinaram? Foi no país vizinho? Foi no concelho vizinho? E é isso que nós temos que entender. Nós temo-nos apoiado e temos feito o que podemos. Fizemos tudo? Não. Mas queremos reconhecer que alguém também fez. Por exemplo, a comunidade educativa da Sé, o apoio que fizeram e deram aos jovens que treinaram num espaço renovado por este Executivo, deu resultado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, terminou o seu tempo. Tenho informação da Mesa que os independentes lhe dão 3 minutos.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “A gente agradece. Seja bem-vindo quem vier por bem, os independentes todos. Obrigadinho. Curiosamente, os mesmos que durante três anos disseram que não fizemos nada, que preferiram ignorar e desvalorizar o esforço, vêm agora reconhecer os resultados. Foi isso que se fez hoje, durante a manhã, e a gente agradece ao PS que disse isso. E o Voto de Louvor que todos votámos traduz isso. Mas a verdade não se apaga com discursos tardios, aderências tardias, presenças tardias. A verdade está nos títulos, nos treinos ao frio, nos pavilhões renovados com o apoio financeiro atempado e reconhecimento institucional da Câmara Municipal, dos seus colaboradores que sempre apoiámos. A Guarda UP apresenta uma geração de atletas que sonha, que vence, em nome da Guarda e pela Guarda, a nível nacional. Sonhos que continuam possíveis com os pavilhões que vamos, obviamente, continuar a renovar. Queria aqui dizer só uma coisa sobre isso (...) em todas as áreas, também nesta do desporto. E, agora, a poucos meses das eleições, vemos uma oposição que durante três anos desvalorizou, descredibilizou e até tentou bloquear este trabalho, mas que subitamente começou a elogiar os nossos clubes, as nossas associações, as nossas instituições. Vêm tarde, mas sejam bem-vindos. É evidente, acordam agora para a realidade da Guarda, acordam com o aproximar e o sonar das eleições. Só as eleições os motivam, só as eleições os despertam. Nós sempre estivemos acordados, sempre estivemos aqui. Sempre estivemos aqui. Os guardenses sempre estiveram acordados. Sabem, também eles, porque veem, porque participam, porque sentem no terreno as mudanças. Também as dificuldades, a humildade de reconhecer que muito há para fazer. Os guardenses sabem quem esteve sempre presente, quem é presente e quem não lhes vai faltar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “No desporto, na cultura, na coesão do território (vou já acabar, senhor Presidente, desculpe) e na valorização das gentes dos nossos territórios. A vitalidade das nossas freguesias é, obviamente, fruto deste empenho coletivo. Todos somos poucos, os novos, os velhos, os nacionais, os de outros países, todos somos

poucos. Porque, como é óbvio, a cidade que se quer maior precisa de toda a gente. Estamos cá e seja bem-vindo quem vier por bem, mesmo os de aderência tardia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado, tem o seu tempo que é meio minuto.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente de Junta da Freguesia de João Antão (Independente):** “Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento outra vez a Assembleia. É só aqui uma questão. O senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa voltou aqui a dizer, outra vez, que temos que olhar lá para fora, para falar para todos, que é por isso que nós aqui estamos. Então, senhor Deputado, fale também lá para fora o que disse, recentemente, na rádio: que os investimentos para as Freguesias são para caminhos onde passam duas pessoas, um muro só para duas ou três pessoas. Então, senhor Deputado, quando andar na campanha eleitoral, vá às Freguesias e diga isso. Desafio-o a dizer isso. E se houver Presidentes de Junta, colegas meus, que não queiram esses caminhos que dizem que é só para uma ou duas pessoas, eu quero-os lá. Não há problema nenhum, não se preocupe.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não havendo mais tempo e mais inscrições, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Tentarei ser breve. Sobre algumas questões que aqui foram referenciadas, irei falar sobre elas, senhor Presidente, mas não sem antes o cumprimentar a si, a toda a digníssima Mesa, aos senhores Vereadores (o senhor Vereador Rui Melo está em período de férias) e, naturalmente, cumprimentar também as senhoras e os senhores Deputados, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, as chefias da casa, as senhoras tradutoras que hoje nos acompanham também, e, naturalmente, os colaboradores do município, que também ajudam a que esta sessão possa funcionar da melhor forma possível, e, naturalmente, todos aqueles que nos acompanham em formato online. Sobre a homenagem ao Engenheiro João Cardoso, começando por aí. Senhor Deputado Luís Soares, naturalmente estamos todos de acordo com a importância que esse Engenheiro, esse homem da nossa cidade, da nossa terra, do

nosso concelho, o papel fundamental que ele teve no desenvolvimento desse grande grupo empresarial que se chama COFICAB, no número de postos de trabalho, em tudo aquilo que é o contributo do PIB dessa empresa. O PIB, seja para o concelho, seja para a região, seja para o país. Estamos, naturalmente, todos de acordo em relação à necessidade de homenagear esse bom homem. -----

Depois, falar sobre a moção dos pavilhões do antigo Sanatório Sousa Martins. Estamos todos de acordo. Aliás, acho que não há aqui ninguém que não esteja de acordo com a necessidade imperiosa daqueles pavilhões terem que ser recuperados. Mas é bom dizer que, quer a administração anterior, quer a administração atual da ULS, até ao momento nada fizeram para que fosse desenvolvido o projeto para a reabilitação do pavilhão Rainha Dona Amélia, que foi protocolado com o município. Aliás, isso foi verificado. Tal como disse, e bem, o Deputado José Rodrigues, nós demos o primeiro passo. E, portanto, é preciso que outros deem também o passo. Ora, se nós mantemos há quatro anos, vejam só, há quatro anos, de uma forma consecutiva, no nosso orçamento, uma verba de 150 mil euros para ajudar a pagar esse projeto, até hoje não recebemos uma única fatura. Até hoje, nada foi feito sobre essa matéria. E todos lamentamos, naturalmente, o estado de degradação de todo o edificado e que é da responsabilidade, tal como alguém já disse aqui hoje, dos governos dos últimos vinte anos. Ou talvez mais. A responsabilidade é dos governos e das administrações da nossa ULS, dos últimos vinte anos, que passaram por aqui. E dizer também, senhora Deputada Bárbara Xavier, eu não me canso de falar, seja com todas as administrações, seja com todos os membros dos governos que passaram ao longo destes quatro anos, sobre o assunto. Mas, não sei porquê, nem uns nem outros, até agora, nada fizeram, infelizmente o digo, sobre essa matéria. Esperemos... bom, vem aí uma campanha eleitoral. Já percebemos que já estamos em pré-campanha eleitoral. Há quem esteja a aquecer os motores. Mas cuidado para ver se não é pólvora seca e depois o motor vai abaixo. Vejam lá isso. Mas vêm aí as pré-campanhas eleitorais, agora vão aparecer promessas. Agora vão aparecer promessas de tudo e mais alguma coisa. Vamos estar bem atentos às promessas que por aí possam surgir. -----

Voto de Louvor - Nova Geração de Campeões, totalmente de acordo. Aliás, devemos enaltecer, e muito, o trabalho dessa boa gente, dos dirigentes, dos atletas, dos

treinadores, dos familiares. Naturalmente, graças a todos eles é que é possível esse trabalho e terem alcançado estes resultados. E, por isso, todos nos associamos a esse Voto de Louvor. Mas não podemos esquecer, naturalmente, outras modalidades como o futebol, o desporto escolar, já aqui referenciado também. Todos, sem exceção, naturalmente devemos estar gratos por isso. Mas também devemos recordar aqui algumas coisas. O apoio que é dado a essas associações, seja o apoio financeiro, seja o apoio de transportes, seja o apoio da utilização dos equipamentos desportivos e outro tipo de apoios. Devemos recordar que, antes de 2013, estas associações recebiam poucos ou nenhuns apoios da Câmara Municipal da Guarda. Poucos ou nenhuns, poucos apoios recebiam da Câmara Municipal da Guarda antes de 2013. Mas, também, nós devemos recordar, o Deputado José Valbom também já acabou por frisar um pouco essa matéria, sobre aquilo que tem sido a preocupação do município em dotar a cidade, o concelho de melhores infraestruturas desportivas, precisamente para melhorar a prática desportiva, seja a prática federada ou amadora, porque os amadores amanhã podem ser federados. É essa a nossa preocupação. Por isso, é que inaugurámos, no passado 27 de novembro, o pavilhão municipal da Escola Secundária da Sé, onde algumas destas equipas já foram campeãs, ganharam torneios nacionais recentemente. A nossa preocupação de, finalmente (das pessoas que estão aqui, poucas estiveram na assinatura das consignações das obras, mas deviam lá ter estado para ouvirem os dirigentes. É aí que se aprende. É com as pessoas na rua, é com o povo, é com os dirigentes, é com os atletas e com os treinadores que se aprende como é que as coisas devem ser feitas. Não é atirar foguetório para o ar para ver se alguém apanha, simplesmente porque estamos em pré-campanha eleitoral) a obra do relvado sintético do Carapito São Salvador, está em curso; o sintético de Casal de Cinza, está em curso; as bancadas do campo do Zambito, está em curso; o pavilhão desportivo anexo à escola primária de Maçainhas, está em curso. Estão no Facebook e no Instagram. São as redes sociais que o Município da Guarda usa. Mas está lá porque há obra. Aqui d'El Rei, porque agora há obra e o município anda a dizer que há obra. Senhora Arquiteta, então, nós trabalhamos que nem uns mouros, desculpe o termo, no bom sentido, naturalmente, e depois não íamos dizer o que fazíamos! Ficávamos em casa sozinhos como o Calimero, coitadinho. Deixem-se disso! Se há obra feita, tem que se mostrar a obra, porque essa obra tem que ser valorizada pelos guardenses e por toda a região. Sim, porque nós

somos procurados por outros concelhos, também, para poderem usar, de vez em quando, as nossas instalações desportivas. E, sempre que possível, desde que não esteja em causa a utilização pelos nossos clubes, nós até vamos cedendo aqui ou ali. Mas podemos continuar: que está em fase de adjudicação, aliás, já está adjudicado, estamos a aguardar a assinatura do contrato para o pavilhão desportivo do Centro Escolar do Vale do Mondego. Também vai haver fotografias, espero eu. Peço aos colaboradores, também vai haver fotografias dessa. Mas também a necessidade de requalificarmos os equipamentos que foram feitos nesta cidade há vinte, trinta anos. E ainda bem que foram feitos. Ainda bem! Mas, ao fim destes anos todos, naturalmente, estão a precisar de uma grande requalificação. E, por isso, os projetos estão a ser desenvolvidos com o acompanhamento dos técnicos desta casa; refiro-me concretamente à requalificação do pavilhão de São Miguel, das piscinas municipais, do estádio, o pavilhão do estádio municipal tem que ser completamente requalificado, do pavilhão do Inatel. São estes os quatro que existem na cidade há vinte, trinta anos, mas que precisam de ser requalificados e estamos a fazer os projetos para podermos ir aos fundos comunitários. Aliás, eu já falei isso várias vezes ao longo deste mandato. Mas também os novos espaços desportivos cobertos que estão a ser projetados para o Centro Escolar da Sequeira, para a Escola Primária da Estação, para a Escola de Santa Zita. E, nessa altura, não sabemos se será neste mandato, se será no próximo, haverá fotografias de certeza. Porquê? Porque é importante darmos nota do bom trabalho que vai sendo feito nesta casa. Não é só sob o ponto de vista político, mas sob o ponto de vista técnico também, porque temos as nossas equipas bem formadas e a trabalharem, naturalmente, afincadamente, para tudo isto. E a requalificação do campo de futebol de Gonçalo, que há doze anos não praticavam futebol? Foi o município que se chegou à frente para requalificar o ainda campo pelado de Gonçalo, para nos últimos dois anos terem retomado a prática desportiva. Mas, também, ao mesmo tempo, estamos a trabalhar para o futuro, aí não podemos dizer quando poderá ser, mas estamos a fazer o projeto para que, no futuro, se as coisas continuarem a correr da forma que estão a correr, poder existir também um campo sintético em Gonçalo e um pequeno pavilhão desportivo. Porquê? Porque há prática desportiva e porque há formação desportiva e é para isso que nós temos sempre que trabalhar. Já para não falar no apoio à realização das provas nacionais da nossa cidade: no futebol, no basquetebol, no Kempo, no Karaté.

Tudo isso é apoiado pelo município, seja qual for o clube. E, com isso, conseguimos trazer, ao longo deste mandato, eu arrisco-me a dizer, dezenas de milhares de pessoas à Guarda por via destes apoios, que o município, de uma forma direta ou indireta, trouxe para a nossa cidade. O Deputado José Valbom já bem falou há pouco, também, na final do Gira Volei. Mil atletas que estiveram cá na Guarda, juntamente com o Guarda Ativa.Mente. Que grande iniciativa! Era bom que todos nós fôssemos lá praticar desporto, é importante para podermos ter, naturalmente, amanhã, um envelhecimento mais ativo. É assim, não é Doutor Valbom, que nós devemos dizer? Para termos todos um envelhecimento mais ativo, física e mentalmente. Não podemos, por isso, esquecer estes apoios muito importantes do município e relembrar que, durante este mandato, o Município da Guarda já apoiou as mais diversas associações de toda a índole, refiro-me a todo o tipo de associações, num montante próximo já de 3 milhões de euros, ao longo deste mandato. 3 milhões de euros. Podem apontar. -----

Bom, continuando com aquilo que foi referenciado, Deputado Rodrigo Basteiro, sobre os transportes públicos. De repente, agora está tudo mal. Senhor Deputado, o senhor faça um exame de consciência e veja lá quem é que tratou, quem é que adjudicou o concurso dos transportes públicos que está em vigor. No fim do mandato, agora vem dizer isto. Aliás, os senhores, não sei, da última Assembleia Municipal para esta, mudaram aí o tom do discurso. Não sei bem porquê. Os senhores lá saberão. Mas este concurso foi recebido por este executivo municipal por imposição dos tribunais, em 2022. Um concurso de cinco anos. Quem é que o fez? Quem é que o preparou? Nós não fomos. É bom dizer isso. É bom dizer isso, senhor Deputado. Diga a verdade toda. Porque, de repente, andou de autocarro: e agora, no autocarro, estava toda a gente a falar mal do Presidente da Câmara. E eu é que mudo os pneus do autocarro, eu é que substituo as campainhas, eu é que ando lá com o guarda chuva para ver se não chove, eu é que meto combustível nos autocarros... Qual Deus, qual quê! Ó senhor Deputado, eu não almejo ser Deus. Pelo amor de Deus, temos que respeitar... Não me interrompa, se faz favor! Não me interrompa! Não me interrompa! Ó senhor Presidente?" -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, pedi, há pouco, para o senhor Deputado Miguel Borges, que não o interrompessem. Daqui a pouco, queixam-se que depois o senhor Presidente da Câmara, que tem três minutos e vinte e quatro

segundos, mais o tempo dos independentes, e depois queixam-se que... interrompe-se o discurso! Portanto, está a falar. Ele também esteve calado. Eu já disse isto aqui várias vezes, nós podemos aqui dizer o que entendermos, ele está sempre calado e nunca o ouvi interromper nada. Ele fala e nós interrompemos. Eu penso que isto aqui, como dizia um advogado e um juiz em Coimbra, é o respeito mútuo, não é só de um lado. Senhor Presidente, pode continuar, se faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bom, recordando o concurso que nós herdámos com os horários desfasados da realidade, com as viaturas que temos, o concurso previa que as viaturas pudessem ter dezasseis anos. Correto, senhora Chefe de Divisão? Dezasseis anos, era o que dizia no concurso. Mais: e o inquérito à mobilidade que é obrigatório, é tecnicamente obrigatório neste tipo de concursos? Nada foi feito sobre o inquérito à mobilidade. O que é um inquérito à mobilidade? Auscultar a população, por amostragem, naturalmente, sobre aquilo que são as reais necessidades da população em relação aos transportes públicos. Nada disto foi feito no concurso anterior. Porquê? Não sei responder em relação a essa matéria. Bom, nós avançámos com o sistema de informação em tempo real, que está continuamente a sofrer algumas atualizações. E mais atualizações vai ter que sofrer por causa das viaturas serem velhas. São viaturas velhas, enfim, é o que temos. Já conseguimos melhorar, estender a rede e alterar alguns horários. A extensão de rede para o Politécnico da Guarda (que não estava previsto no concurso), para a plataforma logística (que não estava previsto no concurso), para os Galegos (que não estava previsto no concurso), para o Torrão (que não estava previsto no concurso) e algo mais, correto, senhora Chefe de Divisão? Até estendemos para mais sítios. Vejam só, daquilo que é possível alterar, nós alteramos. Até porque, nos termos contratuais, só podemos proceder à alteração de cerca de 10% das rotas, por ano. Correto, senhora Chefe de Divisão? É assim que nós temos que trabalhar, com base na lei. E não com foguetório de pólvora seca. Substituímos as paragens dos autocarros. Candidatámo-nos aí a mais um fundo para podermos substituir mais paragens de autocarros, porque é importante, e colocar outras onde não existem. Tal como aquele concurso que nós aprovámos há uma ou duas reuniões de Assembleia Municipal atrás, para podermos colocar publicidade nas paragens de autocarro e, quem ganhar o concurso, colocar mais paragens. Ou seja, para

termos uma cobertura total, na cidade, de paragens de autocarro. Os transportes gratuitos até ao 12º ano, que nós avançámos muito antes daquilo que foram as orientações nacionais. E o número de utilizadores que continua a aumentar nos transportes públicos urbanos. Correto, senhora Chefe de Divisão? Dia após dia, semana após semana, mês após mês, o número de utilizadores tem vindo a aumentar. Se está tudo feito? Claro que não. Então, com uma frota destas e amarrados a um contrato como estamos, naturalmente que estamos a fazer “das tripas coração” para melhorar os transportes públicos. E, por isso, estamos também já a preparar o próximo concurso, em função da experiência destes anos, com inquéritos à mobilidade, com uma frota mais recente, com uma frota menos poluente. E, aqui devo recordar, também, um dos pontos que está na ordem de trabalhos para adquirirmos viaturas elétricas. E, portanto, é já a prepararmos o futuro para que nós possamos ir ao encontro destas necessidades. E, tudo isto, tão só e simplesmente para melhorar o serviço aos nossos cidadãos, aos nossos guardenses e, naturalmente, o seu bem-estar. Mas aquilo que nós pedimos, senhor Deputado, não falem mal da Guarda. Parem de falar mal da Guarda! Está tudo mal... ó senhor Presidente, outra vez?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado. Ó senhor Deputado, desculpe, não obrigue a Mesa a tomar atitudes drásticas. Senhor Presidente, faça favor.”

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. Não falem mal da Guarda, é aquilo que eu peço. Nunca! Não falem mal da Guarda, pelo amor de Deus, em caso algum. Todos somos poucos para falar bem da Guarda, para defender a Guarda, a nossa autoestima, o nosso desenvolvimento. Senhor Presidente, eu peço aos independentes se me podem dar os quatro minutos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Os independentes já deram. Tem quatro minutos e onze segundos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado... Não. Eu gosto de cumprir tempo, eu gosto de cumprir tempo. Desculpe lá, eu estou na minha intervenção. Senhor Presidente, eu estou a intervir. Agora toda a gente me interrompe! Então, suspenda os trabalhos outra vez.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, não me obrigue, a esta hora, a suspender os trabalhos, porque o vou fazer. Não há esclarecimentos agora! Agora, está o senhor Presidente a falar! É preciso dar um murro na mesa? Desculpem lá! Eu penso que estamos numa sessão de homens, não de garotos. Nem na escola primária. Creio que aí ainda se comportam melhor. Senhor Presidente, quatro minutos e onze segundos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Eu peço aos senhores Deputados para que não demos um mau exemplo para os nossos alunos e para as pessoas que nos estão a ouvir lá em casa. É um exemplo que nós temos que dar para a cidadania. Se calhar, alguns aqui precisavam de aula de cidadania, mesmo já estando formados. Mas acho que precisavam disso. Estava eu a referenciar, no que diz respeito à central de camionagem, que é uma preocupação que todos temos, uma intervenção que foi feita há uns anos na central de camionagem. Não resultou e, por isso, os serviços técnicos estão a preparar uma nova intervenção, ainda que simples, para já, para a central de camionagem, porque, naturalmente, é uma porta de entrada. -----

Sobre aquilo que foi referenciado na discussão política: balanços autárquicos, mandato da desilusão, espelho vaidoso. Senhor Deputado, eu não sou espelho de ninguém, para que conste. Eu não sou o seu espelho, nem o de ninguém. O senhor gosta de utilizar aí uns adjetivos. Inspira-se, faz bem. Não sei de que forma é que se inspira, mas o senhor inspira-se e faz muito bem. Mas o senhor, olhe, na última Assembleia Municipal, teve um bom discurso. Não sei que bicho lhe mordeu, é que de repente mudou completamente o discurso. O senhor saberá porque é que mudou o discurso. E depois disserem: não tem obra para se defender. Vejam o *ensaio sobre a cegueira*, eu já citei o *ensaio sobre a cegueira*. Então, quem é que chumbou os orçamentos? Quem é que chumbou orçamentos nesta casa? Quem é que chumbou o empréstimo? Isto era um ensaio para agora dizerem, na dita pré-campanha eleitoral: eles não fizeram, eles não têm obra, eles não fazem nada. Isto é um ensaio. Aqui lanço um alerta aos cidadãos guardenses: não se deixem enganar. Vem aí um período quente. Não é só da temperatura, mas é também dos ânimos. Não se deixem enganar, pelo amor de Deus. Então, e o Centro Histórico? Convido o senhor a ler as atas das reuniões de Câmara. No dia 1 de maio, nós apresentámos o Plano de Revitalização do Centro Histórico. O senhor

podia lá ter ido porque aprendia. Porque eu, para ter desenhado, eu e toda a equipa da Câmara, os colaboradores, para termos desenhado aquele Plano de Revitalização, aprendemos muito, estudámos muito para poder ser apresentado. E ouvimos muito. Ouvimos na Câmara, agradecemos as boas intervenções que foram feitas na Câmara também, não é tudo mau, e aqui na Assembleia Municipal, para podermos desenhar esse Plano de Revitalização para os próximos anos. Sabe porquê, senhor Deputado? Nos últimos trinta anos, todos somos responsáveis, os que estão aqui e os que estão lá fora, todos os cidadãos guardenses são responsáveis pelo abandono do Centro Histórico. Todos. Porque, nos últimos trinta anos, foi isso que aconteceu ao Centro Histórico. Um dia fechou um comércio, no dia seguinte fechou um café, uma família que faleceu e a casa ficou fechada, outra família que foi morar para uma casa maior e a casa ficou fechada, acabou por se deteriorar, caiu, ruiu. Este é o estado da arte do Centro Histórico ao longo destes trinta anos. E, por isso, nós, no dia 1 de maio, apresentámos esse plano para que possa ser uma realidade nos próximos anos. Mas sobre a obra feita, eu já tenho pouco tempo, daqui a pouco, se Deus quiser, falaremos sobre tudo isso. E os buracos nas ruas? Ó senhor Deputado, faça o favor, eu já lhe pedi isto a si e a outros: identifique os buracos e mande para a Câmara. Mande lá se faz favor. Sabe porquê? Porque nem o Presidente da Câmara, nem a senhora Vice-Presidente, nem o Vereador, nem as chefias, nem os colaboradores têm GPS na cabeça, nem chips. No futuro, não sei, com a inteligência artificial. Mas não há cá chips no corpo para ver onde é que andamos. E, por isso, todas as situações que o senhor identifique, em vez de vir para a Assembleia Municipal... pode vir para aqui, mas, previamente, mande para a Câmara, que é para os serviços tratarem disso. Isso é tratado de forma automática, nem tem que vir ao poder político, essa matéria. O senhor falou aí em favorecimentos políticos e em clientelismos. Senhor Deputado, ou o senhor pede desculpa sobre isso, ou o senhor vai ter que apresentar uma queixa formal no tribunal ali em frente àquilo a que o senhor se refere! Eu não lhe admito! Nem aos políticos, nem aos técnicos. Favorecimentos políticos e clientelismos? Desafio-o a avançar. Ou o senhor pede desculpa ou avança com uma queixa no tribunal, ali do outro lado da rua, sobre aquilo que o senhor acabou de referenciar. Porque eu não lhe posso admitir, enquanto gestor desta casa, sobre os políticos e os técnicos, que o senhor esteja a levantar falsos testemunhos em relação a essa matéria.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, esgotou o tempo. A Mesa deu mais um minuto e quarenta e cinco ao Bloco, é o máximo que está ali. Dou-lhe esse minuto e quarenta e cinco.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Depois, vejam só, não fizemos nada de bem. Tudo o que fizemos, fizemos tudo mal. Tudo o que fizemos de bem, veio do executivo anterior. Vejam só! Algumas coisas têm razão. É que eu também lá estive até ser deitado fora da tarde para a noite. Recordam-se desse episódio? Recordam-se? Ficaré escrito nas memórias futuras. Senhor Deputado, leia as atas das reuniões de Câmara, porque bem precisa. E, o senhor, deixe-me dizer-lhe, com toda a convicção, o senhor devia-se envergonhar da forma como fez a sua intervenção, daquilo que disse, em nome da Guarda, mas também em nome do PSD. O senhor não devia ter falado dessa forma. Devia sentir vergonha sobre a forma como o senhor falou e se dirigiu ao Presidente da Câmara, com as expressões que o senhor utilizou e com as acusações que o senhor proferiu. Depois, Deputado Miguel Borges...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, mesmo para terminar.” ---

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Deputado Miguel Borges, os bairros esquecidos. Olhe, eu desafio-o, vá percorrer os bairros da cidade todos e depois vá ver se eles estão esquecidos ou se as equipas estão constantemente preocupadas em fazer a manutenção e a fazer requalificações, conforme andam a fazer. -----

Depois, sobre a cultura, o senhor Deputado José Valbom já falou, e bem. Subscrevo na íntegra aquilo que bem referenciou. E, senhor Deputado, se há fotos, é porque há obra, não é? Dói? Pois dói. Mas é assim, tem que se mostrar a obra feita. Porque senão, então, aí é que os senhores diziam que não se fazia nada. Mesmo assim, dizem o que dizem. É aquela dialética a que nós já estamos habituados ao longo deste mandato.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço-lhe, encarecidamente, que termine.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Mesmo já a terminar, trinta segundos, nem tanto, senhor Presidente. Nós somos, verdadeiramente, só três pessoas a trabalhar com funções executivas. Três. Nunca a Câmara da Guarda foi governada com tão pouca gente. Nunca! Agradecer, naturalmente, para além do trabalho que os senhores

Vereadores fazem, das chefias e dos colaboradores do município que nos permitiram chegar até onde chegámos já na reta final do nosso mandato. -----

E, por último, citar o senhor Presidente de Junta de Freguesia de João Antão, Pedro Nunes, aquilo que referenciou: é o que temos! Isto é aquilo que alguns pensam sobre aquilo que é a coesão territorial. Nós temos que tratar, e tratamos, de igual forma o bairro mais populacional da cidade, como a aldeia mais pequena deste concelho onde resida apenas uma ou duas pessoas. Têm exatamente os mesmos direitos. E é isso que nós fazemos. Infelizmente, algumas pessoas, nesta sala, aqui não o dizem, mas depois vão para a comunicação social dizê-lo: que não valia a pena fazer um pavimento qualquer num sítio qualquer. Não valia a pena. É só falarmos com a população que vive na Quinta dos Coviais, que é na cidade da Guarda. É aqui ao lado, na Quinta dos Coviais, que aguardavam a água e o acesso há vinte, há trinta, há quarenta anos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, tem que terminar.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “E outras aldeias mais, que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia bem sabem. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Nos termos regimentais, é permitido fazer perguntas ao senhor Presidente sobre aquilo que ele disse. Aquilo que ele não disse, não disse. Se é para fazer perguntas sobre o que ele disse, dou-lhe a palavra, senhora Deputada, e depois ao senhor Deputado Miguel Borges. Faça favor.” -

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Tenho dois pedidos de esclarecimento e um protesto. Tenho aqui uma questão que é: em que parte do Regimento... é que eu quero fazer um pedido de esclarecimento, um deles, que tem a ver com o documento que foi enviado pelo Presidente da Mesa da Assembleia. Em que parte é que me impede disso? É que no artigo 39.º fala em formular ou responder a pedidos de esclarecimentos. Eu quero fazer um pedido de esclarecimentos sobre o documento que foi enviado pela Assembleia, um pedido de esclarecimento ao senhor Presidente e um voto de protesto.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não estou a entender rigorosamente nada.” -

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “O senhor Presidente da Mesa da Assembleia enviou para...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O senhor Deputado Miguel Borges, no tempo do Partido Socialista, fez a pergunta e eu já respondi. Agora, é para fazer perguntas àquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, se não estiver esclarecida.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, tem que informar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se quiser mais algum esclarecimento, mande-me um email. -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Eu quero um esclarecimento que não tem absolutamente nada a ver com a pergunta que fez o Deputado Miguel Borges.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Utilizasse o seu tempo. Para isso, agora, não lhe dou tempo.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “O pedido de esclarecimento está a ser negado por si? Com que base?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Porque não tem tempo para o fazer agora, porque esgotou o seu tempo.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “O pedido de esclarecimento...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ao senhor Presidente da Câmara agora.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... aos documentos que foram enviados pelo Presidente da Mesa da Assembleia, vai a ser negado?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Só lhe estou a perguntar: vai negar um esclarecimento ao documento que enviou, por email, para todos os grupos municipais...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, isto tem regras. No tempo do Bloco de Esquerda, a senhora Deputada podia ter perguntado, como já fez o senhor Deputado Miguel Borges no tempo do Partido Socialista.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Somos dois grupos independentes, temos posições diferentes.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Desculpe lá, senhora Deputada, agora estou eu a falar.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Pode continuar, então.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “E não me volta a interromper.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Já fui interrompida demasiadas vezes, mas concordo que não devemos ser.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Que fique isto muito claro. Estou-lhe a dizer que, neste momento, tendo a senhora Deputada esgotado o tempo e já tendo ultrapassado em um minuto e quarenta e cinco, neste momento só pode pedir esclarecimentos sobre aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse. Não lhe dou a palavra para rigorosamente mais nada. E, se quiser, faça os protestos que entender, como diz o senhor Presidente da Câmara, vá para o Tribunal, faça o que entender. Neste momento, é só para isto.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Neste momento, a discrepância de tempos entre o tempo que foi usado pela Câmara Municipal e o Bloco de Esquerda, dá-me tempo, então, para pedir um esclarecimento...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Interrompo outra vez os trabalhos?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Continua a não ser justo na sua atuação. Quando disse ao senhor Presidente da Câmara que podia usar o tempo condizente ao tempo que o Bloco de Esquerda usou, tem que manter a mesma posição com os partidos ou com os grupos municipais.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, repito, e é a última vez que o faço...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Volto a repetir...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... porque, a seguir, eu peço para lhe retirarem o som, interrompo os trabalhos e vamos almoçar às cinco da tarde. Também não há problema nenhum.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Estes quatro anos têm sido marcados por demasiadas ameaças...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não é ameaça!” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Vou deixar este pedido...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não vale a pena estar a tentar provocar-me, porque não consegue. Não vale a pena, porque não consegue.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Vou deixar passar este pedido de esclarecimento...”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, quer fazer a pergunta ao senhor Presidente da Câmara ou não?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Quero.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Um esclarecimento. Então, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Era isso que estava a tentar dizer. Vou deixar passar o esclarecimento que tinha a fazer sobre o documento, apesar de achar que não está correto não usar a mesma medida com o Presidente da Câmara que usa com os grupos municipais, porque permitiu ao Presidente da Câmara falar o tempo que o Bloco de Esquerda gastou. Se, neste momento, há três minutos e onze segundos, deveria ser permitido a todos os grupos municipais usarem a diferença de tempos entre três minutos e onze segundos e um minuto e quarenta e cinco segundos. Mas vou passar para o pedido de esclarecimentos. O meu pedido de esclarecimentos tinha a ver com... na minha consideração, deveríamos saber quem é que foram os independentes que doaram o tempo, porque é dito: os independentes. Mas são todos? Esta parte não tem vindo a ser esclarecida. E o meu voto de protesto vai, obviamente, para a forma como o senhor Presidente da Câmara se tem dirigido, diversas vezes, durante estes quatro anos. E, aulas de cidadania, é verdade, senhor Presidente, precisa urgentemente de aulas de cidadania e também de autocontrolo. É notório que não sabe lidar com a oposição, mas informo que estamos numa democracia. Não é um ataque pessoal, é a opinião política...”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça o favor, retire o som.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... ao contrário das suas intervenções que são demasiadas vezes ofensivas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faz favor, retire o som. O senhor Secretário vai dar um esclarecimento sobre a contagem dos tempos.” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa:** “Só para que fique claro, relativamente aos independentes que cederam tempo, quer ao Deputado Valbom, quer ao senhor Presidente: Ramela, Pêga, Vila Franca do Deão, Famalicão, Trinta, Pêra do Moço, Avelãs da Ribeira, Jarmelo São Pedro, Cavadoude, Alvendre, Sobral da Serra, Avelãs de Ambom e Rocamondo, João Antão, Aldeia Viçosa, Vila Cortês e Arrifana. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Sinceramente, às vezes não entendo alguma desconfiança, embora tenha toda a razão em saber o que é que se passa. Pedido de esclarecimento ao senhor Presidente? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só uma introdução muito breve. Só dizer que nós tínhamos um Deputado que tinha um texto preparado e que também não o leu, precisamente porque não tinha tempo. E o tempo que demoraria a intervenção desse Deputado seria, mais ou menos, cerca de três minutos, que foi aquilo que foi gasto a mais pelo senhor Presidente. Depois, relativamente aos pedidos de esclarecimento que eu gostaria de fazer ao senhor Presidente e, claro, estará sempre na sua..., se me querará responder ou não. O primeiro, acho que já me respondeu, que era se o senhor Presidente não tinha estado no anterior mandato. Porque por umas vezes parece que quer estar, outras vezes parece que não quer estar. Essa era a primeira questão que me respondeu. E a segunda, eu ouvi com alguma atenção quando falou da mudança de discurso do PSD de uma Assembleia para a outra, é se o senhor Presidente tem alguma ideia acerca disso, se tem alguma coisa a ver com o facto de ser candidato num partido, de passar a ser candidato num movimento. Qualquer coisa que nos possa elucidar.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Borges, o senhor Presidente da Câmara acabou de me informar que não tem esclarecimentos a prestar. Para? Pedido de esclarecimento?” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “O Presidente da Mesa disse que eu podia pedir, só que o PG depois diz que não, que não posso pedir. Pronto, é assim que funcionam as coisas nesta casa. Não é para pedir, é para prestar esclarecimentos, porque na intervenção do senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, voltamos ao mesmo...” ----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Não, não. O que é que está ali escrito? Pedir ou dar explicações. Eu estou a dar uma explicação daquilo que foi dito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, não é!” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “É.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não é!” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Claro que é.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É pedir explicações ao discurso do senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “E dar, não?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. O Regimento não diz...” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Se está equivocado, eu posso dar um esclarecimento e isso está previsto no regimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Vamos perder tempo agora a ler o Regimento. Acho que é melhor ler o Regimento. Os senhores não o querem ler! O que o Regimento diz (...)” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Ele é o último a falar no período da ordem do dia. Antes da ordem do dia não há essa menção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu agora não estou a encontrar, mas tenho a certeza que há aqui um artigo no nosso Regimento que diz que o senhor Presidente da Câmara é o último a falar. O primeiro Deputado que invocou este artigo foi o senhor Deputado Luís Calheiros, quando veio dizer que o Regimento permite que depois de o senhor Presidente da Câmara falar se lhe peçam

esclarecimentos a ele. Não é o senhor vir outra vez. Então, falamos outra vez todos. Eu agora não estou a ver aqui, mas eu tenho a certeza do que estou a dizer. Portanto, se é para lhe pedir um esclarecimento, faça favor.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “É para dar um esclarecimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, dar não pode.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Mas não posso porquê?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, porque já esgotou o tempo. É o mesmo problema da senhora Deputada Bárbara. Mas eu acho que hoje não...” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Esta forma regimental também corre em tempo próprio.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É o que foi aprovado.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Mas corre num tempo próprio. Portanto, essa questão de não haver tempo também não se suscita.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É o que foi aprovado.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Há um ponto próprio e há um tempo próprio para prestar ou pedir esclarecimentos. Portanto, essa do tempo esgotado também não colhe. Eu já tinha feito os esclarecimentos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não é o problema. Não é o problema, é o Regimento. Eu estava aqui a pedir ao Professor José António, que também andou de volta disto, a ver se se lembra qual é o artigo que diz que o Presidente da Câmara é o último a falar.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Eu tenho a certeza que...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “E eu tenho a certeza do contrário...” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “... essa disposição é relativa ao período da ordem do dia em que o Presidente é o último a falar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, não.” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Podemos fazer isto durante a parte da tarde.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Por favor! Eu acho, mais uma vez, que todos nós nos queremos ouvir, todos nós temos algumas coisas para dizer, de certeza absoluta. O senhor Deputado quer dar esclarecimentos relativamente àquilo que o senhor Presidente disse da sua intervenção, onde realmente o senhor Deputado foi tocado pelo senhor Presidente. E, portanto, é natural que queira dar alguns esclarecimentos ao senhor Presidente. E, depois, a seguir, posteriormente, dará mais um tempo ao senhor Presidente para o senhor Presidente acabar de responder e por mim estará tudo OK. Não há problema nenhum e será o último a falar. Agora, aquilo que está a acontecer, neste momento, é que estamos há não sei quanto tempo neste impasse, quando já podia estar tudo resolvido, porque tenho a certeza absoluta que o senhor Deputado não irá demorar muito tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, o senhor tem toda a razão. Mas então temos que alterar o Regimento e compete à Mesa seguir o Regimento, porque senão entramos aqui numa de...” -----

- **Rodrigo Pires Besteiro, Deputado (PSD):** “Posso fazer este esclarecimento à tarde, por exemplo. E até lá vemos o Regimento e se é mesmo possível. Adiamos esta situação e vamos ao almoço. Não tenho problema nenhum com isso, se facilitar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então, interrompemos para o almoço e recomeçamos às 15h00.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Temos cinquenta e cinco Senhores Deputados, podemos recomeçar os trabalhos com o período da ordem do dia.” -----

Ponto 2.1 - Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas do Ano 2024, do Município da Guarda – discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A Mesa abre o ponto à discussão e, obviamente, depois, à aprovação. Alguma senhora Deputada ou algum senhor

Deputado deseja intervir? Faça favor. Estão cinquenta e cinco Deputados, temos quórum.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos e a todas. Vamos aqui mudar um bocadinho o espírito das oposições do contra e do bota abaixo e vamos fazer uma intervenção pela positiva. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Dr. José Relva, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, bem como todos quantos nos seguem. Começo por dar nota de uma máxima sobejamente do conhecimento de todos: sendo boa cada uma das partes, então o seu somatório é, com certeza, também bom. Ou seja, para nós, Movimento pela Guarda, o caminho percorrido pelo nosso Município e por este nosso Executivo foi, sem qualquer margem de dúvida, muito bem-sucedido. E perguntarão os senhores e as senhoras Deputadas: a que se fica a dever este sucesso? A resposta é simples: trabalho, muito trabalho, resiliência, persistência, persuasão, visão, competência e, sobretudo, humanismo. Ou seja, é mais do que evidente, para a generalidade dos nossos concidadãos, que a gestão desta nossa Autarquia, liderada pelo senhor Eng.º Sérgio Costa, foi e é de boa qualidade, pautada pela transparência, rigor e exigência. Desde o primeiro dia do seu mandato, que este nosso Executivo acolhe as boas recomendações e adota as melhores práticas de gestão. Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, os nossos parabéns. Indo ao ponto em concreto, prestação de contas consolidadas de 2024 do Município da Guarda, que daqui a instantes será submetido à aprovação desta Assembleia Municipal, importa que os senhores deputados municipais saibam principalmente o seguinte: o Município da Guarda consolida obrigatoriamente com a Municípa, empresa municipal SA, onde detém uma participação de 15%, com um capital de 4985 euros e 1 cêntimo e com a APAL-SIM, Águas Públicas em Altitude - Serviços Intermunicipalizados - com uma participação de 39,72%, equivalente a um capital de 14 milhões 112 mil 905 euros e 61 cêntimos (ou seja, o capital do património da APAL), e com direito aos lucros e aos prejuízos de 65,88%. É este o perímetro de consolidação e é usado o método de equivalência patrimonial para o apuramento das referidas contas consolidadas. Como seria de esperar, os principais indicadores, resultados e tendências evolutivas não são obviamente díspares da entidade Câmara Municipal da Guarda enquanto entidade isolada, pela simples razão de que os indicadores e valores da Municípa e da APAL - SIM

serem, ainda, alguns residuais e/ou pouco expressivos. A título meramente informativo, o nosso Município detém outras participações que são sobretudo estratégicas e as contas dessas entidades não consolidam com o Município, a saber: EnsiGuarda, com uma participação de 1,56% e com uma quota de 2500 euros; Beiragás, com ações de montante equivalente a 0,04%, 5 mil euros em ações; Sociedade Ponto Verde, com ações de 500 euros, que equivale a 0,02%; ResiEstrela, com uma participação de 9,61%, equivalente a um conjunto de ações no montante de 384 mil e 350 euros; LogIN CoLAB - Associação para o Laboratório Colaborativo, com uma participação de 15% e ações no montante de 15 mil euros. Como era expectável, tendo em conta as boas contas então evidenciadas pelo Município, também a situação económico-financeira consolidada é boa. Vejamos os principais indicadores que suportam esta constatação: de 2023 para 2024, os rendimentos do grupo municipal crescem 1 milhão 637 mil euros (de 45 milhões 970 mil para 47 milhões 608 mil euros). O valor do EBITDA é positivo e cresce expressivamente de 7 milhões 504 mil euros, em 2023, para 9 milhões 397 mil euros, em 2024. O resultado líquido consolidado é muito positivo e, à semelhança do EBITDA, cresce de forma expressiva neste exercício de 2024 e neste mandato. Foi, em 2024, de 248 mil euros. Cresceu, em termos absolutos, 1 milhão 299 mil euros. Em linha com estes indicadores, também o resultado operacional de 2024 foi bastante positivo, de 363,1 mil euros que compara com o de 2023, que foi negativo de 778 mil euros. O ativo total consolidado foi, em 2024, maior que 258 milhões, que compara com o de 2023 de 240,9 milhões. O património líquido consolidado, a 31 de dezembro de 2024, era de 201,4 milhões, que compara com o de 2023 de 185,1 milhões. Ou seja, cresce com relativa expressão, com um resultado líquido positivo de 248 mil euros, incluído, ao contrário do sucedido em 2023 que foi negativo, se se recordam, de 1 milhão e 51 mil euros. Se de uma empresa se tratasse, a sua autonomia financeira consolidada seria excelente: 77,81%. Volto, agora, um pouquinho ao princípio desta intervenção, quando dávamos nota de que este nosso Executivo acolhe, desde o primeiro dia do seu mandato, as boas recomendações e adota as melhores práticas de gestão. Pois bem, das muitas mensagens e recomendações, lembremo-nos de uma muito importante, e já vão perceber porquê. Ou seja, a recomendação da importância para um município com bom desempenho económico financeiro em equilíbrio, que cumpre com as suas responsabilidades e que possui suficientes e adequados recursos de tesouraria. De que

é que estamos a falar? Estamos a falar da almofada da Câmara, de disponibilidades, de tesouraria e/ou suficiente fundo de maneio. Estamos talvez a referir-mo-nos à principal ferramenta de trabalho para que o nosso município possa, por sua capacidade de negociação, prosseguir e desenvolver os seus projetos e investimentos tão importantes e ambicionados para todos nós cidadãos. Pois, como todos devem saber, o dinheiro do Município vai sempre à frente. E, aqui chegados, neste contexto, não podemos deixar de dar os nossos parabéns ao Partido Socialista e, em particular, ao senhor Deputado Miguel Borges, que aqui nesta mesma sala, na última Assembleia Municipal, se atravessou e se comprometeu, em nome do Partido Socialista, comunicando-nos que o Partido Socialista não seria força de bloqueio à aprovação de um financiamento, neste caso, da abertura do procedimento tendo em vista a aprovação do financiamento de médio e longo prazo de 1,6 milhões. E assim foi. Muito obrigado, senhor Deputado Miguel Borges. De facto, o referido procedimento foi aprovado em reunião de Câmara pelo Movimento pela Guarda, com voto de qualidade do senhor Presidente, Eng.º Sérgio Costa, com a abstenção do PS, sublinho, abstenção, tendo o PSD votado contra. Como todos percebem (e é evidente que eu não posso fazer uma apresentação sobre a consolidação de contas e excluir o ponto seguinte sobre a aprovação do empréstimo de 1 milhão e 600 mil euros, porque os assuntos estão inter-relacionados), com esta operação, a tesouraria do município, tão importante e necessária conforme já explicado, não é, no curto prazo, diminuída por este mesmo montante...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, esgotou o tempo do PG.”--

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Trinta segundos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “OK. Muito obrigado.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Diminuída por este mesmo montante a alocar ao processo de expropriação de terrenos necessários para a construção de tão importante obra e há muito ambicionada e desejada Avenida dos F’s. Senhoras e senhores Deputados, daqui a muitos largos anos, os futuros líderes políticos do PSD e do PS não vão, com certeza, entender as posições dos atuais líderes dos seus partidos, que recorrentemente são contra e/ou indiferentes a esta tão importante e impactante obra para a nossa cidade. Sim, porque esta obra vai ser uma realidade e todo o processo de

execução não pode ser revertido, não tem retorno. Só não está já no terreno, porque as oposições não o permitiram. Mas, sejamos justos, o PS será, ainda assim, associado a tão importante obra, pela simples razão de não ter sido força de bloqueio. Em minha opinião, é pouquinho, mas é o que é. Senhoras e senhores Vereadores do PS e PSD, senhoras e senhores Deputados de toda a oposição, podem e devem ser forte oposição e crítica, mas também podem ser ativamente construtivos e determinantes para a nossa cidade e concelho, tendo em vista o nosso bem-estar coletivo. Resta-me agradecer a todos por me terem ouvido e termino desejando ao senhor Presidente e ao seu Executivo que prossiga com a energia de sempre, com transparência, credibilidade na condução dos destinos do nosso Município. Pela Guarda, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja intervir? Já lhe dou a palavra, senhor Deputado. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado pela condescendência, senhor Presidente. Mais uma vez, os meus cumprimentos para todos os presentes e para quem nos visualiza lá fora. Bem, o grupo do PSD, quanto a este ponto, queria apenas dizer que isto decorre da normalidade. Portanto, a Autarquia vai integrar no seu perímetro contabilístico as participações que tem nalgumas sociedades e, portanto, quanto a isso, não temos nada a dizer. Portanto, é normal e votaremos, com certeza, a favor. No entanto, no discurso do senhor Deputado que me antecedeu, do meu amigo Oliveira, eu denotei aí, enfim, alguma acintosidade, algum desconforto relativamente à... como é que eu agora hei de dizer, relativamente à forma como a Autarquia financeiramente está estruturada. Porque ele levanta a suspeição que estes malandros da oposição, uns mais do que outros, que chumbam empréstimos e, por chumbarem os empréstimos, a Câmara não pode fazer e não tem dinheiro. Bem, eu aqui queria propor uma coisa, e já agora, senhor Presidente da Assembleia, se me permite a sugestão, aliás, não é uma sugestão, é um pedido formal. E faça favor de o acatar e entender como tal. Para se acabarem com esta suspeições, nada tão simples como isto: tanto quanto eu sei, a Autarquia é pródiga na disponibilização dos documentos que são solicitados pelos senhores Deputados. Aliás, ainda ontem tivemos oportunidade de receber no email um documento desta natureza. Então, já que há esta diligência, eu sugeria o seguinte: que

fosse entregue a todos os Deputados e grupos parlamentares um mapa chamado demonstração de fluxos de caixa. É um mapa simples. Os serviços financeiros devem saber do que é que eu estou a falar. E, depois, também, adicionalmente, entregam um orçamento de tesouraria deslizando. Ou seja, à medida que vai avançando um mês, é posto um mês, no período seguinte, à frente. E, portanto, nós, com esses dois documentos, facilmente vemos a realidade financeira da Autarquia. Olhamos para a tesouraria e vemos se há ou não há liquidez. Porque se eu pegar nas contas de 31 de dezembro, aliás, que estão plasmadas no documento que hoje estamos aqui a analisar, havia, em caixa e depósitos à ordem, ou seja, líquido, em disponibilidades, havia mais de 9,7 milhões de euros. Estamos a falar de quase 10 milhões de euros em dinheiro vivo. E, por isso, nós precisamos de saber onde é que esse dinheiro é aplicado. De onde é que veio e onde é aplicado. E, com esses dois mapas, facilmente nós tiramos a conclusão. E, depois, senhor Presidente, se for esse o caso, penitenciar-nos-emos de alguma coisa que aqui tenhamos dito. Mas, até lá, é legítimo haver estas dúvidas. E nós, que estamos numa casa onde a democracia é um dos pilares basilares da atuação de todos estes senhores Deputados, nada como a Autarquia fazer o favor de nos disponibilizar esses documentos, para podermos tirar essas dúvidas. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Boa tarde a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa renovo os meus cumprimentos a todos os presentes e a quem nos acompanha. Eu tentarei ser mais parcimonioso no uso do tempo do que o Deputado António Oliveira. Todos temos os documentos que foram disponibilizados, todos conhecemos os números, e, portanto, a apreciação que farei será mais qualitativa do que quantitativa. Dizendo que as contas de qualquer entidade, mais do que meros números e conjuntos de números, contam-nos histórias. Histórias acerca de opções de gestão, capacidade de influência nos mercados, dependências externas da entidade ou mesmo a influência dos acionistas na gestão. E as contas do Município da Guarda não são diferentes. Sendo que, já na Assembleia Municipal de fevereiro, na qual, apesar de eu não ter estado presente, acompanhei, se discorreu longamente sobre estas contas e se fizeram as apreciações que, enfim, foram oportunas serem feitas nessa altura. E o mesmo se aplica às contas

da APAL-SIM que foram apresentadas e que abrangem um horizonte temporal, cabe lembrar, de cerca de meio ano, que corresponde ao início da atividade desta nova entidade, e que, enfim, não tem um termo de comparação em termos homólogos. E, portanto, a aprovação destas contas consolidadas, nesta fase, aquilo que nos traz aqui hoje, por este conjunto de razões, é mais um ato formal do que substantivo. E, portanto, atendendo à nossa posição, relativamente às contas do município que manifestámos em devida sede, manifestada na nossa votação por ocasião da sua discussão, o nosso voto será, como não podia deixar de ser, a abstenção. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado deseja intervir? Dava a palavra, então, ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos a todas e a todos. Notas breves, senhor Presidente. Bom, em primeiro lugar, começando pelo Deputado Rui Ribeiro. É, verdadeiramente, um ato formal. Um ato formal que, como bem diz o próprio termo, é a consolidação das contas que aqui aprovámos no passado mês de abril, as contas da Câmara Municipal da Guarda, as contas da APAL-SIM e, também, as contas da Município, que nós não conhecíamos, mas que agora conhecemos. E felizmente que a Município, também no último ano, fez um trabalho positivo. Não depende de nós, depende da Administração dessa empresa intermunicipal. Mas ainda bem que assim é porque o ano passado, se bem se recordam, a Município teve prejuízos e depois os municípios do país todo, os seus associados, tiveram que pagar parte desse prejuízo. E, portanto, nesta formalidade das coisas, importa realçar, efetivamente, a formalidade, mas que é ainda mais positivo, digamos, este resultado, estas contas destas três entidades. Depois, Deputado António Oliveira, muito obrigado pelas suas considerações. Aliás, fez aí um retrato muito fiel e exaustivo sobre aquilo que deve ser feito na gestão municipal. A questão da tesouraria, que trespassou muito também por essa área, é muito importante. Senhor Deputado, o senhor Deputado nunca deu aulas, não sei se alguma vez deu aulas? Já? Então, deve ser essa sua veia, porque aqui acabou de dar uma lição a algumas pessoas de como é que se deve fazer a gestão do município e a salvaguarda de algumas matérias que deve ser tida sempre em conta na gestão municipal. Eu não sei se é das aulas que deu ou se é da

profissão que tem, de facto, obrigado por essa boa explicação que nos deu, essa boa formação que deu a toda a Assembleia Municipal. Depois, Deputado Ricardo Neves de Sousa, já vamos estando habituados ao seu estilo. Desde hoje de manhã, entretanto, já mudou o estilo. O senhor, aí, depois tenta confundir o chumbo dos empréstimos com os nomes que a maior parte de nós, quem não lida com isso diariamente, não sabe o que é que isso é: a demonstração de fluxos de caixa, o orçamento da tesouraria deslizante, e há mais uns palavrões que eu poderia aqui acrescentar. Mas depois, o senhor Deputado não deve confundir as pessoas. Pela décima, vigésima, trigésima vez, o vou relembrar de que é que advém o saldo da gerência. Dos cerca de pouco mais de 9 milhões de euros, 6 milhões é receita consignada às obras, aos projetos do PRR. Não é para serem gastos noutro lado. São adiantamentos que foram feitos ao município. Se nós não o usarmos ali, se não fizermos aquelas obras, sabe para onde é que vai? Temos que devolver outra vez o dinheiro à entidade de gestão, ao PRR. E, por isso, apenas pouco mais de 3 milhões de euros é que estavam, efetivamente, disponíveis para poderem ser utilizados naquilo que é a gestão municipal. E, senhor Deputado, já agora, também o vou relembrar de uma coisa. Eu sei que é maçudo, mas pode ler as atas da reunião, até se pode divertir em algumas delas, porque nós também fazemos momentos divertidos, não é verdade, senhora Vereadora? Também temos momentos divertidos nas reuniões de Câmara. E pode ver lá aquilo que tem sido aprovado nas reuniões de Câmara. E, o senhor, se tiver esse cuidado, agora que parece que vem aí um período quente (dão 30 e tal graus, por estes dias, agora) o senhor pode ver onde é que anda a ser gasto o dinheiro dos nossos contribuintes, e bem gasto. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.1 à votação. Penso que não haverá problemas. Se houver, voltamos atrás.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.1 - Aprovação da Prestação de Contas Consolidadas do Ano 2024, do Município da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e sete votos a favor e dez abstenções. -----

Ponto 2.2 - Proposta de Contratação de Empréstimo de Longo Prazo para Financiamento das Expropriações dos Terrenos para a Obra “Regeneração e

Mobilidade Urbana do Vale do Cabroeiro” - Relatório Final de Avaliação das Propostas

- discussão e votação. -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Está à discussão dos senhores Deputados. Não sei se algum senhor Deputado deseja intervir? Senhora Deputada, faça favor.” -----

- Helena Barroso Saraiva, Deputada (PSD): “Boa tarde a todos, uma vez mais. Não vou novamente apresentar cumprimentos, já cumprimentei de manhã. Relativamente a este ponto, quanto aos procedimentos, nós não temos aqui grandes dúvidas. Mas há aqui uma dúvida que nós temos e que gostaríamos de ver esclarecida que é: no momento em que estamos, portanto, segundo a informação que temos, nos processos de expropriação haverá um grande número de expropriações que, em princípio, irão para contencioso. Portanto, o que nós gostávamos de saber era como é que se chegou a este valor de 1 milhão e 600 mil, aproximadamente? Portanto, o que é que conduziu a este valor? Quais foram os critérios? E a segunda questão: qual é o valor que está atribuído às indemnizações que vão ser ou que poderão ser tratadas de forma mais imediata, que são as amigáveis, e qual é o valor que está potencialmente atribuído às indemnizações que vão para via judicial? Sendo que, as que forem para via judicial, provavelmente, só se vai saber o valor daqui a algum tempo, depois de transitadas em julgado essas questões. Portanto, como é que chegámos a este valor? Que valores é que estão, em termos de distribuição, para uma situação e para outra? E, finalmente, uma última questão que decorre das duas anteriores: se depois não vamos ter uma nova surpresa, que é um novo pedido de empréstimo para o mesmo fim, no final dos processos por litígio. Obrigada.” -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- Miguel Borges, Deputado (PS): “Boa tarde. Relativamente a estas questões dos empréstimos, dizer-vos a todos que, durante este mandato, quatro empréstimos foram solicitados. Dois foram aprovados, dois foram chumbados. E foi com a abstenção do Partido Socialista que este empréstimo pôde ser efetuado. Mas foi também o Partido Socialista que votou contra o orçamento que neste momento está em vigor. E nesse

orçamento estavam contemplados uma série de empréstimos. E, portanto, o PSD... lá está, é o PSD. E, portanto, é o PSD a ser PSD. É o PSD que há uma Assembleia atrás estava contente com o Presidente, e na Assembleia agora está descontente com o Presidente. E, portanto, era isto que vos queria dizer. E, como é óbvio, o PS é sempre a força responsável e que está a favor da Guarda e, portanto, para não querermos mais lamurias, mais formas de se esconder o óbvio, o PS fez com que este empréstimo fosse aprovado. Mas, já agora, gostaria de questionar o senhor Presidente se já mais alguma coisa foi feita? Porque nós sabíamos que havia dinheiro em tesouraria e, portanto, saber se, neste momento, já mais algum processo avançou. E não pode o senhor Presidente vir aqui dizer que isto foi atrasado um ano por falta de financiamento. É mentira, porque havia dinheiro. Havia dinheiro em caixa com que o senhor Presidente poderia fazer isto. Mais, eu sempre disse ao senhor Presidente várias coisas sobre empréstimos. Primeiro, relativamente à questão do Parque do Polis, bastava o senhor Presidente trazer aqui um qualquer orçamento, mesmo que esse orçamento fosse fraquinho, mas a dizer que gastaria lá 1 milhão, para o PS aprovar. Nunca trouxe nada. Relativamente aos estaleiros, bastava o senhor Presidente aqui trazer qualquer coisa e o PS aprovaria. Nunca trouxe nada. O Senhor Presidente houve uma altura em que disse ao Partido Socialista: vamos lá, sim senhor, então nós precisamos disto. Eu disse ao senhor Presidente: senhor Presidente, o senhor Presidente quer 20 milhões de empréstimo, mas para fazer as expropriações precisa de “x”. Por favor, coloque este “x”. E o Senhor Presidente colocou este “x” e o PS viabilizou. Qual é a única força democrática com sentido de responsabilidade na Guarda?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhores deputados... Presumo que não. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos. Tentarei ser breve. Vamos ver se meia hora me chega. Eu, há pouco, demorei apenas cinco minutos, pouco mais. Vamos ver se meia hora, agora, me chega, para ver se não me corta o pio, senhor Presidente. Tentarei. Bom, sobre aquilo que foi aqui referido. Começando... Desculpem lá, já não sei onde pus a folha. Está aqui. Senhora Deputada, grande número de expropriações para contencioso. É verdade. Eu já

disse isto aqui várias vezes. Claro que sim. Mas eu vou voltar a explicar, ainda que agora resumidamente, como é que isto se faz. Este processo foi... a senhora Chefe de Divisão não está aqui, mas ela, onde estiver, se for preciso, manda-me uma mensagem a corrigir. Este processo foi contratualizado, uma prestação de serviço externa para fazer todas as avaliações. E as avaliações é que é daí que advém, seja para a primeira DUP que aqui aprovámos, seja para a segunda DUP que aqui aprovámos. E a base negocial é essa. É pelo valor que foi feito na avaliação para essas DUP's. Houve algumas pessoas que aceitaram e chegámos à negociação, à aquisição dos terrenos por via negocial. E assim o fizemos. Eu não tenho agora aqui os valores, mas posso-lhe dizer que mais de 90% está para contencioso. Mas, senhora Deputada, nós não podemos tomar a posse administrativa dos terrenos sem pagarmos. Depositar, à ordem das pessoas, numa conta do Tribunal. É assim que se faz. Caso contrário, o Tribunal não autoriza a posse dos terrenos. A partir do momento que seja, como nós esperamos, aprovado nesta Assembleia, o empréstimo será contratualizado com a entidade bancária que ganhou o concurso público. Convidámos, já agora, toda a praça bancária da Guarda. Depois vai para Tribunal de Contas. Não sabemos quanto tempo é que lá vai demorar no Tribunal de Contas. Senhor Deputado Miguel Borges, começando aí pelo primeiro erro que o senhor disse: chumbaram dois. Não, chumbaram três. Chumbaram três. Vamos lá ver, vamos corrigir porque isto vai para ata. Vai para a ata. Então vamos lá ver o que é que os senhores chumbaram e o que é que os senhores aprovaram. Os senhores aprovaram, tal como o PSD viabilizou, o dos autocarros. Vejam só, aprovámos em fevereiro de 2024 e ainda falta chegar um autocarro. São os prazos de entrega das empresas, e as falências é o que dá. Como esperamos que aprovem este, e aqui está o segundo. Vamos aos chumbos. Os senhores chumbaram o empréstimo para pagar as obras nas freguesias, aquele plano de investimentos nas freguesias de pouco mais de 10 milhões de euros, em que o Município só tem 3,3 milhões de financiamento. Precisa, portanto, de quase 7 milhões de euros para isso. Os senhores chumbaram esse empréstimo. Estava, também, nesse empréstimo, o parque infantil do Polis e os estaleiros. Os senhores devem julgar que temos aí alguma fábrica de notas na Câmara, isso já não se usa, (nem nunca se usou, naturalmente!), para ver se aparece dinheiro. E aquilo que nós assumimos foi fazer as obras nas freguesias, porque, quando trouxemos aqui o empréstimo, as adjudicações já estavam praticamente todas feitas e as obras em curso.

Verdade, senhores Presidentes de Junta de Freguesia? Os senhores que digam, porque umas obras já estão feitas, outras estão a acontecer e outras estão adjudicadas à espera que as empresas executem essas obras. Mas, depois, os senhores já chumbaram duas vezes o empréstimo para a variante dos F's, para a variante "Ti Jaquina". Duas vezes que o chumbaram. E chumbaram também o empréstimo que nós queríamos para a habitação e para a residência de estudantes. Recordam-se? Já não se recordava desse. Mas é verdade que era para pagar a parte restante da obra PRR das Lameirinhas, da residência de estudantes e a aquisição de uns lotes de terreno para fazer habitação acessível a custos controlados. Os senhores chumbaram esse também. Os senhores e o PSD, chumbaram ambos. Portanto, a primeira questão está resolvida. Agora, o senhor diz: havia dinheiro, podia ter sido usado. Vou-lhe dar aqui, já agora, mais uma lição de como é que se faz a gestão da tesouraria, a começar pelos fundos comunitários. Como o senhor bem sabe, nós temos que andar com o dinheiro à frente e só depois é que pode vir o resto do dinheiro. Olhe, no caso do encerramento do Quadro Comunitário do 2020, que foi encerrado há um ano e meio, ainda estamos a arder com meio milhão de euros, veja só. Meio milhão de euros que o Estado ainda nos deve. O Estado, o programa operacional. Ainda não recebemos. E, se recordam, à época, nós tivemos que pagar, no final do ano de 2023, 5 milhões de euros que tivemos que pagar no final do ano para podermos ir receber uma parte desse dinheiro. Senão, não recebíamos. Mas, também, já no 2030, e agradecer aqui o trabalho do Gabinete dos Fundos Comunitários que está a ser feito, já candidatámos obras feitas, executadas e pagas no montante de cerca de 3 milhões de euros. Sabe quanto é que recebemos até agora, do 2030? Bola! Sabe, senhor Deputado, o dinheiro não estica, infelizmente. E, por isso, a gestão da tesouraria, nós sabemos bem como é que temos que fazer a gestão da tesouraria, sempre em estreita articulação com os Técnicos e com a Chefe da Divisão Financeira, e dos Fundos Comunitários também, em razão da matéria, porque é muito importante nós diariamente fazermos essa gestão para não perdermos os fundos comunitários. E é desta forma que nós devemos continuar a trabalhar. Mas, já agora, e porque o senhor insiste em dizer que há muito dinheiro, e de manhã também ouvimos aqui outros comentários que não se faz obra... então, tenho vinte e quatro minutos? Muito bem. Tenho depois aí umas coisas para projetar, não tenho? Depois, quando eu disser, já vão fazer o favor de projetar. São coisas simples e de leitura fácil. Eu já disse isto aqui na

Assembleia Municipal e vou voltar a repetir. Com atualizações, agora, porque vamos atualizando aquilo que vamos fazendo, em termos de investimento forte. Obras concluídas desde o início do mandato, nos últimos três anos e meio: a ecovia da cidade; as infraestruturas e grande parte dos Passadiços do Mondego; plataforma logística, terceira fase; o pavilhão da Escola Secundária da Sé; a requalificação do mercado de São Miguel; a cobertura do polidesportivo das Lameirinhas; o espaço tecnológico do Centro Histórico; o ginásio e balneário da Escola de Santa Clara; o sistema de informação em tempo real e as novas paragens de autocarro; os cinco novos autocarros dos transportes escolares; a requalificação das ruas de Alfarazes; a requalificação das ruas dos Galegos; a requalificação do espaço envolvente da Capela do Mileu; o novo pavilhão do Bairro do Pinheiro; as novas redes de água e saneamento; a requalificação de calçadas; a requalificação do campo de futebol do Gonçalo; a conclusão do pavilhão multiusos de Maçainhas; a requalificação das linhas de água e estabilização de encostas após os incêndios de 2022; a pavimentação de vários caminhos no concelho; a plantação de quatro mil árvores na cidade; a requalificação da estrada de acesso à Nossa Senhora da Alagoa; a requalificação total de quatro parques infantis na cidade; a requalificação da avenida Cidade de Bejar; a requalificação das ruas no Bairro do Torrão; a nova Creche de Gonçalo, o jardim da rua Virgílio Ferreira; equipamento de som e segurança de palco no Edifício Cultural de Gonçalo - e estamos a falar aqui em 23 milhões de euros. Não há obra! 23 milhões de euros. Podemos continuar. Com a delegação de competências, com os contratos interadministrativos para obras, com os contratos interadministrativos para equipamentos de proteção civil, com outras parcerias que fizemos com as Juntas de Freguesia ao longo deste mandato, cerca de 7 milhões de euros. 7 milhões de euros. Não há obra! Plano de investimentos em curso nas freguesias, conforme eu falava há pouco: pouco mais de 10 milhões de euros. Tal como o Deputado José Valbom dizia de manhã, cem quilómetros de estradas e caminhos municipais, trinta quilómetros de condutas de água. Podemos falar nas infraestruturas e equipamentos danificados pelos incêndios: na Arrifana, em Gonçalo Bocas, Jarmelo São Pedro, Jarmelo São Miguel, na Castanheira (que também vão ser feitas pequenas pavimentações a coberto precisamente destas empreitadas), Famalicão da Serra, Benespera e Vela, Fernão Joanes, Meios, Corujeira e Trinta, Gonçalo, Guarda e Alvendres, na parte rural da Freguesia da Guarda, Pêra do Moço, Valhelhas, Vale do Mondego, Videmonte. Depois,

pelas intempéries: Maçainhas, Aldeia do Bispo, Vale de Estrela, Avelãs de Ambom e Rocamondo, Vila Franca do Deão, Avelãs da Ribeira, Codesseiro, Pousade e Albardo, Casal de Cinza, Vila Garcia, Vila Fernando, Rochoso, Pêga, Adão, Marmeleiro, Santana da Azinha, Ramela, João Antão e Panóias. Acho que falei em todas as Juntas de Freguesia. Acho que não falhou nenhuma, pois não? Corrijam-me, se estiver errado. E não há obra! Mais de 10 milhões de euros de investimento que está em curso. Mas também devemos falar no plano de investimentos da APAL, que está em curso: a rede de saneamento de Cairrão, que a obra já está em curso; no caso concreto de Santana da Azinha, para além da Câmara ir fazer algumas intervenções, a APAL já está a desenvolver o projeto para a restante fase da rede de saneamento em Santana da Azinha; a obra de abastecimento de água em duas anexas, Benavente e Lameirinhos, em João Antão, que está em curso. Para além de um outro conjunto de projetos que estão a ser elaborados também pela APAL-SIM: projetos das redes de saneamento em Espinhal, Pousadinhas, Pombal, Aldeia de Santa Madalena, Quinta de Baixo, Aldeia Ruiva, Cerdeiral, Panoias de Baixo e Quinta dos Prados; o sistema elevatório de saneamento em Aldeia do Bispo; o sistema elevatório de saneamento do Carapito São Salvador; e o projeto de hidropressores de abastecimento de água, ou seja, o reforço da pressão na Corujeira e na Póvoa de São Domingos; para além do projeto dos novos reservatórios da Faia, Mizarela, Ramalhosa e Vila Soeiro. Isto, para além da APAL-SIM estar a acompanhar as obras das Águas do Vale do Tejo, no caso concreto da obra da conduta de abastecimento do Vale do Mondego, mas também as futuras ligações técnicas que serão feitas para Arrifana, Pêra do Moço, Avelãs de Ambom e Rocamondo, Vila Franca do Deão, Avelãs da Ribeira, Codesseiro e Vale de Estrela. Serão intervenções da responsabilidade das Águas do Vale do Tejo, mas que a APAL-SIM está a acompanhar. Estas no nosso concelho, como outras nos outros concelhos que fazem parte da APAL-SIM. Vamos agora a obras e outras intervenções em curso: a requalificação do acesso à plataforma logística; o novo órgão da Sé Catedral; as novas redes de água e de saneamento; a melhoria da segurança rodoviária no concelho; a repavimentação em vários arruamentos da cidade; a requalificação da rua da Treija e da rua dos Caminhos de Ferro; a requalificação de bairros na Nossa Senhora dos Remédios e no Bairro da Luz; a requalificação das coberturas, caixilharias e acessibilidades no Museu da Guarda, no edifício do Condão e no Paço da Cultura; a requalificação da avenida Francisco Sá

Carneiro; a requalificação da antiga Associação Comercial para o Comando Sub-Regional da ANEPC; as cinquenta e uma habitações sociais no bairro das Lameirinhas; a requalificação dos polidesportivos dos bairros da cidade (isto são obras que estão em curso); a requalificação das coberturas dos edifícios das antigas escolas primárias do concelho; a requalificação da cobertura e drenagens do Edifício Cultural de Gonçalo; a reconstrução de vários muros nas freguesias; a requalificação da Escola Primária de Vila Fernando, a Rede Cultural e Criativa da Guarda; o Bairro Comercial Digital da zona alta da cidade; a requalificação e ampliação da residência de estudantes na rua António Sérgio (veio hoje o visto do Tribunal de Contas, a obra já está adjudicada, vai começar); o campo sintético do Carapito São Salvador; o campo sintético de Casal de Cinza; as bancadas do Campo do Zambito; o pavilhão desportivo da Escola Primária de Maçainhas; a habitação acessível na rua de São Pedro, na Estação; o pavilhão desportivo do Centro Escolar do Vale do Mondego. Estamos a falar, neste capítulo, em 30 milhões de euros e não há obra! Mas podemos falar em outras obras que estão adjudicadas, que ainda não começaram, mas também já estão adjudicadas e que aguardam o visto do Tribunal de Contas: a requalificação da rua Tiago Gonçalves, a estrada da Pocariça; a requalificação da avenida de São Miguel, primeira fase; mas também aqui da responsabilidade da ANACOM, que é a fibra óptica nos restantes 4% possíveis do nosso mundo rural. E aqui estamos a falar em 3,5 milhões de euros. Vamos às obras em concurso... e tudo isto foi aprovado em reunião de Câmara, o que agradecemos naturalmente. Obras em concurso, dizia eu: requalificação de ruas nos bairros das Lameirinhas e do Rio Diz; a habitação acessível no Centro Histórico, no bairro 25 de Abril e nas antigas escolas primárias do concelho; a Comunidade de Energia Renovável do Parque Industrial da Guarda; a aquisição de cinco novos autocarros elétricos, consoante está hoje aí também na ordem de trabalhos; a requalificação de passeios na cidade da Guarda, são cerca de doze quilómetros de passeios que nós vamos requalificar na cidade, entre o bairro Senhora dos Remédios, bairro do Pinheiro, a Estação, o bairro de São Domingos, a Sequeira, o bairro Senhora de Fátima e na envolvente do Jardim José de Lemos; o parque urbano da encosta norte; e a requalificação da rua Miguel Unamuno. Obras em concurso. Mas vamos continuar, vou a meio. Projetos de execução aprovados em reunião de Câmara: Museu dos Sabores da Beira Interior, o projeto está em revisão; a rua Vila de Manteigas, também está em revisão; a nova área empresarial

do Mercado Municipal, também está em revisão; o parque infantil do Polis, o projeto foi aprovado e está em revisão; a requalificação dos parques infantis dos bairros da cidade; a requalificação da estrada dos Galegos; a requalificação da Escola de Santa Clara; a requalificação da Escola Carolina Beatriz Ângelo; a requalificação da Escola Secundária da Sé, na sua terceira fase; a requalificação da entrada do bairro Nossa Senhora dos Remédios, da Central de Camionagem para a rua Almeida Garrett. Projetos de execução aprovados em reunião de Câmara, não estão lançados ainda. Equivale isto que eu acabei de dizer a 25 milhões de euros. Projetos em curso: a requalificação das ruas do bairro do Bonfim; a requalificação do Parque de Campismo; a requalificação da rua Fernando Carvalho Rodrigues, da rua Calouste Gulbenkian e da rua Duque Bragança; o novo parque de leilões de gado; a plataforma logística, quarta fase; a habitação acessível na rua Batalha Reis e a habitação acessível no Centro Histórico. Projetos em curso, que estão a ser desenvolvidos ora internamente pelos técnicos do município, ora por empresas contratadas, mais 15,5 milhões de euros. Não há obra! Falando também na variante da “Ti Jaquina”, cujo custo, com expropriações e obra, está estimado em cerca de 12 milhões de euros. E dizer, também, às senhoras e aos senhores Deputados, outros projetos de execução que estão em curso e que aqui só vou falar nos valores do custo dos projetos, do que já tivemos que despende. Estamos a falar em 1,5 milhões de euros. O projeto para a construção da Estrada Verde, que é a ligação de Videmonte ao Maciço Central da Serra da Estrela (estou a falar aqui apenas do custo dos projetos); o projeto para o Centro Interpretativo da Cestaria de Gonçalo, estamos a preparar o concurso para poder ser lançado; o Centro de Valorização da Indústria e dos Lanifícios dos Trinta; o Centro Interpretativo da Água da Montanheira, em Vale de Estrela; o Centro Interpretativo do Cobertor de Papa, em Maçainhas; o estudo prévio para a futura Praça da Liberdade nos atuais terrenos da GNR; o estudo prévio para o Centro Interpretativo das Judiarias de Portugal; o estudo prévio para a Casa das Artes, o antigo Teatrinho dos Bombeiros; o anteprojecto do parque biológico da Quinta da Maunça, também já aprovado em reunião de Câmara; o estudo prévio do novo Centro Escolar da Cidade; o estudo prévio da Cidade Desportiva e do Pavilhão Multiusos, que está também a ser preparado esse concurso pelos técnicos do município; os projetos para a reabilitação das restantes escolas da cidade e do concelho, como sendo a Escola do Espírito Santo; a Escola das Lameirinhas; o Centro Escolar da Sequeira, com pavilhão desportivo; a Escola

da Guarda Gare, com pavilhão desportivo; a Escola de Santa Zita, com pavilhão desportivo; o Vale do Mondego com pavilhão desportivo, já está adjudicado, conforme referi, tal como a Escola de Maçainhas com pavilhão desportivo também; a Escola do Barracão; a Escola dos Trinta; a Escola da Rapoula. E, para finalizar, os projetos para a reabilitação dos equipamentos desportivos, conforme eu referi durante a manhã: o Pavilhão de São Miguel; as Piscinas Municipais; as bancadas e a pista do Estádio Municipal, o pavilhão do Estádio Municipal; o pavilhão gimnodesportivo da Guarda, o Pavilhão Inatel; e a área social do Complexo Desportivo do Zambito. E, naturalmente, há outras obras em curso. E dizer aqui obras que são da responsabilidade do Estado Central, como sendo a construção do Porto Seco; a requalificação da Estrada Nacional 233, que nos liga ao Sabugal; a requalificação do Hotel Turismo; a construção das estradas - variante da Sequeira e dos Galegos; e o novo Quartel da Guarda Nacional Republicana, que, com um protocolo que queremos estabelecer com o Estado Central, será o município a fazer, mas será o estado central a pagar. E, com tudo isto, não há obra! Aquilo que acabei de referenciar, só no que diz respeito ao município, obras e outras intervenções em curso, obras adjudicadas, obras em concurso, projetos em curso, a variante da “Ti Jaquina” e outros projetos de execução em curso, estamos a falar num montante de 102 milhões de euros. Isto vai ser tudo feito este ano e para o ano? Não. É nos próximos anos. Até porque há aqui obras do 2030, há aqui obras do PRR, há aqui obras do Banco Europeu de Investimento. E, por isso, é o nosso trabalho diário entre a parte técnica, entre a parte financeira, entre a parte dos fundos comunitários e cada uma das outras divisões que, razão da matéria, contribuem muito para se fazerem as candidaturas e, naturalmente, montar todos os projetos. E este é o trabalho de planeamento. Nós gostamos muito do planeamento. Isto é planear o futuro da Guarda. Isto é planear o futuro da Guarda. Mas, para que não restem dúvidas, eu pedia agora que... escolha uma delas. Escolha uma delas. São três folhas que eu quero aqui apresentar, com números. E são números dos serviços do município, não são números do Presidente da Câmara, nem do Executivo. Conseguimos aumentar ligeiramente? Nesta tabela conseguimos ver o valor de cada mandato dos últimos vinte anos, de empreitadas executadas ou em curso ou projetos aprovados. Ora, podemos começar por 24 milhões, total de empreitadas... Vamos falar de uma coisa e da outra. De 2006 a 2009, 24 milhões de empreitadas e 12 milhões de execução. No mandato a seguir, 10,6

milhões de empreitadas e 16 milhões de execução financeira. Depois, de 2014 a 2017, 16 milhões de euros de empreitadas e 15 milhões de euros de execução financeira. Podemos passar a seguir. No mandato de 2018 a 2021, 25 milhões de euros de empreitadas e 22,7 milhões de euros de execução financeira. E, neste mandato, que ainda não terminou, ainda temos uns meses para trabalhar, se Deus quiser, temos, no caso das empreitadas, quase 70 milhões de euros (obras executadas, obras em curso e projetos aprovados) e temos, neste momento, 25,5 milhões de euros de execução financeira. Isto são números dados pelos serviços do Município da Guarda. Podemos passar para outra tabela. Nesta tabela, podemos evidenciar, ao longo dos últimos vinte anos também, aquilo que foi o apoio do Município às Freguesias, às Associações, aos Bombeiros, aos Sapadores. Vamos aos totais: de 2005 a 2009 - 4,4 milhões de euros, no caso das Freguesias; no mandato a seguir - 3,7 milhões; a seguir - 1,8 milhões; a seguir - 3,6 milhões; e, neste mandato, no final do mandato, a nossa perspetiva é que estamos em 6,8 milhões. Quase 7 milhões de euros de apoio às Freguesias. Se formos às Associações: temos ali o mandato de 2005 a 2009 - 2,7 milhões de euros; baixa para 2 milhões; 355 mil; 503 mil; 1 milhão e 900; 696 mil; e, neste mandato, chegaremos ao final do mandato com 2,6 milhões de euros de apoio a todo o tipo de Associações. Valores até agora, ainda podem aumentar até ao final do mandato. Bombeiros: vou só começar quando houve apoios, no mandato 2013/2017 - 845 mil; no mandato 2017/2021 - 775 mil; e, neste mandato, a perspetiva que temos, neste momento, e com tendência a aumentar, é de quase 1,9 milhões de euros de apoio aos Bombeiros Voluntários, às três corporações de Bombeiros. Sapadores: vamos começar em 2013/2017, porque antes não houve apoio, - 44 mil 500 euros; no mandato a seguir - 160 mil euros; e, no mandato atual, já vamos em 380 mil euros de apoio às equipas de Sapadores de Bombeiros. Podemos ir à última tabela, por favor. Senhor Presidente, estou mesmo a terminar. Bom, aqui nesta tabela sintetizamos aquilo que é a captação de fundos comunitários, ao longo do mesmo período de tempo, dos últimos vinte anos. Vamos aos totais: 15 milhões de euros em 2005/2009; baixou depois para 13 milhões de euros; em 2017/2017 - 7 milhões de euros; em 2017/2021 - 9,6 milhões de euros; e, neste mandato que ainda não terminou, conseguimos, até agora, captar 22 milhões e 500 mil euros. Minhas senhoras e meus senhores, estes são os números de quem (ao que dizem alguns, não trabalha) trabalha, de quem (não tem obra) tem obra para

mostrar. Mas estes números refletem bem aquilo que é o trabalho, não só político, mas também o trabalho técnico, que agradecemos, seja das chefias, seja de todos os colaboradores, e que conseguimos chegar até este ponto. Estamos satisfeitos? Não. Devemos continuar a aumentar, devemos continuar a trabalhar, porque foi por isso que nós fomos eleitos. Foi por isso que fomos eleitos pela Guarda e é isso que nós vamos continuar a trabalhar até o último dia do nosso mandato. E o futuro a Deus pertence. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para? Pedido esclarecimento? Faça favor.” ---

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente da Assembleia, explique-me lá qual é que é o ponto onde estamos neste momento?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ponto 2.2” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Sobre, se não se importa?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Proposta de contratação de empréstimo de longo prazo para financiamento das expropriações dos terrenos para a obra...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só mais uma pergunta. O senhor Presidente da Câmara falou sobre?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O senhor Presidente da Câmara, penso que ele não respondeu só à sua brilhante intervenção, mas também à intervenção do PSD e ainda sobraram cinco minutos e dezanove segundos.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mas, depois, sobre empréstimos... Eu só estou a pedir a sua opinião, senhor Presidente. A sua opinião isenta, que é aquela opinião que eu tenho, é questionar acerca da intervenção do senhor Presidente e acerca de um empréstimo de 1 milhão e 600 mil. Gostaria de obter a sua resposta, senhor Presidente.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Filosoficamente e politicamente eu direi que enquadrou o tema no global. Foi assim que eu interpretei.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Então quer dizer que eu, na minha intervenção, posso também enquadrar o tema no global, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dentro do seu tempo, pode.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É assim que o senhor Presidente enquadra, correto, senhor Presidente?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Bom, veio fazer uma pergunta? Já está feita.”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Estou-lhe só a questionar se vai enquadrar o meu tempo também no global, da mesma forma que fez com o senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Estamos a falar de 1 milhão e 600 mil ou estamos a falar de 102 milhões de euros? Gostaria de saber, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa. Nós aprovámos um Regimento. O Regimento diz claramente, creio que é o artigo 46º, que depois do Presidente da Câmara falar num tema da ordem de trabalhos, só é concedida a palavra para pedir esclarecimentos sobre aquilo que ele disse. Ou, então, rasgamos hoje definitivamente o Regimento, também só teremos mais uma Assembleia, e então falamos todos, como se costuma dizer em Coimbra, à balda, que é aquilo que o senhor, neste momento, quer fazer. -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não, não.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Voltamos outra vez ao princípio.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não, senhor Presidente. Não, senhor Presidente.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Neste momento... eu percebo, eu percebo. O senhor pode fazer uma pergunta ao senhor Presidente...” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Posso, senhor Presidente?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... então, faça favor de fazer a pergunta. Está no Regimento.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não, senhor Presidente. Aquilo que eu quero, é assim: eu não quero fazer sequer nenhuma intervenção, senhor presidente. Eu, a única coisa que quero fazer, senhor Presidente, é dizer que, quem trata à balda a Assembleia

Municipal, não sou eu, de certeza absoluta. OK? E, quem trata à balda, é quem, de uma forma discriminatória, trata pessoas de diferentes formas. E, portanto, senhor Presidente, aquilo que eu lhe direi é que, neste ponto, sobre este ponto, eu não gastarei mais tempo nenhum. Reservarei o meu tempo, nos próximos pontos, para poder falar sobre os temas que me apetercer, da mesma forma que o senhor Presidente da Câmara fez. Falávamos do empréstimo de 1 milhão e 600 mil e o senhor Presidente chegou a 102 milhões de euros. Que ninguém acredita, como é óbvio. Porque, é assim, se precisa de um empréstimo para 1 milhão 600 mil, como é que vai fazer qualquer coisa com 102 milhões? Quer dizer, isto é normal, não é?" -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Presidente, creio que a senhora Deputada também quer pedir um esclarecimento e dava os dois esclarecimentos no fim." -----

- **Helena Barroso Saraiva, Deputada (PSD):** "Bom, voltando ao assunto de 1 milhão e 600 mil, eu gostaria de perguntar..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhores Deputados..." -----

- **Helena Barroso Saraiva, Deputada (PSD):** "Primeiro, fazer uma consideração... Posso? Posso continuar? Uma consideração sobre... eu não sei se é exatamente os 90%, se correspondem aos 90% do valor do empréstimo. Mas vamos supor que sim. Então, 90% do valor do empréstimo corre o risco de ser muito aumentado. Temos uma ideia de qual o valor final do próximo empréstimo para esta mesma finalidade? Já agora, já deu entrada de algum processo em tribunal para a apresentação dos dados da avaliação? É que isso também é importante. Obrigada." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Penso que não há mais nenhum pedido esclarecimento. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder." -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** "Muito obrigado, senhor Presidente. Senhora Deputada, no que diz respeito ao que referiu, só depois do fim dos litígios é que saberemos. A senhora Deputada sabia que temos três ou quatro parcelas pendentes do Programa Polis. Então fica a saber, porque esta casa vai ter que aprovar o pagamento desses milhões de euros que estão em discussão nos tribunais do Programa Polis. Fizeram bem? Fizeram mal? Fizeram muito bem, porque o Programa Polis tinha que ser

feito. É assim que se faz. Mas, na altura, podia-se fazer empréstimos quando não havia dinheiro. Podia-se fazer tudo. Hoje em dia parece que não se pode fazer nada. Mas o processo, como foi tratado naquele tempo, foi bem tratado. E quem não aceitou a expropriação foi para tribunal. Passaram vinte anos, ainda continua o processo decorrer. Ainda continuam processos a decorrer no tribunal de milhões de euros. Ou de possíveis milhões de euros. Nós queremos que sejam centenas de euros, ou zero. Mas está a correr nos tribunais. A outra questão, senhora Deputada, desculpe? Já, já entraram vários, variadíssimos processos. Aliás, já mandámos para o tribunal tudo aquilo que nós temos que enviar da primeira DUP. E, da segunda DUP, os árbitros também já estão... Não, não, não. Isso é um processo da arbitragem final. A senhora está a falar da arbitragem final. Depois há os árbitros. O processo está a decorrer, mas o que nós queremos é a posse administrativa. E, depois, a seguir, discute-se nos fóruns que tiver que se discutir. É assim que se trabalha, é assim que se faz. Não é só na Guarda, é no país todo. Vejam só, sabem como é que se fazem as estradas no país? Sabem como é que se fazem condutas de água no país? Sabem como é que se fazem portos de mar no país? Sabem como é que se fazem aeroportos no país? Não, esses até é em terreno público. É desta forma. Então, mas faz-se no país todo e no mundo, e na Guarda não se faz por quê? Ó senhora Deputada é este, nós temos que usar os instrumentos legais que estão ao nosso dispor para trabalharmos e resolvemos as coisas. É dessa forma que nós temos que o fazer. Senhor Presidente da Assembleia, sobre a outra questão que foi aqui referenciada. Eu fui, e de manhã não tive tempo, fui confrontado, várias vezes, com a falta de obra. Variadíssimas vezes, durante a manhã. E eu demonstrei duas coisas. Em primeiro lugar, que há obra. E muita! Em segundo lugar, até porque ainda há pouco fui interpelado pelas bancadas, onde é que anda o dinheiro dos municípios. É aqui que anda o dinheiro dos municípios, é em investimento, é em futuro para a Guarda. Agora, senhor Miguel Borges, há uma coisa que eu lhe digo: é que isto não é nenhum circo. O senhor disse: ninguém acredita. O senhor não brinque com coisas sérias, senhor Deputado! Até porque tudo isto foi aprovado pelos senhores Vereadores, por unanimidade. Arrisco-me a dizer que, o que aqui está, foi aprovado por todos. 99,9% foi aprovado por todos. Mas eu vou-lhe explicar onde é que se vai buscar o dinheiro. Vou-lhe explicar onde é que se vai buscar dinheiro. Olhe, vai-se buscar ao 2030, e é preciso trabalhar depois para o overbooking. Estamos a chegar a metade do quadro comunitário e a execução está...

não é zero, mas é quase zero. É preciso trabalhar e caminhar à frente. É o PRR. Sim, aquilo que os senhores diziam que a Câmara da Guarda não ia buscar dinheiro nenhum ao PRR. Vejam só, lembram-se daquele acordo, o folheto que os senhores andaram por aí a espalhar, logo no início do mandato? Um folheto. Sabem qual foi a primeira Câmara (e o que eu estou a dizer agora infelizmente o digo) a primeira Câmara da nossa CIM a adjudicar uma obra para habitação acessível? Foi a Câmara da Guarda. Digo infelizmente, porque isto é sinal que o nosso país não andou com a celeridade necessária. Mas foi a Guarda a primeira, na rua de São Pedro, na Estação, para os vinte e seis apartamentos a custos controlados. Aí é que vamos buscar. Olhe, mas sabe onde é que vamos buscar mais dinheiro? Ao Banco Europeu de Investimento. Sabe de onde é que vem o dinheiro para a reabilitação das escolas da cidade, as três grandes, a CBA, a Escola da Sé e a Santa Clara? Virá do Banco Europeu de Investimento, porque o Estado central terá que pagar a 100%. Só por aí já estamos quase em 20 milhões de euros. E a habitação, no futuro, também será, depois do PRR, tal como já disse aqui, será também pelo Banco Europeu de Investimento, com outras entidades a liderar esse processo. Senhor Deputado, não brinque com coisas sérias, porque isto foi aprovado, 99,9%, pelos senhores Vereadores da Câmara municipal da Guarda, PSD e PS, além dos eleitos pelo PG, o que nós agradecemos. Mas, olhe, já agora que eu tive o cuidado de fazer aqui uma análise tão extensiva e provar onde é que nós investimos o dinheiro dos contribuintes guardenses, provando que não temos dinheiro em tesouraria para pagar as expropriações, é com isto que se comprova, é com dados palpáveis, se quiser, nas vossas campanhas eleitorais, podem usar isto como caderno eleitoral. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava, então, o ponto 2.2 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.2 - Proposta de Contratação de Empréstimo de Longo Prazo para Financiamento das Expropriações dos Terrenos para a Obra “Regeneração e Mobilidade Urbana do Vale do Cabroeiro” - Relatório Final de Avaliação das Propostas - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e um votos a favor e quinze abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declarações de voto, se há? Não há. Quer declaração de voto? Faz favor. Desculpe lá.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Boa tarde. Eu votei favoravelmente este ponto, desde logo porque é um assunto que foi aprovado em reunião de Câmara, e bem. Está em causa o superior interesse público municipal e, naturalmente, isto não é um assunto, no meu ponto de vista, para um “nim”. Portanto, isto é um assunto, volto a dizer, em que está em causa o superior interesse público municipal e foi aprovado em reunião de Câmara. Portanto, não faria sentido estar aqui com outra intenção de voto. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como é óbvio, a posição do Partido Socialista tinha que ser coerente. Abstivemo-nos de uma vez, abstivemos da segunda vez e, portanto, somos coerentes. Não há questões de “nins”, isso é para o PSD.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. (...) O grupo municipal do PSD, na sua esmagadora maioria, absteve-se, porque, segundo informações que nós temos, na reunião de Câmara, por um lado, os Vereadores do PSD abstiveram-se e o ponto passou com o voto de qualidade do senhor Presidente da Câmara. Depois, também, em face daquilo que foram as alegações por nós feitas no momento anterior, em que há algumas dúvidas relativamente à utilização desse empréstimo, dúvidas essas que gostaríamos de ver sanadas com os documentos que aqui foram solicitados, votámos e abstivemos. E com esta abstenção eu quero que fique aqui bem patente e para todos que o PSD não é, não foi e jamais será um obstáculo ao desenvolvimento da Guarda. É, sim, um partido consciente, um partido prudente, estamos mandatados com o voto dos cidadãos da Guarda para agir na defesa dos seus interesses e, portanto, como temos algumas dúvidas que ainda não foram cabalmente satisfeitas, mantivemos esta posição equidistante, sem, contudo, comprometer o normal exercício dos trabalhos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Os próximos quatro pontos... Quer intervir?” -----

- **Luís Soares, Deputado (CH):** “Não podia deixar de votar sim, porque, efetivamente, estamos a falar de investimento. Estamos a falar de investimento em infraestruturas necessárias para uma boa qualidade de vida. Eu gostaria mais de falar sobre aquilo que

é o investimento reprodutivo, aquele que fixa pessoas no território e gostaria de estar a equacionar e a discutir propostas para esse investimento reprodutivo. O que é que se pode fazer para tornar produtivo um território de setecentos e doze quilómetros quadrados que, neste momento, em termos de rentabilidade, vale pouco mais que zero? E esse é que fixa as pessoas para quem estamos a construir as infraestruturas necessárias.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Penso que não há nenhuma declaração de voto. Estava eu a dizer que os quatro pontos seguintes, o 2.3, o 2.4, o 2.5 e o 2.6 são todos assuntos relacionados com APAL-SIM. Por uma questão de economia de tempo, a Mesa coloca à consideração do plenário se os podemos discutir todos simultaneamente, no sentido de facilitar a discussão. Obviamente, depois, cada um terá que ser votado de per si. Se não houver nenhuma oposição, então, discutiríamos os quatro pontos simultaneamente. Concordam? Muito obrigado. Então está aberta a discussão para estes quatro pontos, do 2.3 ao 2.6 inclusive.” -----

Ponto 2.3 - Proposta do Código de Conduta dos APAL-SIM - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa e sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa. Estes dossiers de que vamos falar, também já falámos para o município. Fazem parte da lei e, como tal, são essenciais para garantir a integridade das instituições, sejam elas públicas ou privadas. Daquilo que nos foi apresentado, e penso que foi elaborado por pessoas idóneas e que sabem fazer os respetivos documentos, pelo que me parece que estarão todos bem feitos. No entanto, o que seria aqui de salientar e que seria bom de salientar, é: para que é que isto serve? Ou seja, não vamos só pegar e fazer manuais, manuais e planos de prevenção de risco de corrupção, códigos de conduta, canais de denúncia, vamos pôr tudo só no papel e, depois, ok, já temos a parte legal feita, está ali arquivada e, se for preciso, não temos problemas nenhuns. O que aqui seria importante também salientar era a necessidade que há das instituições, tanto privadas como públicas, estamos a falar aqui de uma

instituição pública, ter em conta aquilo que lá está escrito. Ou seja, fazer, digamos, prova daquilo que lá está escrito. É isso que se faz nas auditorias, conseguirmos ter prova de tudo aquilo que temos escrito e que é feito e realizado em cada uma das instituições. Isto ajudaria muitas vezes à famosa transparência que as instituições tanto precisam. E por isso, penso que não irei colocar aqui nenhum problema, embora ache que pudesse haver aqui algumas coisas que se poderiam colocar de forma diferente. Quem fez, penso que saberá fazer. De qualquer maneira, a minha intervenção aqui passa por alertar as instituições de que isto são assuntos muito sérios, que deviam ser levados muito a sério e que deviam ser colocados em prática. Principalmente na parte da formação, porque a formação é uma coisa que é obrigatória no plano de prevenção, obrigatória para todos. E é mesmo todos. Está na moda agora o: todos, é todos. Aqui, neste caso, é mesmo para todos os intervenientes. Todos aqueles que trabalham nas instituições, estagiários, seja aquilo que forem, têm que ter essa formação. O plano penso que estará organizado. Por aquilo que eu vi, está lá, pelo menos, no papel, o plano. Mas seria de toda a conveniência continuar a ser acompanhado, por forma a que se realizem todos os pormenores que estão em cada um destes planos e de códigos de conduta, misturando um pouco os dois pontos que estão em causa. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Estamos a tratar de todos os pontos da APAL, correto? Eu vou tentar fazer cumprir os pontos da APAL e não tentar andar com 102 milhões... nada disso. É APAL. Relativamente à APAL, e eu tenho sempre dito isto, eu, por razões que têm a ver com a minha profissão, tento não misturar nunca estas coisas. Dizer-vos apenas, porque isto, sim, já é política... não se ouve? Ok. Portanto, dizer que, por razões profissionais, normalmente, as questões da APAL eu deixo que sejam outras pessoas a tratar, mas, do ponto de vista político, dizer-vos que o Vereador do Partido Socialista e a Vereadora do Partido Socialista, têm, nas últimas reuniões, insistido com o senhor Presidente no sentido que o Conselho de Administração da APAL possa reunir com o Executivo, de forma a dar resposta a uma série de questões colocadas pelo Partido Socialista. Essa situação foi aprovada por unanimidade e continuamos à espera. E esperemos que isto não seja da mesma forma que as moções que são aprovadas na

Assembleia Municipal, ou seja, que realmente exista uma reunião. E veja, quer dizer, quando nós estamos a falar do Executivo da Câmara Municipal da Guarda, comparando com aquilo que é Sabugal, Manteigas e Celorico, eu tenho a certeza absoluta que o Conselho de Administração da APAL, que inclusive o senhor Presidente do Conselho de Administração da APAL é exatamente o mesmo que o senhor Presidente da Câmara da Guarda, terá capacidade para reunir com o Executivo ao qual preside o senhor Presidente da Câmara da Guarda. E, portanto, aquilo que o Partido Socialista solicita é que rapidamente essa reunião tenha lugar, para que não existam dúvidas. Nesse sentido, o Partido Socialista irá votar os dois primeiros pontos a favor e irá abster-se relativamente aos outros pontos, porque não temos, neste momento, nas nossas mãos, ou não têm os senhores Vereadores (e como eu lhe disse, eu nunca tomaria partido relativamente a isto), situações que nos possam levar de outra forma. Portanto, senhor Presidente, já foram várias reuniões onde isto foi solicitado. Peço-lhe, também, enquanto Deputado, que rapidamente... até porque é uma questão de transparência. Os dois somos a favor que existisse uma entidade diferente para o tratamento de águas e águas residuais no nosso concelho. Sabemos que, apesar do senhor Presidente ter estado no anterior Executivo, o anterior Executivo acabou com o SMAS no sentido de ir lá buscar algum dinheiro para tratar de coisas de pormenor. O senhor Presidente tomou uma boa atitude. No entanto, depois, a seguir, ficamos com falta de explicações. E mais, uma coisa que foi aprovada por unanimidade, ou seja, aprovada pelo PG, pelo PSD e pelo PS em reunião de Câmara e até hoje não houve oportunidade para reunir com o Conselho de Administração. E é a única coisa que queremos. Sobre a APAL, é a única coisa que eu tinha a dizer. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Então, renovando os meus votos, na pessoa do senhor Presidente. Relativamente aos instrumentos, o plano de prevenção, etc., estes instrumentos que nos trazem aqui para aprovação hoje, saudamos que as organizações municipais trabalhem no sentido de servir, com transparência e ética, os cidadãos. Instrumentos como, por exemplo, o código de conduta, que nos é trazido aqui hoje,

quando bem concebidos e aplicados, melhoram os ambientes organizacionais e o serviço prestado. A ausência destes instrumentos deixa vazios que, quando explorados maliciosamente, levam a situações que põe em causa a capacidade de servir e a imagem das organizações. Senão, vejamos. Nas últimas semanas, o nome da Guarda, o da Câmara Municipal e o do seu Presidente, foram notícia, em diversos órgãos de comunicação social, pelas piores razões. A confirmação, ao que sabemos, inapelável, da condenação de uma dirigente do município por assédio laboral grave. Grave ao ponto de a sentença incluir pena de prisão. O município, enquanto organização, não esteve à altura das suas obrigações na proteção dos seus trabalhadores de comportamentos abusivos. Uma violação que podia e devia ter sido tratada dentro de portas, arrastou para a exposição pública a vítima, a agressora, que mantém a maioria dos seus direitos, recordemos, o nome da Guarda, a sua Câmara Municipal, e nem o seu Presidente ficou imune às críticas dos juízes que classificaram o seu depoimento nada isento e demasiado protetor da agressora. Infelizmente, neste caso, todos perderam. Todos. Mesmo a vítima, tendo ganho a ação judicial, acredito que considere que as perdas que são maiores que os ganhos. Importa, pois, retirar desta triste novela os ensinamentos que impeçam que episódios assim voltem a ocorrer nos serviços do Município da Guarda. Um inquérito do Laboratório Português de Ambientes de Trabalho Saudáveis revela que o número de pessoas que declaram ser vítimas de assédio laboral está a aumentar. É obrigação de todas as entidades empregadoras proporcionar aos seus trabalhadores ambientes de trabalho saudáveis, protegendo-os de comportamentos abusivos. O Município da Guarda deve, pois, promover uma reflexão interna sobre este assunto e criar os mecanismos adequados ao tratamento destes casos. Não é preciso inventar nada, há abundante material de apoio para esta tarefa. Instamos o senhor Presidente de Câmara a garantir a todos os trabalhadores do município que, casos como este que originou as notícias, não se voltarão a repetir no Município da Guarda. E, a este propósito, questionamos ainda o senhor Presidente sobre a implementação do Provedor do Município, matéria que foi objeto de proposta nesta Assembleia. Obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Parecendo que não, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimentos renovados. Sobre e falando dos quatro pontos, são documentos em tudo similares aos já aprovados recentemente para o Município da Guarda, que vieram aqui também a este Órgão, à Assembleia Municipal, e que tem base no modelo em uso em todas as autarquias locais. Portanto, a diferença é pouca ou nenhuma, porque é aquilo que se usa de norte a sul do país e que agora, naturalmente, será aplicado. Tal como já está aplicado ou a ser aplicado no Município da Guarda, também será aplicado nas Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados. Depois, no caso do ponto 2.6, o concurso de chefias de terceiro grau, estão duas pessoas ainda nomeadas em regime de substituição e, agora, naturalmente, temos que dar cumprimento aos prazos legais e dar seguimento a esse processo. Sobre aquilo que aqui é referenciado, Deputado Miguel Borges, o senhor disse aí que o Presidente da Câmara é o mesmo que o Presidente do Conselho de Administração da APAL. Pois é, a culpa é vossa! Os senhores chumbaram a Administração. Não me interrompa, se faz favor. Outra vez, lá vamos outra vez ao mesmo festival. Ó Senhor Presidente... muito obrigado. A culpa é vossa. É do PS e é do PSD, pela pessoa dos seus Vereadores, que, quando levámos a Administração para aprovar, foi chumbada! Acho que não conheciam as pessoas. Não as conheciam. Acho que foi isso que foi dito na altura. Acho que está em ata. Não conheciam as pessoas e chumbaram. E por isso, como nós temos pouco que fazer (eu falo por mim, enquanto Presidente da Câmara da Guarda, porque somos só três), mas também os meus colegas, o meu colega do Sabugal, que é do PSD, e o meu colega de Celorico da Beira, que também é do PSD, tivemos que ficar na Administração da APAL-SIM. E fazemos das tripas coração para conseguirmos ter tempo para ajudar a gerir a casa. E, naturalmente, nós não podemos deixar de valorizar todos os colaboradores que já estão ao serviço da APAL-SIM para nos ajudarem, efetivamente, a dar seguimento a esse bom projeto e que tem ainda muito que evoluir, no futuro, aos mais diversos níveis. Senhor Deputado Miguel Borges, eu, nos últimos dias, não fiz despacho, confesso. Mas julgo que já devo ter no meu despacho, algures, a resposta da APAL-SIM para dar seguimento depois para a Câmara. A resposta sobre aquilo que a Câmara enviou para a APAL-SIM. E, portanto, assim que eu veja a resposta, naturalmente será dado consequência. Já agora, importa dizer o que é que os senhores colocaram nesse pedido de audiência. A primeira foi: que funcionários e vencimentos tem a APAL-SIM. Veja só. E agora mais atualizado, porque

já houve transição dos trabalhadores de dois municípios para a APAL-SIM. Essa foi uma questão que os senhores colocaram. A outra questão tem a ver com uma queixa de uma funcionária a dizer que outra funcionária estava a desviar dinheiro. Esse processo já deu muito que falar nos corredores oficiosos e oficiais. É um processo que está sob inquérito, mas, naturalmente, APAL-SIM irá responder em razão da matéria. Porque é isso que consta no processo de audição que os senhores fizeram e que foi aprovado. Senhor Deputado Rui Ribeiro, sobre a sua intervenção, há uma coisa que nunca se deve confundir: a política com a justiça. E, se os senhores quiserem começar a citar comentários de juízes, então, não sairíamos daqui a tarde toda, nos mais diversos processos. Mas eu, enquanto estiver na Câmara da Guarda e fora dela, porque esse é o meu *modus operandi*, não comento processos judiciais, nem de políticos do agora, do antigamente e do futuro, nem de funcionários desta casa, nem de ninguém, na rua. Não comento. Aquilo que nós temos que fazer, quando temos decisões que transitam em julgado, quando as temos, devemos agir em conformidade. Foi isso que sempre fizemos em todos os processos ao longo destes quatro anos e é aquilo que nós vamos continuar a fazer. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para? Faça favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “O meu pedido esclarecimento é muito breve. Senhor Presidente da Câmara, eu não lhe pedi para comentar a situação, não lhe pedi para comentar a sentença, não lhe pedi para comentar a decisão judicial. Creio que fui claro nesta questão. A única coisa que eu pedi foi para o senhor garantir aos funcionários da autarquia que situações como a que ocorreu e que teve o desfecho que teve não voltarão a ocorrer. Tão simples quanto isto. Se o senhor tiver condições para o fazer, eu creio que confortaria os trabalhadores do município. Se não tiver, enfim, ficamos esclarecidos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pedido de esclarecimento? Faça o favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É um pedido de esclarecimento relativamente à questão da APAL-SIM e do Conselho de Administração. Já foi aqui tratado, o senhor Presidente pode fazer o tipo de malabarismos que quiser fazer. Aquilo que aconteceu é que foi a reunião de Câmara um Conselho de Administração, os senhores Vereadores

colocaram a questão dos curriculum vitae e saber exatamente cada uma das pessoas se tinha ou não tinha condições para pertencer àquele Conselho de Administração. O Senhor Presidente retirou a proposta e não a tornou a levar. E aquilo que eu questiono é: porque é que não levou depois a proposta? Sabendo nós que, aqui na Guarda, nós todos conhecíamos o Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana. Todos nós aqui achávamos que era uma pessoa consensual, do ponto de vista do Presidente do Conselho de Administração. Pelo menos, por parte do Partido Socialista isto foi dito nesta Assembleia, está gravado. Está gravado. Está gravado nesta Assembleia. E, portanto, o pedido de esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara é: porque é que não levou então o Conselho de Administração novamente para ser votado? Com os currículos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor deputado, muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, deseja responder? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “... senhor Presidente, para que não restem dúvidas. Sobre o primeiro ponto, senhor Deputado, a partir do momento em que a Câmara da Guarda e a APAL têm todos estes documentos, têm que ser postos em prática. Coisa que não tinha. Até há bem pouco tempo não os tinha, como bem sabe. Aquilo que nós não queremos é que haja um qualquer partido, uma qualquer força política, como os senhores fizeram, quando surgiram essas queixas de uma funcionária contra a outra, fizeram logo, a correr, uma conferência de imprensa contra a funcionária visada, e metendo, com um malabarismo, aí sim, com malabarismo político, a meter todo... não me interrompam, se faz favor... o Conselho de Administração da APAL e todos os funcionários no mesmo saco daquela acusação. Isso é que não pode acontecer. E, exatamente, neste processo, nós agimos exatamente da mesmíssima forma. Não comentámos nada até que o inquérito que está a decorrer transite em julgado. Senhor Deputado Miguel Borges, está em ata da reunião de Câmara... está em ata da reunião de Câmara a senhora Vereadora do Partido Socialista a referir que não conhecia os membros do Conselho de Administração que estavam propostos para a APAL-SIM. Ponto final, parágrafo. Foi isto que aconteceu e a proposta foi chumbada. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Vamos, então, colocar à votação o ponto 2.3.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.3 - Proposta do Código de Conduta dos APAL-SIM – discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e três votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Peço-lhe desculpa.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “A bancada do PG tem que ler o regulamento, que é para começar a conhecer como é que podemos usar a palavra. Então, obviamente, valorizamos a existência de um código de conduta, exatamente por isso é que votámos a favor. Apresentámos esta mesma ideia na última Assembleia Municipal, em moção. Como já foi referido, tivemos aqui uma infeliz situação na qual o Presidente foi cúmplice por inação. A arguida foi considerada culpada por três tribunais e esperamos ainda pela sentença que virá sobre a acusação que foi feita contra o Município e contra o SMAS, na altura. Esperamos, obviamente, que este código funcione, que seja aplicado e que a Guarda não volte a passar por esta vergonha. Não falamos de confundir política com justiça. A política tem que ser justa e, neste caso, não o foi. Caso que o senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... conhecia e podia ter impedido...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, nós, realmente...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... mas optou por ignorar até agora.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Posso? Ó senhora Deputada...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Até o tribunal afirma...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... que a sua posição foi demasiado protetora e nada isenta.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada... senhora Deputada... ó senhora Deputada, custa-me muito dizer isto, esperei nunca o dizer. Fui cabeça de lista de uma lista que ganhou as eleições. Que ganhou as eleições. Nesta sala, fui eleito Presidente da Assembleia pela maioria dos Deputados. É sua obrigação ter respeito para comigo, como eu tenho para consigo. O que está no Regimento, que a senhora não gosta, porque parece que são piores do que extrema-esquerda, são anarquistas, parece que são anarquistas, o Regimento só é quando é contra os outros. Quando lhe agrada a si, não há Regimento para ninguém. O que está aqui dito é uma declaração de voto, porque é que votou a favor, votou contra ou se absteve. Não foi isso que veio fazer.” --

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Preciso de um esclarecimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Precisa de um esclarecimento a quem?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “À Mesa. Posso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, conhecendo o regulamento, porque é que o senhor Presidente da Mesa da Assembleia não se deslocou a este microfone, tal como está previsto? No regulamento que aprovámos, diz que o Senhor Presidente tem que se deslocar a este microfone. Portanto, podemos ficar aqui...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Para dar a sua opinião enquanto Deputado. Posso procurar o artigo, se quiser. O senhor Deputado do PG, se quiser, pode vir ao microfone falar. Porque é assim que se faz democracia. Debatermos abertamente. Em vez de mandar bocas do lugar, desloque-se aqui e dê sua opinião. Será um agrado debater consigo da forma correta e não utilizando os meios mais...” -----

Ponto 2.4 - Proposta de Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas dos APAL-SIM - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa... Peço desculpa, colocava, agora, à votação, o ponto 24.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.4 - Proposta de Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas dos APAL-SIM - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e dois votos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Há alguma declaração de voto?” -----

Ponto 2.5 - Proposta de Nomeação do Responsável pelo Cumprimento do Normativo Legal dos APAL-SIM - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Vou colocar o 2.5 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.5 - Proposta de Nomeação do Responsável pelo Cumprimento do Normativo Legal dos APAL-SIM - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e dois votos a favor e dez abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Abstivemo-nos por estarmos à espera da audiência com o Conselho de Administração dos APAL-SIM.” -----

Ponto 2.6 - Proposta de Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau dos APAL-SIM – Abertura de Procedimentos e Proposta de Júri - discussão e votação. -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.6 - Proposta de Procedimentos Concursais para Provimento de Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau dos APAL-SIM – Abertura de Procedimentos e Proposta de Júri - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e três votos a favor e dez abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Abstivemos por estarmos à espera de uma reunião com o Conselho de Administração da APAL-SIM.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Correto.” -----

Ponto 2.7 - Regulamento de Acesso e Disponibilização de Casas de Função do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está um ponto à discussão. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir?” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Brevemente, todos sabemos como é que está o mercado da habitação. Este regulamento constitui mais um instrumento de habitação no nosso concelho, está bem regulamentado. E, agora, mais importante do que estar regulamentado e no papel, é que entre em vigor, que seja utilizado e que seja, sobretudo, divulgado pelos canais da Câmara para que seja utilizado e seja uma mais-valia, sobretudo para empregos qualificados que sejam necessários no concelho. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Penso que não há mais nenhum senhor Deputado inscrito. Senhor Presidente da Câmara, dava-lhe a palavra para este ponto 2.7. -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Deputado José Rodrigues, obrigado pelas palavras. De facto, esta é uma necessidade que ao longo dos anos tem vindo a ser colocada pelas mais diversas entidades e nós, depois de uma auscultação às mesmas e depois nós consagrarmos, digamos, um stock, no bom sentido, naturalmente, de casas do município para este fim, que são nove casas no Centro Histórico, nove apartamentos que o município tem no Centro Histórico e que agora são atribuídos para este fim, em função da evolução própria destas necessidades, destes pedidos que nos têm vindo a ser feitos, seja por forças policiais, seja por altos quadros de empresas da Guarda, seja por profissionais de saúde. E, por isso, estas nove habitações ficarão agora disponíveis. Estas hoje, amanhã podem ser outras. Mas estas ficam já disponíveis para esse fim. Dizer que nós já temos pedidos pendentes para análise no município, precisamente para podermos fazer a atribuição com base neste regulamento. Nós consideramos ser um regulamento muito importante e que é mesmo vanguardista no país. Nós tivemos o cuidado de verificar aquilo que se faz um pouco pelo país e auscultar alguns autarcas, e, de facto, nós vamos ao encontro daquilo que

melhor se faz em Portugal. No estrangeiro, talvez. Mas isso não sabemos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.7 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.7 - Regulamento de Acesso e Disponibilização de Casas de Função do Município da Guarda - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e quatro votos. -----

Ponto 2.8 - Proposta do Plano de Ação para os Resíduos Urbanos (PAPERSU) - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está à discussão. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Muito boa tarde a todos. Isto resulta de um imperativo legal. Portanto, o Município da Guarda tem que elaborar o plano de ação para os resíduos urbanos, chamado PAPERSU, tal como previsto na lei, devendo o mesmo ser aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente, o que já foi. Tendo em conta as metas ambientais bastante exigentes, nomeadamente a diminuição acentuada da deposição de resíduos em aterro, que deve passar dos atuais 56% a nível nacional para 10% em 2035, e o aumento dos indicadores de reciclagem que se situam nos 32% e que deverão ser de 65%, será então necessária uma alteração profunda nos hábitos da população. Então, no PAPERSU do Município da Guarda são definidas seis medidas que passam pelo reforço da sensibilização, implementação de novos fluxos de recolha, incremento dos hábitos de separação com maior ênfase nos biorresíduos, que são aqueles que, em termos de aterro sanitário, devido aos processos de decomposição, mais comprometem esses depósitos, entre outras coisas. Assim, a lei estabelece esta obrigatoriedade de os municípios elaborarem o tal plano e, como tal, a Câmara enviou esse plano, que está aqui em anexo, e que foi aprovado já pela APA através do ofício de 02 de janeiro de 2025. Face ao exposto, o Executivo vem submeter o plano à aprovação pela Assembleia Municipal, para exercício da competência prevista na lei.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir? Presumo que não. Senhor Presidente da Câmara, ponto 2.8, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Senhor Deputado José Breia, conforme referenciou, este documento já foi aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente e, pelo sim, pelo não, à cautela, decidimos trazer também aos Órgãos, à Câmara e à Assembleia, para que não restem dúvidas sobre a sua viabilidade. Este plano, este PAPERSU, tem um plano de investimento, até 2030, de cerca de 3,3 milhões de euros. Plano esse que é absolutamente necessário e tem que entrar em funcionamento, mas nós precisamos de financiamento para o mesmo e que, neste momento, não há. Ou seja, as autoridades do Estado central obrigam os municípios a fazer estes planos, a definir o conjunto de investimentos, mas, depois, vamos ver de onde é que vem o financiamento. Bom, o nosso trabalho está feito. Aprovámos o PAPERSU para 2030. A seguir esperamos que haja financiamento do Estado central, seja pelo Fundo Ambiental ou por outras vias, para o podermos implementar. E tudo isto leva-nos a dizer, e com preocupação, que esperemos que este plano, a ser implementado até 2030, mais coisa menos coisa, se houver o tal financiamento, possa contribuir para um desagravamento das tarifas dos resíduos sólidos em alta e da taxa de gestão de resíduos, que têm vindo a sofrer, nos últimos anos, um verdadeiro aumento colossal. Um aumento colossal. Por isso é que, se repararem, as taxas que são refletidas nas faturas da água, no caso concreto dos resíduos, são elevadas, porque as tarifas em alta estão continuamente a aumentar e a TGR também. Por isso, esperemos que no futuro nós possamos baixar estas tarifas, mas só quando efetivamente nós conseguirmos ter uma boa evolução em todo este trabalho, em todas as medidas previstas no PAPERSU, tal como a evolução positiva na percentagem da separação dos resíduos, no caso concreto da reciclagem, no caso concreto dos biorresíduos desse programa que nós estamos a implementar já desde há dois anos a esta parte, mas também a diminuição da deposição em aterro dos resíduos das nossas casas. É este trabalho que todos nós, o município com estas medidas mais fortes do ponto de vista financeiro, mas todos nós, nas nossas casas, estamos também obrigados a fazer durante os próximos anos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.8 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.8 - Proposta do Plano de Ação para os Resíduos Urbanos (PAPERSU) - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos.” -----

Ponto 2.9 - Desafetação do Domínio Público Municipal de um Terreno na Rua da Corredoura - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está o ponto à discussão. Presumo que não haja. Senhor Presidente da Câmara, se entender dar algum esclarecimento.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. É um procedimento legal, similar a outros que já vieram esta Assembleia recentemente. Estamos a falar em pouco mais de 20 m². Aquilo que nós vamos conseguir, em termos financeiros, por esta venda, não dá para o papel, não dá para o tempo que já perdemos com ele, não dá para toda a chatice, não dá para nada da burocracia. Mas é um imperativo legal e nós temos que o fazer, porque concretamente esta faixa de terreno é contígua a uma outra faixa similar em que, já há uns bons anos, também foi feito exatamente o mesmo procedimento. Mas, no que diz respeito à lei, tem que ser cumprida, e é esta a forma de fazer esta desafetação e depois a alienação. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava ponto à votação.” -

- **Resultado da votação do Ponto 2.9 - Desafetação do Domínio Público Municipal de um Terreno na Rua da Corredoura - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e sete votos. -----

Ponto 2.10 - Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda, a Junta de Freguesia de Arrifana e a Guarda Nacional Republicana - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Gostava de colocar ao conhecimento e à apreciação dos senhores Deputados o seguinte: nós temos sempre que ter algum cuidado quando estamos ou não, ou podemos estar impedidos. Nas votações da APAL, houve uma senhora Deputada funcionária que, durante a discussão e a votação, se ausentou, para não haver aqui qualquer impedimento e qualquer arguição de nulidade. O senhor Presidente da Junta da Arrifana poderá ser parte interessada, nos termos do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo. Não é claro, o Regimento não é claro, mas, para evitarmos problemas e dúvidas, ele não vai estar no período... Por cautela, ele entende e eu também entendo. Quando a lei não é clara, o melhor é nós termos cautelas. E, portanto, se autorizam, ele daria um pequeno esclarecimento, e durante a discussão e a votação está ausente da sala. Se entenderem que pode ser? Ok, muito obrigado.” -----

- **António Fernandes, Presidente de Junta da Freguesia de Arrifana (Independente):**
“Posso dar o esclarecimento aqui?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pode.” -----

- **António Fernandes, Presidente de Junta da Freguesia de Arrifana (Independente):**
“Senhor Presidente, muito rapidamente, cumprimentando-o a si, cumprimento todos aqueles que nos acompanham. Relativamente a esta área, é uma área com cerca de trinta hectares, vinte e nove hectares e uns poucos metros, portanto, cerca de trinta hectares, que será cedido, em contrato de comodato, à Guarda Nacional Republicana para a instalação de um campo de treino, de um centro operacional, que, com este projeto, consolida, definitivamente, a UEPS na Guarda. Portanto, o Comando Nacional da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR ficará na Guarda e, com este campo de treino, fica consolidado. Portanto, é uma honra para a Freguesia da Arrifana poder colaborar com o Município da Guarda e com a Guarda Nacional Republicana na cedência de um espaço importantíssimo, que vai trazer para a Guarda, efetivamente, muitas vantagens, e irá pôr a Guarda no mapa do socorro e da emergência nacional e internacional. Aqui, deixem-me só dar um agradecimento ao senhor Presidente da Câmara, ao Município da Guarda, à GNR na pessoa do seu Comandante-Geral, o Tenente-General Rui Veloso. E deixem-me fazer também aqui uma menção, porque não ficaria bem comigo mesmo se não mencionasse um conterrâneo nosso, o Major-General

António Bogas, que teve um papel decisivo, quer na vinda da UEPS para a Guarda, o comando nacional, mas também neste processo todo da criação do campo treino na Arrifana. Portanto, eu agora vou-me ausentar. Obrigado a todos pela atenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Colocava, então, agora, o ponto à discussão, se alguma senhora Deputada ou algum senhor Deputado desejar intervir. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Uma boa tarde a todos. Em si, senhor Presidente, cumprimento toda a gente. Só uma boa nota, uma nota positiva. Hoje à tarde não vos tenho vindo a preocupar porque discutiram-se essencialmente aqui assuntos jurídicos e não sei quê... Eu não sei disso e penso sempre que falar de assuntos jurídicos é muito problemático. Hoje calha a uns, amanhã calha a outros e depois a outros, e no futuro e no passado... Não vale a pena misturar a política com os processos judiciais. Nisso estava bem avisado o Dr. Costa, anterior Primeiro-Ministro, que bem nos alertou para isso. Sobre este assunto do centro de treinos da UEPS, é fundamental porque fixa definitivamente esta unidade de comando no interior. Porque se os edifícios da UEPS, contra o qual muita gente nesta cidade, nomeadamente vereadores, estiveram contra, até se podiam deslocar os trinta hectares, é efetivamente muito complicado. E é mais um passo para definitivamente fixar uma unidade de comando, uma unidade central num território rural. Por isso, obrigado à GNR, obrigado à Câmara, obrigado à Junta de Freguesia da Arrifana. No Fundo, obrigado a todos, nomeadamente o anterior Ministro da Administração Interna, que também ajudou, o Eduardo Cabrita. Por isso, todas as pessoas que diretamente ajudaram a sedimentar este projeto, obrigado. Aqueles que também estiveram contra, penso que já estão definitivamente convertidos à ideia de que a UEPS é bom e é naquele sítio que deve estar. Eu não sei, sobre esta cedência dos trinta hectares, se efetivamente todos nós nos sentimos confortáveis para votar, ou se alguém quer ir ver o local, porque podem depois também dizer que não conhecem o local. Como não conhecem o anterior Presidente, não o conheciam, se calhar é melhor irmos ver o local. Se precisarem, a gente faz uma visita guiada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, relativamente à UEPS, como é óbvio, nós vamos votar favoravelmente. Hoje tivemos aqui uma novidade que foi a apresentação de um ponto. Ou seja, houve pelo menos alguém que, antes de nós votarmos, apresentou um ponto. Da própria Mesa, o senhor Deputado que se retirou, apresentou este ponto. Coisa que não vem sendo hábito, ou seja, não há um Presidente da Câmara que apresente pontos. Normalmente, aquilo que acontece é que nós discutimos e, depois, a seguir, chega ao fim e os pontos são votados. Provavelmente estamos já a falar da próxima lista a qualquer coisa que por aí venha. Depois, dizer-vos que, sim senhor, nós concordamos. Sempre concordámos aqui na Assembleia Municipal e por mais que... é assim, por mais que o Deputado Valbom tente falar, a verdade é que, relativamente à UEPS, o PS votou sempre da mesma forma. Relativamente à localização da UEPS, o PS votou sempre da mesma forma. E, portanto, senhor Deputado Valbom, aí estamos à vontade. Até porque quem tem responsabilidades acerca da UEPS, e como acabou de dizer, e bem, tem a ver com Eduardo Cabrita e depois José Luís Carneiro, e também não me custa nada, antes pelo contrário, sempre coadjuvado com o trabalho da Câmara. Portanto, essa questão, vocês aqui, do deputado Miguel Borges, têm sempre a mesma coisa. Sempre. Quando é para concordar, é para concordar. Quando é para discordar, é para discordar. Quem colocou entraves na questão da UEPS foi o PSD. Mais nada. E, portanto, não andemos com outro tipo de questões. Mas também, o senhor Deputado Valbom, quando fala agora que não conhecia o senhor Engenheiro. Ó senhor Deputado Valbom, é assim, estamos a voltar ao tema atrás porque fez isso. E como o senhor Presidente da Assembleia deixou, também me vai deixar a mim, de certeza absoluta. É que quando voltamos ao tema atrás, dizer-lhe assim: nesta Assembleia, assim como em reunião de Câmara, a questão que se coloca é que não se consegue definir ou decidir sobre um Conselho de Administração, seja do que for, se não tiver os currículos das pessoas! Estamos a falar de uma pessoa que era da Guarda, que toda a gente conhece; uma pessoa que era de Celorico, que ninguém conhece; uma pessoa que era de Manteigas, que ninguém conhece. Mas, sobre isto, eu tenho mais coisas. É que, relativamente, por exemplo, quando falamos de habitação e dizem que a Câmara da Guarda foi a primeira que teve habitação acessível financiada, ainda bem que o Partido Socialista vos chamou a atenção, na altura em que vocês estavam... Eu não estou a dizer nada de mal! A verdade é que, depois, a seguir, vocês fizeram aquilo que vos competia,

que foi candidatar. E ainda bem que a primeira Câmara foi a Câmara da Guarda. Nada a dizer. Agora, também na altura queriam criar uma empresa que se chamava Guarda Viva, aprovada na Câmara, e que até agora nada foi feito. Esqueceram-se! E, portanto, vocês andaram este tempo todo ao sabor, não é? Com orçamento, sem orçamento, com empresas, sem empresas, a não saber nada, a querer o Guarda 2040. Foi isto que andaram a fazer durante estes quatro anos. Vamos lá. Porque, é assim, eu tenho além o vosso programa eleitoral. E, há pouco, o vosso Presidente de Câmara dizia: atenção que agora vêm aí promessas. Ó senhor Presidente da Câmara, vá ver as promessas que fez. E, por favor, sinceramente, eu espero que nem o candidato do PSD, que eu não conheço, nem o candidato do PG, que eu não conheço, e que o candidato do PS, que eu conheço, as promessas que façam sejam concretizáveis e, portanto, que existam promessas que sejam concretizáveis. Está bem? Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Ó senhor Deputado Miguel Borges, eu sei que o senhor gasto muito de fazer esclarecimentos. Gosta de fazer esclarecimentos! Então, eu vou só esclarecê-lo de uma coisa: é que o PSD sempre foi a favor da UEPS nesta cidade, o que não foi a favor foi da sua localização. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Presumo que, sobre este ponto, não haja mais senhores Deputados a quererem pronunciar-se. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Devemos todos lembrar a grande conquista que foi para a Guarda sediarmos aqui o comando nacional desta unidade, Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana. Posso-vos dizer que dezenas de municípios estavam na corrida para que a UEPS fosse para o seu território. Graças a Deus... um dia eu escreverei tudo. E foi tudo legal, por cima da mesa. O caminho que foi sendo feito, ao longo dos anos, para que isso fosse possível. E tivesse sido possível apesar do trabalho de bastidores de alguns que pegavam de vez em quando no telefone para prejudicar o processo, senhor Deputado. Não estou a falar de si, não. Mas houve pessoas nesta cidade (a seu tempo

se falará publicamente sobre isso, a seu tempo), preocupação que tinham em ligar para governantes do Governo de então, dizendo para não encerrar a escola, que aquilo não podia ser e tinha que se encontrar outro local para a UEPS. Isto aconteceu, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Hoje em dia, o comando da UEPS está completo na nossa cidade, todo o seu chamado Estado-Maior está completo. E, neste momento, naquele espaço, na rua Segura Fernandes da nossa cidade, juntamente com formandos, porque neste momento há continuamente formação naquele novo quartel da UEPS, chegamos a ter cerca de duzentos militares na Guarda. Duzentos militares. Alguns já regressaram, alguns são de cá, outros vieram simplesmente para a Guarda. E posso-vos dizer que os concursos internos que vão abrindo para vagas para a UEPS, já superam, em muito, as vagas. O que é muito importante e é bom sinal que as pessoas querem vir para a UEPS, para a Guarda, porque sabem que aqui tem excelentes condições. Eu arrisco-me a dizer, e não sou eu que o digo, são vários elementos da Guarda Nacional Republicana que também o dizem, é dos melhores quartéis que a GNR tem no país. Graças também ao trabalho que nós temos vindo a fazer juntamente com eles. E por isso continuamos a fazer o caminho para poder dar condições a este aumento do efetivo. E, com este campo nacional de treino, outras companhias se poderão deslocar definitivamente ou provisoriamente à Guarda, bem como exercícios nacionais e internacionais, como aquele onde eu estive em janeiro deste ano. Eu fiz questão de passar um dia num exercício internacional na zona de Lisboa, onde estiveram mais de mil operacionais, durante mais de uma semana, num exercício internacional. E isto é muito importante. E, no futuro, o grande objetivo é que esse tipo de exercícios possam ser feitos também a partir da Guarda. Mais uma boa hipótese para podermos ter mais camas na Guarda. Porque, depois, com mil pessoas de fora, na Guarda, é preciso colocá-las a dormir em algum lado. Aqui também é o desafio para que aumente o número de camas na nossa cidade. Devemos agradecer todos, ele não está aqui, mas podemos e devemos fazê-lo, a disponibilidade da Junta de Freguesia da Arrifana, particularmente do seu Presidente, que desde a primeira hora ajudou a que este processo tivesse o seu rumo e um rumo muito positivo e, naturalmente, tal como ele já referiu também, ao senhor Tenente-General Veloso, Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, mas também àquele que era o então líder, o Major-General António Bogas do CARI, do Comando de Administração de Recursos Internos da

Guarda Nacional Republicana, que hoje já não está suas funções, está numa missão no estrangeiro. Agradecer muito a esses dois homens, entre outros, mas comandados por eles, para que nós pudéssemos ter chegado a este grande desiderato. É claro que nós não podemos perder de vista um grande objetivo, e aproveito também para o dizer, que é a necessidade de novas instalações para o Comando Distrital da Guarda Nacional Republicana que, numa solução que já foi construída de forma harmoniosa entre todas as partes, terá que se deslocalizar, no futuro, tão breve quanto possível, para todo aquele espaço envolvente do Comando da UEP, libertando este espaço para a futura Praça da Liberdade. Tal como continuamos a lutar com o Estado central para novas instalações para a Polícia de Segurança Pública. Todos devemos ajudar nesta necessidade para a nossa cidade e para esta força, porque é muito importante nós todos darmos as mãos para caminharmos no mesmo sentido para que a UEPS, a GNR e, de outra forma, a PSP também, se cimentem, cada vez mais, na nossa cidade, porque a sua presença é muito, muito, muito importante no nosso território. A talhe de foice, porque o Deputado Miguel Borges citou aqui três situações, senhor Deputado, a questão da habitação, bom, ainda bem que o senhor já percebeu e já se rendeu que nós fizemos um bom trabalho. Muito obrigado por isso. Sobre o Conselho de Administração da APAL-SIM, olhe, uma das pessoas era nosso colega nas Águas. Lembra-se? Também o conhece, não conhece? Então, pronto! Então, conhecia o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Arrifana e conhecia o Dr. Renato Craveiro, que, por acaso, foi nosso colega nas Águas de Portugal e também estava nomeado para a Administração da APAL e também foi chumbado, tal como outra senhora de Celorico, a Dra. Susana Cabral. Então e não conhece? Todos nós o conhecíamos, ainda para mais o seu currículo profissional. Para terminar, o senhor disse: então, onde é que está Empresa Municipal da Habitação e Parques Empresariais? Os senhores já se esqueceram que também chumbaram essa administração? Já se esqueceram? É que os senhores, PS e PSD, na Vereação, andaram de chumbo em chumbo neste mandato! Já se esqueceram que os senhores chumbaram a Administração da Guarda Viva? Depois de terem aprovado, à época, o senhor Vereador Luís Couto, que lhe presto aqui a minha homenagem pública, uma vez mais, que aprovou a constituição da Empresa Municipal. Não sei se foi por essa razão ou não que, semanas mais tarde, ele abdicou do lugar de Vereador e entrou a senhora Vereadora. Com muito gosto a recebemos, a senhora Vereadora Adelaide Campos. Mas

os senhores chumbaram, a seguir, a Administração da Guarda Viva. Já se esqueceram? Senhor Deputado, temos que ter memória e na política é muito importante termos memória. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Para?” ---

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ouça, é assim, eu não citei nomes aqui que não estavam aqui. Acho incorreto estarmos a citar outros nomes. É verdade, existe um colega meu que trabalha na APAL-SIM, não sei em que qualidade. Não vou, sequer, novamente, citar o nome, porque não acho isso correto, senhor Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “São documentos oficiais!” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Não acho isso correto, senhor Presidente. Mas, dizer-vos uma coisa: eu não sou Vereador da Câmara e, portanto, isso foi votado em reuniões de Câmara. Eu conheço a pessoa, da mesma forma que conheço claramente quem é o Presidente da Junta da Arrifana. A outra pessoa de Celorico eu não conheço. Tenho a certeza absoluta que, provavelmente, os Vereadores da Câmara... ó senhor Presidente de Câmara, é um nosso colega, mas convirá dizer que até nem é uma personagem pública e, se calhar, até nem gostaria muito que fosse citado aqui na Assembleia Municipal. Mas, realmente, eu conheço. Confesso que, provavelmente, a senhora Vereadora ou o senhor Vereador não conhecerão e gostassem de saber o currículo que tinha, uma vez que é de Manteigas e, portanto, se calhar, não o conheceriam. Era isso que eu queria dizer. Relativamente à APAL-SIM, a questão que se coloca é assim, senhor Presidente: nós, quando o senhor Vereador Luís Couto votou favoravelmente a formação da Guarda Viva, o senhor Vereador Luís Couto votou favoravelmente a criação da empresa. Correto? Se fazia tanta falta... ou, então, não faz falta! E era aquilo que nós dizíamos. Nós, depois, a seguir, dizíamos aqui: não faz falta. E o senhor Presidente acabou de dizer que a primeira Câmara, a nível nacional, a assinar um projeto de habitação acessível foi a Câmara da Guarda. Portanto, a Guarda Viva não fazia falta para nada, só ia gastar dinheiro, só havia problemas, ainda bem que foi chumbada... Não foi chumbada, ainda bem que não foram aprovados os estatutos quando deveriam ter sido aprovados. Mais nada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Deputado... Poderemos colocar à votação o ponto 2.10.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.10 - Proposta de Minuta do Contrato Interadministrativo entre o Município da Guarda, a Junta de Freguesia de Arrifana e a Guarda Nacional Republicana - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos. -----

Ponto 2.11 - Aquisição de Viaturas Elétricas no Âmbito do Aviso RP-C21-12 - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguém... Senhor Deputado, faça favor, tem a palavra.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Deixem-me só dizer-vos que, como motard, sei o que é ir atrás de um autocarro com vinte e tal anos, que fez carreira algures, na Alemanha, e vem para aqui acabar com o nosso bom ar. E, portanto, esta proposta vem ao encontro desta necessidade de deixarmos de ter veículos fumegantes dentro da cidade. Então, a Câmara vai aproveitar uma candidatura, que tem a ver com a descarbonização de transportes públicos, pelo que se torna necessária a aquisição de viaturas pelo Município até 31 de março de 2026. Esta candidatura foi aprovada pelos vários Municípios pertencentes à área de atuação da Agência Regional de Energia e Ambiente, e os Municípios manifestaram interesse em integrar um procedimento comum para fornecimento de viaturas elétricas para terem escala. Afigura-se vantajoso o lançamento único de um concurso público para aquisição de viaturas elétricas, tendo sido elaborada uma minuta de protocolo para a constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes interessadas. Nos termos da regra geral da escolha do procedimento, mostrou-se adequado adotar o procedimento do tipo de concurso público. No que ao Município da Guarda diz respeito, o órgão competente para contratar, autorizar a despesa, escolher o procedimento, etc., é a Câmara Municipal, uma vez que se estima que o preço contratual a pagar pelo Município possa ser na ordem de 1 milhão, 550 mil euros, fracionados da seguinte forma: dois autocarros de trinta e nove lugares, cerca de 740 mil euros, excluindo IVA, e três autocarros de dezoito

lugares no valor de 810 mil euros, excluindo IVA. Assim, o Executivo remete a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação da autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais inerentes aos contratos a celebrar. Os valores apresentados são uma estimativa que se baseia nos valores aprovados em candidatura, sendo este o valor base do procedimento. O valor das propostas que serão apresentadas será sempre inferior a esta estimativa. Tenho dito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A Mesa faz um apelo. Já estamos quase no fim. A votação que fizemos do ponto 2.10, se a memória não me traiço, estavam exatamente sessenta e cinco Deputados. Neste momento, já saíram oito, estão cinquenta e sete. É um apelo que faço, estamos quase no fim. Foi para isso que viemos hoje para aqui e, portanto, acho que devemos levar a carta a Garcia até ao fim. Não sei se há mais alguma intervenção de algum senhor Deputado? Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Boa tarde, mais uma vez. É verdade que o facto de optarmos pelos carros elétricos tem prós, também tem contras, obviamente, mas achamos que os prós são realmente uma mais-valia. No entanto, seria bom que não nos esquecêssemos que, para além deste investimento ao qual estamos a concorrer, digamos assim, vai haver outros que não podemos deixar já ao acaso, ou seja, que a Câmara ou o Município já devia estar a pensar neles, nomeadamente as infraestruturas necessárias para os carregamentos desses mesmos autocarros, a autonomia desses mesmos autocarros e aquilo que eles vão fazer, ou seja, as rotas que eles vão fazer. Portanto, tudo isso é um trabalho que devia estar também já um pouco mais delineado ou vir de acordo com esta apresentação. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Se não houver mais nenhuma senhora ou senhor Deputado, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Deputado José Breia, obrigado pelas palavras. Bom, já hoje eu falei a propósito do outro empréstimo das viaturas diesel, já tinha falado sobre isto, o empréstimo que aprovámos em fevereiro de 2024 e estas viaturas que nós agora nos propomos adquirir nesta

candidatura. Já agora, explicar que esta candidatura foi feita também no início do ano de 2024, a nossa e a de um conjunto grande de Municípios da região e da própria CIM. Só que a candidatura à época foi aprovada, mas sem dotação no PRR. Passado um ano, eis que aparece agora a dotação do PRR e as candidaturas já têm lotação e nós tivemos de tomar uma decisão, os municípios e a CIM: ou desistíamos das candidaturas, até porque o financiamento é só cerca de 70% (70% de 1 milhão e meio ainda é muito dinheiro e temos que pagar os restantes 30%), ou apostávamos e fazíamos aqui um raciocínio futuro sobre a transformação radical daquilo que é a mobilidade elétrica e a hidrogénio na nossa região. E foi isso que nós todos fizemos. Estamos a falar em mais de cinquenta viaturas que foram aprovadas para a nossa CIM e para os Municípios. Entre os municípios da CIM e a Comunidade Intermunicipal propriamente dita, são mais de cinquenta autocarros, uns elétricos e outros a hidrogénio, e que naturalmente é esse raciocínio que agora nós iremos fazer para podermos complementar os transportes escolares, mas sempre em articulação já com a futura concessão dos transportes urbanos. Senhora Deputada, só em jeito de esclarecimento, na candidatura também lá estão precisamente postos de carregamento, seja elétricos, seja a hidrogénio, e por isso está tudo previsto na candidatura. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Colocava, então, o ponto 2.11, aquisição de viaturas elétricas, à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.11 - Aquisição de Viaturas Elétricas no Âmbito do Aviso RP-C21-12 - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e nove votos. -----

Ponto 2.12 - Prestação de Serviço de Recolha, Transporte a Destino Final de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública no Concelho na Guarda - Abertura de Procedimento de Concurso Público Internacional com Publicação no JOUE - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está o ponto à discussão.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “É o último já, não é? Em primeiro lugar, mostrar o meu profundo respeito pelo trabalho que está aqui dos técnicos, de bastante pormenor

neste caderno de encargos. É um trabalho que nós não vemos, mas que é muito importante. Sendo assim, o que temos aqui é um procedimento para a aquisição de serviços de recolha de resíduos e de higiene e de limpeza urbana, que apresenta de forma clara a vontade firme deste Executivo em elevar a qualidade desse serviço essencial à vida urbana. Uma das grandes inovações é a proposta de contratação do serviço por um período de cinco anos, em vez dos habituais três. Esta opção estratégica permitirá uma melhor rentabilização do investimento em maquinaria e meios humanos, garantindo maior estabilidade e eficiência no planeamento das operações. Destacamos, ainda, neste procedimento, dois importantes avanços: o reforço da limpeza urbana com inclusão do serviço de mais uma varredora mecânica e a digitalização de todo o processo de recolha de resíduos, permitindo o controlo em tempo real da frequência de recolha em cada contentor. Com esta tecnologia, otimizamos os circuitos, vamos melhorar a prestação do serviço e forneceremos dados cruciais para a sua fiscalização e aperfeiçoamento contínuo. A aposta deste Executivo na melhoria da qualidade de vida dos guardenses é um dos pilares desta governação e os resultados falam por si. Aqui ficam alguns números que ilustram o nosso compromisso com o ambiente: vinte e quatro novos oleões instalados na cidade permitiram aumentar em 20% a recolha de óleo alimentar entre 2023 e 2024 e estão ainda previstos dezassete novos oleões para as freguesias com mais de trezentos habitantes; recolhemos mensalmente cerca de dezasseis toneladas de biorresíduos, fazendo da Guarda o concelho com maior volume de biorresíduos recolhidos entre todos os que integram o sistema multimunicipal da Resiestrela; foram notificados cento e cinquenta e três proprietários de viaturas abandonadas e já foram recolhidas trinta e nove viaturas da via pública; criámos mais de dez mil metros quadrados de jardins de baixo consumo de água em diversos pontos da cidade; reduzimos em setenta mil metros cúbicos, setenta milhões de litros, o consumo de água para rega entre 2003 e 2004, graças à instalação de um sistema de telegestão que deteta fugas e permite uma gestão inteligente da rega; plantámos mais de quatro mil árvores e constituímos uma equipa de sapadores florestais, reforçando a proteção do nosso território e das populações. Estes são apenas alguns dos exemplos de uma estratégia coerente com resultados concretos e sustentáveis. O Executivo da Câmara Municipal da Guarda manter-se-á firmemente comprometido com a

sustentabilidade ambiental, mas é importante lembrar que uma cidade mais limpa depende do esforço de todos. Obrigado.” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia:** “Obrigado, senhor Deputado. Algum senhor Deputado? Deputado Miguel Borges para intervir.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente, relativamente a este procedimento, eu acho muito bem e até penso que tem um tempo mais alargado e, portanto, relativamente à recolha de tudo isto acho que faz sentido. Depois, queria questionar, é mesmo uma dúvida, eu estava ali a falar com algumas pessoas e é assim: relativamente aos biorresíduos, e estou a falar por mim, por mim. A mim deram-me um contentor castanho, na Feira Farta, no ano passado, há dois anos, uma coisa qualquer. E, depois, a seguir, disseram-me: depois passamos lá por casa e demos uma chave. Eu, até agora, não tenho chave nenhuma. Nada funciona. E eu, sinceramente, não estou aqui a culpabilizar a Câmara, provavelmente fui eu que cometi algum erro. Mas aquilo que eu gostaria de saber é... porque eu vejo, por exemplo, a Câmara de Fornos de Algodres com uma série de iniciativas no Facebook, coisas desse género, recolha de biorresíduos para aqui, recolha de biorresíduos para ali. E como sabe também, senhor Presidente, do ponto de vista de resíduos, eu também percebo alguma coisa e, sinceramente, não sei se não falta alguma divulgação, se não falta algum planeamento, se não faz falta algum processo, coisas desse género. Porque, realmente, eu questionava ali, há pessoas que têm a chave. Eu não tenho a chave, nunca me deram. Também nunca a pedi, confesso. Nem sequer sei como é que funciona o sistema. E, se calhar, está na hora, até para pode ser aqui a Assembleia Municipal, uma maneira de nós, lá para fora, passarmos aquilo que deve ser uma iniciativa que dê frutos e uma iniciativa para o meio ambiente, que é aquilo que nós queremos, uma iniciativa verde e se calhar é o melhor meio de comunicarmos, porque outras autarquias estão a comunicar melhor do que a nossa. Mas, se calhar, é falha de nós todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se há mais alguma intervenção de algum senhor Deputado? Não havendo, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Bom, Deputado Breia Lopes, obrigado por ter sintetizado. Naturalmente, devemos agradecer o trabalho técnico na elaboração deste caderno de encargos, porque fazer um caderno de encargos, desta envergadura, não está ao alcance de todos e, naturalmente, só com alguma experiência, muito trabalho, dedicação e afinho é que é possível fazer a sua elaboração. E, por isso, na senhora Chefe de Divisão do Ambiente, agradeço a todos os colaboradores que muito ajudaram para a construção deste caderno de encargos. Um caderno de encargos para um novo concurso a cinco anos, o concurso atual que termina em janeiro de 2026 é de três, vai passar para cinco anos, para fazer tudo o que é recolha de resíduos sólidos urbanos, toda a higiene e limpeza urbana em toda a cidade, nas nossas aldeias, na nossa vila e inclui, conforme bem disse, a recolha dos biorresíduos, o reforço da varredura mecânica e essa grande novidade que é a digitalização do processo de recolha. E é muito importante esta digitalização para percebermos diariamente aquilo que será a produção dos resíduos no nosso concelho e isso será mais um objetivo para depois podermos fazer um melhor planeamento para a implementação do dito PAPERSU que há pouco aprovamos para 2030. Estamos a falar num montante de 9,5 milhões de euros, um concurso público internacional e que agora vai ser lançado. Deputado Miguel Borges, sobre os biorresíduos, bom, eu aconselho o senhor Deputado a estar mais atento. Em primeiro lugar, as redes sociais em que temos constantemente proliferado a informação. Tempos houve que até nas faturas da água, nas cartas da água, também houve um folheto a explicar como é que as coisas se faziam. E ainda recentemente, na reunião de Câmara, aprovámos um conjunto de incentivos para as pessoas poderem aderir mais aos biorresíduos. São incentivos simbólicos, mas é importante. Senhor Deputado, basta fazer a sua inscrição online para poder ter acesso à chave, porque, quando fizer o seu registo online, a divisão do ambiente entrará em contato consigo, vai-lhe entregar a chave, vai ter um código, vai ter isso tudo e vai monitorizar aquilo que é a sua recolha de biorresíduos. A sua e a de todos os senhores Deputados que aqui estão e que ainda não estejam inscritos, façam o favor de se inscreverem. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Senhores Deputados, um pouco de atenção. A senhora Deputada pediu um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

- **Liliana Almeida, Deputada (PS):** “Muito boa tarde a todos. Na sua pessoa, senhor Presidente da Mesa, cumprimento a todos os que nos acompanham durante esta sessão. Senhor Presidente, naquilo que acabou de dizer, e efetivamente é um pedido de esclarecimento, quando diz inscrever-se, é no Site da Câmara ou terá que ser algum e-mail enviado para o Município? Se me puder esclarecer, eu agradecia. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se o senhor Presidente consegue dar a resposta agora?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhora Chefe de Divisão, pode-nos esclarecer onde é que podemos fazer a inscrição?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É possível? Senhora Chefe de Divisão, faça o favor.” -----

- **Filipa Tadeu, Chefe de Divisão de Ambiente:** “Boa tarde a todos. É muito simples. Pode ir ao Site do Município, na área do ambiente tem um link que automaticamente cai na divisão do ambiente ou pode mandar um e-mail para o geral do Município, dá entrada no MyDoc, no sistema, e irá ter à divisão. Se por algum motivo não for, é porque há algum problema, porque, até à presente data, tem tudo corrido assim e não temos tido problemas. Se o senhor Presidente me permitir aqui dar um esclarecimento, quando muita gente questiona o porquê de ainda não ter o contentor ou a chave, é porque estamos a fazer uma monitorização com os serviços e verificamos que, numa rua, muitas vezes, apenas há uma pessoa inscrita. Colocar um contentor de oitocentos litros para se fazer um circuito apenas, é um custo muito elevado, tanto a nível de recursos humanos como a nível de infraestruturas. Daí, neste novo procedimento, estar tudo interligado: recolha de BIO’s e recolha de RU’s. Obrigada.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Chefe de Divisão. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava, então, o ponto 2.12 à votação.” -----

- **Resultado da votação do Ponto 2.12 - Prestação de Serviço de Recolha, Transporte a Destino Final de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública no Concelho na Guarda - Abertura de Procedimento de Concurso Público Internacional com Publicação no JOUE - discussão e votação.** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava, neste momento, para produção imediata de efeitos das deliberações, colocava as deliberações à votação a aprovação em minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade, com setenta votos. Passávamos ao último ponto.” -----

Ponto 2.13 - Informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ora bem, não é para maçar ninguém, mas ainda não são 18h e, portanto, isto não pode acabar antes das 18h, de modo que vou falar aqui um bocadinho. Senhor Presidente, relativamente a duas ou três questões, nomeadamente depois de aberto o procedimento pela APDL, portanto, qual é o ponto de situação do Porto Seco, que é, de facto, uma das... Posso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Esclareça a senhora, senhor Presidente. Ai é para intervir? Mas, se quiser, venha. Fazemos os dois, não há problema. Fazemos uma boa dupla. Ora bem, dizer o seguinte: qual é o ponto de situação relativamente ao Porto Seco? Que é, de facto, da maior importância para todos nós. Eu digo mesmo para todos nós, por aquilo que já foi dito e por aquilo que nós sabemos. Outra questão tem a ver com Hotel Turismo. Sei que nós temos aqui uma boa relação também com o Secretário de Estado do Turismo, com o Pedro Machado. Ele foi Presidente do Turismo do Centro. Eu espero, senhor Presidente, que ele esteja a fazer o melhor pelo nosso

território, nomeadamente pelo Hotel Turismo que é da maior importância também para o concelho. Depois, dizer-vos o seguinte: no dia 7 de junho tive oportunidade de participar no Rotary Clube, numa das iniciativas dos rotários aqui da Guarda, a convite do Rotary, e o tema era o associativismo. E confesso-vos que fiquei impressionado pela clareza que vi no debate, digamos assim, eu também tive oportunidade de participar, e vi o movimento associativo na Guarda muito vivo. Isto até vem ao encontro, também, da última intervenção que tive aqui relativamente ao Regulamento do Associativismo e também tive oportunidade de falar nisso, até porque o considero tecnicamente bem feito, embora os tempos associativos hoje sejam diferentes do pós 25 de Abril, como todos nós sabemos. Hoje estamos numa fase de grande profissionalismo, por todas as razões que são conhecidas, mas gostei particularmente de uma conversa e daquilo que ouvi da Dra. Elsa Fernandes, dos Jogos Tradicionais, do Albino Bárbara e de outras intervenções que foram ali feitas, e que me diz que o associativismo, que é da maior importância para as nossas freguesias que são de baixa densidade, infelizmente, estão em perda demográfica, e, portanto, está vivo na Guarda. E, senhor Presidente, merece todo o nosso apoio. Aquilo que eu ouvi ali foi da maior importância. Bons projetos, muita organização e muito saber. Isso, para mim, foi extremamente agradável essa tarde em que eu participei no Rotary Clube da Guarda. Depois, no dia 17 de junho, estive num encontro intergeracional, em Gonçalo, e aqui aproveitei para saudar o senhor Presidente da Junta de Gonçalo, que foi quem recebeu essa iniciativa, fez a sua intervenção também. Participaram várias entidades, participou a Junta de Freguesia, a equipa do Radar Social da Guarda também, e tive oportunidade de falar com uma das responsáveis, a Dra. Conceição Santos, salvo erro, técnica da Câmara Municipal, e com o Eng. José Gomes, da ADM, que também participou. Foi uma excelente iniciativa, um excelente convívio com jovens, menos jovens, e, portanto, gostei bastante daquilo que ouvi e acho que este projeto deve ser replicado pelas nossas freguesias também, porque é um projeto meritório, digamos assim. Depois, uma palavra também para o que já foi hoje aqui falado, o Guarda-Livros. O Guarda-Livros é uma iniciativa excelente. Eu participei durante a semana, não pude participar em todas, mas participei naquilo que pude e gostei imenso. Vamos na terceira edição. É uma agenda muito, muito interessante e é um projeto que devemos incentivar, é um projeto de leitura, que incentiva à leitura e que devemos desenvolver com o apoio de todos. E,

portanto, a Câmara Municipal aqui também deve continuar, no meu entender, com este projeto. Depois, uma preocupação que tem a ver com a demografia. Todos sabemos, e esta semana foram falados os estudos do INE, a taxa de natalidade tem baixado, nós aqui também sofremos disso, o envelhecimento é o que é, mas a população aumentou. Mas aumentou por força dos migrantes, digamos assim. E, portanto, aqui também há que cuidar desta nova realidade. E, em relação aos migrantes, o poder local aqui também tem as suas responsabilidades e, portanto, eu creio que a Câmara estará, naturalmente, atenta a essa realidade. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Liliana Almeida, Deputada (PS):** “Em primeiro lugar, agradecer o esclarecimento. Obrigada. Efetivamente, fiquei esclarecida. Agora, relativamente ao documento da informação do senhor Presidente, na página 19, encontramos informação sobre os jardins, espaços verdes e ambientes. Tudo o que aqui vem descrito, dou-lhe os parabéns. Efetivamente, são iniciativas importantes. No entanto, queria-lhe fazer um apontamento, que espero que o leve em consideração. O tempo é agradável, usufruirmos dos jardins é importante, dá vida à cidade, mas, deparei-me, no último fim de semana, com as condições fracas da zona dos WC’s públicos aqui no Jardim José de Lemos. Portanto, pedia ao senhor Presidente que, com os técnicos da Câmara, se pudessem, vissem as condições. Na zona de acesso para os deficientes, a porta nem sequer fecha e para as senhoras estava completamente fechado o acesso. Portanto, pedia-lhe que pudesse averiguar essa situação. Depois, mais abaixo no documento, na sua página 24, quando refere a iniciativa “A Praça é das Crianças”, queria-lhe dar os parabéns pela iniciativa. Efetivamente, é uma boa iniciativa para levarmos as crianças pequeninas, mas, como foi a primeira vez, agora dá-nos a oportunidade de lhes sugerirmos melhorias. As melhorias são: colocar as atividades um bocadinho mais acima, porque os miúdos que queriam brincar estavam ao sol e, efetivamente, estariam melhor à sombra. Portanto, poder deslocalizar mais para junto da Sé os divertimentos para as crianças. E, se pudéssemos vir a aumentar as diversões, penso que também seria um ponto positivo. Eram estes apontamentos que lhe queria deixar. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se há mais alguma senhora ou senhor Deputado que deseja intervir? Presumo que não. Não sei se o senhor Presidente da Câmara quer acrescentar alguma coisa? Faça favor.”

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. Muito telegraficamente, Deputado Luciano Calheiros, ponto de situação do Porto Seco. Nem de propósito, o senhor parece que estava a ver as minhas mensagens aqui com alguém... com alguém, não lhe digo quem. E, portanto, estava previsto, entre o final deste mês e o próximo mês, mais semana menos semana, a obra começar. Porque, como bem sabemos, foi adjudicada há cerca de um mês a esta parte, sensivelmente. E por isso esperemos que o pregador não falhe e que a obra arranque efetivamente, porque está adjudicada, há financiamento já garantido para que possa ser rapidamente uma realidade. A obra terá oito ou nove meses de prazo de execução, sensivelmente. Sobre o Hotel Turismo, bom, tivemos, penso eu, que já muito recentemente a publicação da lei Orgânica do Governo, penso que já foi publicada e, portanto, esperemos que agora o processo possa ter o seu seguimento dito normal, dentro da anormalidade que foram estes últimos quinze anos de fecho do Hotel Turismo, para que, de uma vez por todas, tenhamos esta solução. Aquilo que esperamos, senhor Deputado, é que não ande ninguém, (não me estou a referir, nem a si, nem a ninguém que está nesta Assembleia) que não anda ninguém em Lisboa a fazer contravapor. É só isto que eu espero. Não me estou a referir a ninguém que está aqui. Só espero que não ande ninguém a fazer contravapor em Lisboa, porque a Guarda já está farta disso. Porque se eu cheirar, desculpem o termo, qualquer contravapor, ninguém me cala nem ninguém me segura. Vou para Lisboa e depois sei aquilo que faço. Lá e cá. Portanto, esperemos que as coisas corram com a normalidade que todos nós desejamos, os que estão aqui e, naturalmente, todos os cidadãos guardenses. Senhora Deputada Liliana, muito obrigado pelas sugestões, naturalmente, devemos agradecer. Sobre os WC’s públicos do Jardim José de Lemos, eu peço à senhora Chefe de Divisão, senhora Arquiteta, que veja o que é que se passa no Jardim José de Lemos, enquanto não os fechamos em definitivo. Sabe porquê, senhora Deputada? Eu não sei se já uma vez falei aqui ou na reunião de Câmara, sobre o que acontece à noite nos WC’s do Jardim José de Lemos. O Município da Guarda investe milhares e milhares de euros naqueles WC’s, mas, infelizmente, na calada da

noite, há quem danifique, parta tudo, há quem conspurque, que vos vou poupar aos pormenores, e, portanto, enquanto eles tiverem... já estive em cima da mesa serem encerrados de vez, pelo menos os que estão no subsolo. Enquanto isso não acontece, senhora Chefe de Divisão, peço para que verifiquem rapidamente isso, para que tenham condições mínimas adequadas para o seu funcionamento. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhoras e senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, damos por encerrados os trabalhos de hoje. Muito obrigado pela atenção.” -----
